

DM

Caraterização do Setor da Construção na Madeira

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Maria Lilibeth José de Freitas Rodrigues

MESTRADO EM ENGENHARIA CIVIL



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

setembro | 2022

Caraterização do Setor da Construção na Madeira

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Maria Lilibeth José de Freitas Rodrigues

MESTRADO EM ENGENHARIA CIVIL

ORIENTAÇÃO

Paulo Renato Camacho da Silva Lobo



CARACTERIZAÇÃO DO SETOR DA CONSTRUÇÃO NA MADEIRA

Dissertação apresentada à Universidade da Madeira para a obtenção de Grau de
Mestre em Engenharia Civil

Maria Lilibeth José de Freitas Rodrigues

(Licenciada em Engenharia Civil)

ORIENTADOR:

Doutor Paulo Renato Camacho da Silva Lobo

Funchal, setembro 2022

Título: Caraterização do Setor da Construção na Madeira

Palavras-chave: Setor da Construção; Regiões Ultraperiféricas; Região Autónoma da Madeira; Crise económica; PIB

Keywords: Construction Sector; Outermost Regions; Autonomous Region of Madeira; Economic crisis; PIB.

Autor: Maria Lilibeth José de Freitas Rodrigues

FCEE – Faculdade de Ciências Exatas e da Engenharia

Campus Universitário da Penteada

9020 - 105 Funchal – Portugal, s/n

Telefone + 351 291 705 230

Correio eletrónico: gabinetedareitoria@uma.pt

Funchal, Madeira, Portugal

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar expresso a minha gratidão à minha mãe Lurdes Aguiar, ao meu marido e amigo Filipe Fernandes, e à minha filha Mafalda Rodrigues, por tudo o que representam para mim, por serem o meu porto de abrigo, pelo apoio incondicional e incessante ao longo da minha vida e em particular na elaboração desta dissertação.

Ao meu orientador, Prof. Doutor Paulo Renato da Silva Lobo, pela sua dedicação, orientação e disponibilidade prestada, e a todo o corpo docente do curso de Engenharia Civil, pelos ensinamentos proporcionados ao longo do meu percurso académico.

Aos meus amigos e colegas de curso, em especial à Mariana Jesus, pelo incentivo, paciência, amizade e ajuda incondicional ao longo destes anos de luta.

E a todos aqueles que, de alguma maneira, contribuíram para a concretização deste grande passo com a realização da dissertação.

Muito obrigado a todos!

RESUMO

A Madeira pela sua localização geográfica favorece a economia com as qualidades existentes no clima e nos solos, atributos que fazem desta região um local aprazível principalmente para o setor turístico.

Neste contexto, e por forma a mitigar os efeitos dos condicionalismos a que está sujeita, a Região usufrui de apoio financeiro por parte da Europa, uma vez que é considerada como uma Região Ultraperiférica (RUP) pelo seu afastamento, pela sua pequena dimensão, relevo, clima, insularidade e dependência económica relativamente a alguns produtos, condições que acabam por interferir no seu desenvolvimento.

Nesta dissertação caracteriza-se o setor da construção na Região Autónoma da Madeira, tendo em conta a importância dos seus principais indicadores, bem como o comportamento e os impactos que advém do desempenho dos mesmos.

Para tal, optou-se por uma metodologia subdividida em duas vertentes, uma associada à pesquisa bibliográfica, onde também se inclui a recolha de dados estatísticos relacionados com o setor da construção, e uma outra em que a pesquisa está direcionada para a realidade vivida neste setor, tendo sido realizado um inquérito a várias empresas em atividade na Madeira, usado para analisar e comparar as duas vertentes de investigação.

Com base na pesquisa bibliográfica e nos casos de estudo, verificou-se que a competitividade existente entre as empresas do setor está associada com a qualidade e a distinção das mesmas no que se refere à concorrência, fatores motivados pelo mercado onde exercem a atividade, que se repercutem na evolução das mesmas, assim como no próprio mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Setor da Construção; Regiões Ultraperiféricas; Região Autónoma da Madeira; Crise económica; PIB.

ABSTRACT

Madeira for its geographical location favors the economy with the qualities existing in the climate and soils, attributes that make this region a pleasant place mainly for the tourist sector.

In this context, and in order to mitigate the effects of the constraints to which the Region is subject, it enjoys financial support from the Europe, since it is considered as an OR because of its small size, importance, climate, insularity and economic dependence on some products, conditions that eventually interfere in their development.

This dissertation characterizes the construction sector in the Autonomous Region of Madeira, taking into account the importance of its main indicators, as well as the behavior and impacts that come from their performance.

To this end, we opted for a methodology subdivided into two strands, one associated with bibliographic research, which also includes the collection of statistical data related to the construction sector and, another in which the research is directed to the reality lived in this sector, a survey of several companies operating in Madeira was used to analyse and compare the two strands of research.

Based on the bibliographical research and case studies, it was found that the competitiveness between companies in the sector is associated with the quality and distinction of the same in relation to competition, factors motivated by the market where they exercise the activity, that have an impact on their evolution, as well as on the market itself.

KEYWORDS: Construction Sector; Outermost Regions; Autonomous Region of Madeira; Economic crisis; PIB.

ÍNDICE

1	Introdução	1
1.1	Considerações iniciais	1
1.2	Objetivos e metodologia	2
1.3	Estrutura e organização da dissertação.....	3
2	Principais intervenientes do setor da construção.....	5
2.1	Introdução	5
2.2	Execução de uma obra	5
2.3	Intervenientes e competências.....	6
2.3.1	Empresas de construção.....	7
2.3.2	Autores do projeto.....	9
2.3.3	Clientes	9
2.3.4	Fiscalização das obras.....	10
2.3.5	Gestão da qualidade	11
2.3.6	Entidades bancárias.....	12
2.3.7	Seguradoras.....	12
2.3.8	Instituto para a segurança e saúde no trabalho.....	13
2.3.9	Agência portuguesa do ambiente	13
2.4	Fases de uma obra	14
2.4.1	Estudo de viabilidade.....	14
2.4.2	Projeto.....	14
2.4.3	Licenciamento.....	15
2.4.4	Concurso para execução da obra.....	15
2.4.5	Execução da obra	16
2.4.6	Utilização	16
3	Setor da construção em Portugal.....	17
3.1	Introdução	17
3.2	Caraterização do setor da construção em Portugal.....	18
4	Caraterização do setor da construção na Madeira.....	33

4.1 Enquadramento.....	33
4.2 Análise económica e descrição da estrutura organizativa do setor da construção.....	35
4.2.1 No âmbito macroeconómico	35
4.2.2 Desenvolvimento de alguns indicadores no setor da construção	46
4.3 Vetores de desenvolvimento.....	49
4.3.1 Problemas da indústria da construção	49
4.3.2 A competitividade no setor da construção – fatores críticos.....	49
4.3.3 Rivalidade entre as empresas de construção	51
4.3.4 Inovação para a indústria da construção.....	51
4.3.5 Mercado de trabalho.....	52
4.3.6 Construção e habitação.....	53
4.3.7 Internacionalização.....	55
4.3.8 Estratégia adotada no período de crise – 2008 a 2016	57
4.3.9 Estratégia prevista para ultrapassar a crise causada pela Covid-19	58
5 Casos de estudo	61
5.1 Enquadramento.....	61
5.2 Seleção das empresas	62
5.3 Apresentação dos casos	62
6 Considerações finais.....	73
6.1 Conclusões.....	73
6.2 Trabalhos futuros - recomendações	75
7 Referências bibliográficas	77
8 Anexos.....	87

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Metodologia adotada	3
Figura 2 - Fases e atividades dos principais intervenientes de um empreendimento (adaptado de Pereira (2014)).....	14
Figura 3 - Dívida da Administração Pública acumulada.....	18
Figura 4 - Despesas e receitas efetivas do Estado, défice/excedente do PIB	19
Figura 5 - Endividamento de particulares e de SNF privadas	21
Figura 6 - Dívida das SNF.....	22
Figura 7 - Financiamento das dívidas das empresas	22
Figura 8 - Percentagem de micro, pequenas e médias empresas no total das empresas	24
Figura 9 - Taxa de variação de pessoal ao serviço no setor da construção	25
Figura 10 - Contribuição do VAB do setor da construção	26
Figura 11- Venda de cimento	27
Figura 12 - Estatísticas da construção e habitação	28
Figura 13 - Obras licenciadas.....	29
Figura 14 - Empréstimos concedidos	29
Figura 15 - Crédito habitação.....	30
Figura 16 - Rácio dos créditos vencidos nas SNF.....	31
Figura 17 - Endividamento das SNF privadas no total e por dimensão	32
Figura 18 - Taxa da variação anual do PIB por região.....	36
Figura 19 - Taxa de variação das importações e exportações	37
Figura 20 - Valor dos bens importados e exportados pelas empresas	37
Figura 21 - Taxa de variação anual no índice de preços no consumidor.....	38
Figura 22 - Taxa de desemprego homólogo.....	39
Figura 23 - Variação da população empregada	39
Figura 24 - SNF por dimensão	41
Figura 25 - Taxa de extinção.....	42
Figura 26 - Extinção e criação de empresas	42
Figura 27 - Taxa de sobrevivência da criação das empresas.....	43

Figura 28 - Pessoal ao serviço no setor da construção	44
Figura 29 - Número das vendas de alojamentos familiares	45
Figura 30 - Crédito habitação	45
Figura 31 - Número de empresas no setor (adaptado de Sardinha, 2020)	46
Figura 32 - Volume de negócios.....	47
Figura 33 - Peso do VAB no setor da construção.....	48
Figura 34 - População empregada por setor de atividade principal CAE-Rev.3	53
Figura 35 - Valor dos trabalhos realizados por tipo de obras	54
Figura 36 - Tipo de construções	54
Figura 37 - Venda de cimento	55
Figura 38 - Presença nos mercados internacionais	56
Figura 39 - Percentagem de empresas inquiridas - por dimensão	64
Figura 40 - Tipo de sociedade – percentagem.....	64
Figura 41 - Percentagem de empresas inquiridas - por localização de incidência de atividade	65
Figura 42 - Produtividade por trabalhador	66
Figura 43 - Método de atuação – enquadramento	66
Figura 44 - Método de atuação – finalidade	67
Figura 45 - Obstáculos com que se deparam as empresas da atividade	68
Figura 46 - Procura de aperfeiçoamento.....	69
Figura 47 - Necessidades financeiras	70
Figura 48 - Desempenho das empresas	71
Figura 49 - Tipo de obra mais privilegiada	71

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Síntese das competências e contributos de alguns intervenientes do setor da construção (adaptado de Romão (2015)).....	6
Tabela 2 - Empréstimos de outras instituições financeiras monetárias a SNF por ramo de atividade..	23
Tabela 3 - Contributo do volume de negócios do setor da construção.....	25
Tabela 4 - Indicador de confiança, índice de produtividade e carteira de encomendas	27
Tabela 5 - Concessão de crédito pelas entidades bancárias	30
Tabela 6 - Peso da população empregada na construção	40
Tabela 7 - Fatores que contribuem para a falência das PME (adaptado de Pacheco (2019))	41
Tabela 8 - SNF - total, sociedades e individuais	43
Tabela 9 - Taxa de variação do pessoal em serviço	44
Tabela 10 - Número de empresas por atividades na construção	46
Tabela 11 - Taxa de variação do VAB	48
Tabela 12 - Empresas Inquiridas	63
Tabela 13 - Classificação das empresas inquiridas. (Fonte: Autor, 2022)	64
Tabela 14 - Tipo de sociedade.....	65
Tabela 15 - Hipóteses de resposta	66
Tabela 16 - Hipóteses de resposta	67
Tabela 17 - Hipóteses de resposta	68
Tabela 18 - Hipóteses de resposta	68
Tabela 19 - Hipóteses de resposta	69
Tabela 20 - Fatores que influenciam o desempenho das empresas	70

NOMENCLATURA

ACIF	- Associação Comercial e Industrial do Funchal
APA	- Agência Portuguesa do Ambiente
APB	- Associação Portuguesa de Bancos
BCE	- Banco Central Europeu
BIM	- Building Information Modeling (modelagem de informação da construção)
BP	- Banco de Portugal
CAE	- Classificação das Atividades Económicas
CE	- Comunidade Europeia
CINM	- Centro Internacional de Negócios da Madeira
DRE	- Direção Regional de Estatística
DL	- Decreto-Lei
EBIT	- Earnings Before Interest and Taxes (lucros antes dos juros e impostos)
EU	- Europa
FEDER	- Fundo Europeu de Desenvolvimento
IDICT	- Instituto para o Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho
INOFOR	- Inovação na Formação
INE	- Instituto Nacional de Estatística
NPL	- Non-performing loan (créditos não produtivos)
IMPIC	- Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção
I.P	- Instituto Português
IPAC	- Instituto Português da Acreditação
IPQ	- Instituto Português da Qualidade
ISEG	- Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa
ISHST	- Instituto de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
IVA	- Imposto sobre o Valor Acrescentado
NUTS	- Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
PEC	- Pacto de Estabilidade e Crescimento
PIB	- Produto Interno Bruto
PME	- Pequena ou média empresa
RAM	- Região Autónoma da Madeira
RCD	- Resíduos de Construção e Demolição
RJUE	- Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
ROE	- Return on Equity (retorno sobre o capital)
RUP	- Regiões Ultraperiféricas
SDM	- Sociedade de Desenvolvimento da Madeira

SEE	- Setor Empresarial do Estado
SNF	- Sociedades não financeiras
SER	- Saldo de respostas extremas
UE	- União Europeia
VAB	- Valor Acrescentado Bruto
VE	- Valor efetivo
VH	- Variação homóloga
VM3M	- Variação média dos últimos 3 meses

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações iniciais

O setor da construção civil e obras públicas tem um papel muito importante na economia da generalidade dos países, sendo estabelecidas ligações entre um grande leque de clientes onde se inserem o Estado, as Autarquias e os particulares.

Estas ligações são estabelecidas através dos projetos, adequados às propriedades definidas, pelos produtos, onde estão incluídos os utilizados nas obras tradicionais e nas mais complexas, pelas operações produtivas, onde o produto final resulta da relação existente entre as diversas especialidades, pela tecnologia, resultante da relação das várias especialidades com compatibilidade da tecnologia utilizada nas construções novas e antigas e pela unidade produtiva, onde as empresas com maior capacidade técnica se juntam a aquelas que apresentam desenvolvimento, quer no âmbito da mão-de-obra, quer no tecnológico (Baganha, Marques e Góis, 2002).

Relativamente ao enquadramento geográfico, se por um lado a Região Autónoma da Madeira (RAM), sendo uma Região Ultraperiférica (RUP), possui algumas restrições no que se refere à sua natureza, por outro é de salientar que as características diferenciadoras de que dispõe até podem ser benéficas no que concerne às oportunidades de negócios, convertendo assim as desvantagens em vantagens (Sardinha, Sousa, Leite e Fernandes, 2020).

Pretendeu-se, tendo como base uma perspetiva setorial da construção e tendo em conta o contexto natural e geográfico em que a Madeira está inserida, obter algumas conclusões em termos globais relativamente ao desempenho do setor, tentando perceber os procedimentos adotados nos períodos de crise, incluindo o grande desafio imposto pela pandemia mundial de Covid-19.

Outro aspeto a ter em consideração é a forma como a crise económica conduz as empresas a verificar as oportunidades e ameaças no setor e a estabelecer estratégias, onde deverá também ser tido em conta o conhecimento dos fatores que condicionam a indústria da construção.

A queda da produtividade no setor fez com que as empresas apostassem no mercado internacional, por forma a aumentar o volume de negócios (Silva, 2008).

A competitividade tornou-se um fator fundamental na atividade, quer a nível de crescimento e criação/manutenção de empregos, quer no que diz respeito à garantia da estabilidade do setor, em que tanto no mercado nacional e internacional será fundamental a produtividade, a ambição e a capacidade de vencer as empresas que com estas concorrem, investindo na inovação e na diferenciação, por forma a garantir a sobrevivência no mercado (Silva, 2008).

1.2 Objetivos e metodologia

O principal objetivo desta dissertação consiste na caracterização do setor da construção na Madeira, referindo os seus principais indicadores e os efeitos que advêm da sua mudança, apontando os seus principais intervenientes.

Uma vez apontados, pretendeu-se estabelecer a relação existente entre as mudanças no âmbito financeiro, económico e social da Madeira e o setor da construção, as consequências relativamente à sua estrutura organizativa e as tendências ao longo do tempo, tentando perceber quais as estratégias utilizadas para ultrapassar as dificuldades daí decorrentes. Nessas mesmas dificuldades inclui-se o grande problema atual a nível mundial da pandemia gerada pela Covid-19.

Outro aspeto a analisar é a identificação e descrição dos vetores de desenvolvimento que fazem parte do setor, tendo em vista que o setor da construção está em constante mutação, de modo a entender de que modo estes têm influência nessas transformações e a sua repercussão nas empresas do setor.

De modo a obter a constatação e perceção dos dados obtidos resultantes dos dados estatísticos relacionando-os com a realidade, além da pesquisa bibliográfica, foi efetuada uma análise prática através de casos de estudo, cuja base foi a elaboração de um inquérito.

No que se refere aos casos de estudo, este tipo de método permite a análise do caso no seu contexto real, onde são aplicadas fontes de cariz quantitativas e/ou qualitativas, estruturação do seu conhecimento, associado à interpretação do investigador.

Sendo de todo o interesse a recolha de informação das empresas que integram este tipo de setor, foi definida a sua obtenção através de um inquérito, onde se pretendeu recolher dados, analisá-los e posteriormente entender as conclusões dessa análise (Figura 1) .

De salientar que, foi utilizado este tipo de estudo, uma vez que a finalidade era conhecer a realidade das empresas no que se refere a algumas características associadas à atividade do setor, tendo sido utilizadas questões abertas, em que o inquirido dá a sua própria resposta sem ter hipótese de escolha de respostas predefinidas, e respostas fechadas, nas quais o tipo de resposta é imposta ao inquirido.

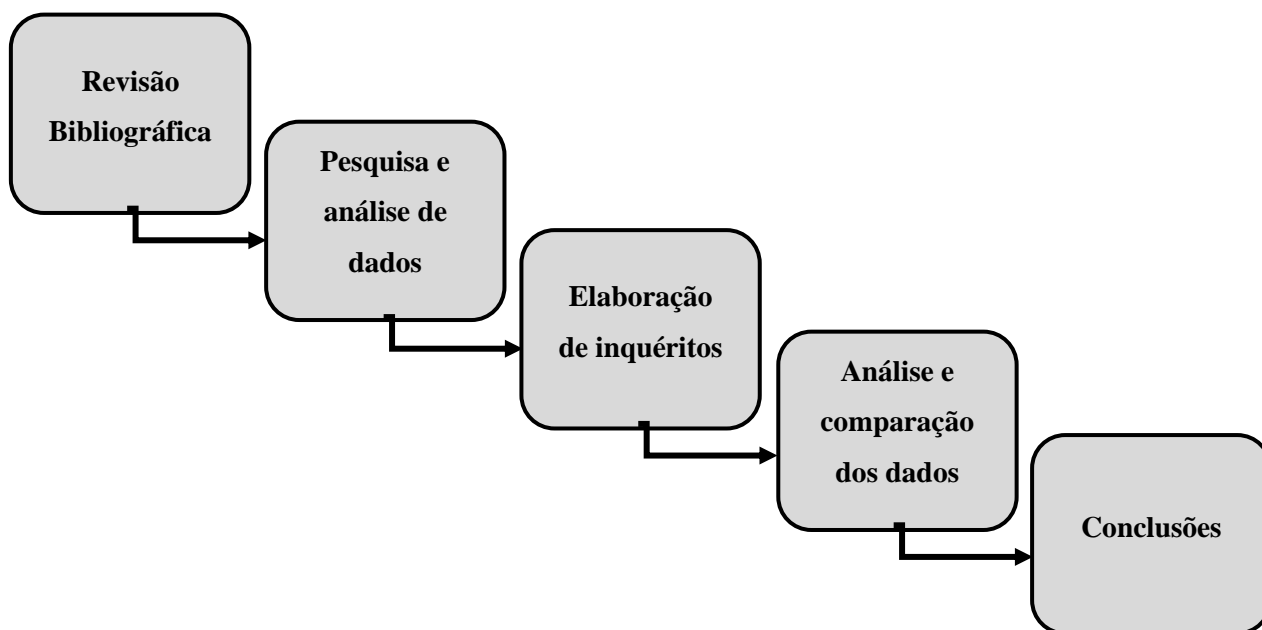


Figura 1 – Metodologia adotada

1.3 Estrutura e organização da dissertação

A presente dissertação é constituída por duas vertentes de desenvolvimento. A primeira onde se pretende caracterizar o setor da construção sob vários pontos de vista em Portugal e na Madeira, sucedendo-se a análise do setor, tendo como base algumas empresas inseridas na atividade na Madeira, estando estruturada em seis capítulos.

Neste capítulo é introduzido o tema, apresentados os objetivos, a organização e a metodologia utilizada na dissertação.

No Capítulo 2 abordam-se os principais intervenientes do setor da construção, onde são desenvolvidos a organização de uma obra e os aspetos inerentes a esse mesmo tema.

No Capítulo 3 é feita uma análise do setor em Portugal.

O Capítulo 4 inicia-se com o enquadramento da Madeira, seguido dos principais indicadores macroeconómicos e a sua evolução ao longo do tempo. Sendo feita também uma análise no âmbito do desenvolvimento de alguns indicadores no setor e dos vetores de desenvolvimento.

No Capítulo 5 serão apresentados os casos de estudo, os resultados e a análise dos inquéritos efetuados às empresas.

Por último, no Capítulo 6 são apresentadas as conclusões do estudo desenvolvido ao longo da dissertação.

Capítulo 2

2 PRINCIPAIS INTERVENIENTES DO SETOR DA CONSTRUÇÃO

2.1 Introdução

Como é conhecido, os principais intervenientes na realização de uma obra são, em regra, o dono da obra, os autores do projeto, os empreiteiros e as entidades fiscalizadoras.

Estes possuem um propósito comum que é a execução da obra de acordo com o projeto aprovado, tendo em conta as regras estabelecidas na construção e de acordo com as normas de segurança.

Nesse contexto, a relação entre estes deve de ser de parceria, de modo ao bom desempenho de todas as partes inseridas na obra.

2.2 Execução de uma obra

De modo geral, na execução de uma obra em primeiro lugar será fundamental a execução de um projeto onde é estabelecido o que se pretende, seguido da contratação de um empreiteiro através de um procedimento de concurso no caso das obras públicas, podendo no caso das obras particulares esta contratação ser segundo o critério do dono da obra. Finalmente, procede-se à fiscalização dos trabalhos realizados no decorrer da obra.

Em regra, as obras são executadas tendo como base um contrato de empreitada resultante de um caderno de encargos onde está integrado o projeto de execução que estabelece todos os aspetos relacionados com a obra incluindo materiais, especificações técnicas, componentes, referências dimensionais, entre outros.

De referir que, a conceção é das fases mais importantes que constitui um projeto de execução, sendo através dos elementos de um projeto que se processa todo o trabalho dos técnicos que integram uma obra, tais como os da fiscalização, os de coordenação de segurança, os da área orçamental e os da direção da obra, cujo propósito comum visa a execução da mesma tendo em conta a máxima qualidade,

funcionalidade, estética e técnicas, por forma a obter um resultado relativamente ao projeto de execução, sem menosprezar a importância da estimativa de orçamentação e custos, a sua execução sem atrasos e o controlo a nível financeiro (Pereira, 2014).

2.3 Intervenientes e competências

Os intervenientes principais que integram o sector da construção são, como referido anteriormente, o dono de obra, os autores dos projetos, o empreiteiro e as entidades fiscalizadoras, aos quais se encontram associados outros intervenientes tais como os apresentados por Romão (2015) na Tabela 1.

Tabela 1 – Síntese das competências e contributos de alguns intervenientes do setor da construção (adaptado de Romão (2015))

Intervenientes	Competências	Contributo na construção
Dono de Obra	Pessoa individual ou coletiva que decide construir	Estabelece as características da obra a construir
Agente Financiador	Provê os recursos financeiros necessários para a construção	Estabelece os níveis de atividades a executar
Gestores de Projetos	Pessoa individual ou coletiva que, com o dono, define o planeamento e coordenação da obra e o apoia na decisão de construir	Associa-se ao dono na coordenação dos diversos projetos incluídos
Autores do Projeto	Executa o projeto total ou parcial da construção	Estabelece as características da construção
Fabricante e fornecedor de materiais de construção, máquinas e equipamentos	Pessoa coletiva que vende ou revende materiais, elementos a empregar na construção	Responsável por garantir a qualidade dos materiais, sistemas e elementos
Laboratório de ensaios	Entidade que executa os ensaios dos materiais, equipamentos e elementos	Analisa o desempenho e valida a conformidade
Empreiteiro e subempreiteiros	Empresa incumbida pela construção total ou parcial da obra	Encarregue da concretização do projeto em produto final, ou seja, da obra
Fiscalização	Asseguram a conformidade entre o projetado e o construído	Atuam na conformidade do projeto de execução
Associações Normativas	Estabelecem ou adequam normas em conformidade entre produtores e consumidores	Em regra, estabelecem a normas a utilizar
Universidades e Institutos de Investigação	Executam a função de formadores e promovem novas matérias e tecnologias	Concebem documentos técnicos, desenvolvem métodos de controlo e contribuem na tecnologia associada ao processo de construção
Associações profissionais	Incentivam os esforços dos participantes nas áreas profissional, científica e social	Indicam os encarregados pela qualidade
Seguradoras	Responsável pela segurança da atividade dos intervenientes da obra	Estabelecem as obrigações a cumprir
Consultores	Organismos que prestam assistência ao dono da obra	Analizam os objetivos do dono da obra e executam-nas tecnicamente e determinam os níveis de eficiência
Gestores de Qualidade	Estabelecem os sistemas de qualidade em obra	Responsáveis pela qualidade do produto final, fazendo cumprir as normas ISO
Coordenadores de Segurança, Higiene e Saúde	Incumbidos pela Segurança, Higiene e Saúde na obra	Garantir a segurança de todos os intervenientes associados à construção da obra
Promotor	Incrementa ações de execução de marketing e vendas	Fomenta a qualidade dos serviços e do produto final

A construção de qualquer empreendimento requer a colaboração mútua de todos os seus intervenientes, por forma a obter o estabelecido no projeto e no contrato.

O dono da obra, ou promotor, é a entidade individual ou coletiva, proprietária da construção e, a quem compete mandar executar a obra, tendo como competências efetuar os pagamentos, estabelecer os objetivos a atingir, tomar as decisões necessárias relativamente a um correto desenvolvimento da construção, da execução e da futura função exigida, estabelecer e acordar as soluções propostas pelo projetista, adquirir os licenciamentos da Administração Pública, monitorizar e fiscalizar a construção, por forma a verificar se a mesma está a ser executada conforme os requisitos definidos e, ser responsável pela exploração da obra.

Ao projetista compete cumprir os objetivos traçados pelo dono da obra, tendo em atenção as características a nível de dimensão, de localização, de função e regulamentares, por forma a obter-se um projeto final sem desvios ao definido inicialmente pelo dono.

O diretor técnico da obra é o responsável por analisar o projeto, de modo a identificar possíveis erros apresentando soluções ou alterações. Tem de confirmar a qualidade dos materiais a utilizar, a execução da obra, verificar as faturas e folhas de medições, elaborar relatórios no decorrer da obra, preencher o livro de obras e contatar os Serviços Públicos.

O construtor é a entidade cuja função é a de construir tal como foi estipulado no projeto, tendo em conta a regulamentação e os fins para qual a obra foi executada (Reis, 2010).

De salientar que, o mercado da construção é definido pela heterogeneidade no que diz respeito a produtos, clientes e empresas que operam no setor, tendo o Estado um papel fundamental na designação das políticas aplicáveis, na regulamentação, bem como nas compras públicas para as empresas do mercado da construção (Martins, 2008).

2.3.1 Empresas de construção

É do conhecimento comum que, a execução de uma obra depende sempre de uma empresa de construção. Esta deverá possuir uma boa estrutura no âmbito técnico e administrativo, de forma que favoreça a sua produtividade (Pereira, 2014).

Segundo o Decreto-Lei (DL) 135-B de 2017, entende-se como empresa qualquer entidade que desempenhe uma atividade económica, sem ter em conta o seu estatuto jurídico.

Por sua vez, e de acordo com o DL 372/2007, de 6 de novembro, é definida a sua categoria de micro, pequena ou média empresa (PME) segundo os seguintes critérios:

- Uma média empresa, é estabelecida por empresas cujo número de empregados é inferior a 250 pessoas, tendo um volume de negócios anual abaixo dos 50 milhões ou cujo balanço total anual esteja abaixo dos 43 milhões;
- Uma pequena empresa, é estabelecida por empresas cujo número de empregados é inferior a 50 pessoas, tendo um volume de negócios abaixo dos 10 milhões de euros;

- Uma microempresa, é estabelecida por empresas cujo número de empregados é inferior a 10 pessoas, tendo um volume de negócios abaixo dos 2 milhões de euros.

De referir que, as empresas pertencentes à indústria da construção são maioritariamente as microempresas, de cariz familiar, com pouca organização relativamente à parte administrativa e estrutura técnica (Pereira, 2014).

No exercício da sua atividade, a empresa deverá possuir competências económicas, técnicas e financeiras, sendo que a sua competência estrutural deverá estar associada ao cumprimento de regras que lhe permitirão a admissão e permanência na atividade, onde estão envolvidos processos de qualificação no que se refere à avaliação das suas capacidades básicas.

Neste contexto, no âmbito das regras, está estabelecido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I.P), que os empreiteiros por forma a poderem atuar no setor da construção deverão ser detentores de um alvará que lhes permitirá construir um determinado tipo de obra dentro de um dado valor.

O alvará é emitido por esta entidade e o mesmo será revisto anualmente, sendo que se não for revalidado, caduca no dia 31 de janeiro. Este documento confere permissão às empresas para execução de obras públicas ou particulares.

O IMPIC tem como função regular e fiscalizar o setor da construção e do imobiliário, promover, monitorizar e regulamentar qualquer atividade produzida na construção, fornecer dados estatísticos e investigação setorial, garantir a atuação coordenada das entidades estatais, assim como a regulação dos contratos públicos.

Em Portugal, é consentido o desempenho da atividade de construção a pessoas singulares ou coletivas, desde que a sua sede ou domicílio se localize nestes Estados, sendo necessário comprovar os requisitos impostos por lei para a realização de qualquer obra em território nacional (Pereira, 2014), conforme o atual regime jurídico aplicável ao exercício da atividade de construção, estabelecido no DL 41/2015 de 3 de junho, previsto no DL 12/2004 de 9 de janeiro, alterado pelo DL 18/2008 de 29 de janeiro.

Nesse sentido, a licença e a preservação das habilitações estão sujeitas aos seguintes requisitos:

- Idoneidade – Como definido no Capítulo II, “Regime jurídico de ingresso e permanência na atividade da construção” artigo nº 8, do DL mencionado anteriormente;
- Capacidade técnica – Definida tendo em conta a estrutura organizacional, avaliação dos técnicos e meios humanos utilizados na produção, higiene e saúde no trabalho, na gestão da segurança e da obra, assim como o seu currículo;
- Capacidade económica e financeira - confirmada através dos valores do capital próprio, equilíbrio financeiro, tendo por base a autonomia financeira e indicadores de liquidez, e o volume de negócios tanto global como em obra (Reis, 2010).

2.3.2 Autores do projeto

Os autores do projeto no setor da construção são representados pelas empresas de arquitetura e engenharia, cuja função é a de criar um projeto com o dono da obra tendo em conta os custos, o que é pretendido e o que seja tecnicamente exequível.

A estes compete, além da execução do projeto com vista à sua conceção baseada nos objetivos traçados pelo dono de obra, a assistência técnica à obra, na qual deverão dar apoio no que concerne às dúvidas do projeto ao empreiteiro. A eles também compete a execução dos pareceres técnicos da qualidade dos materiais, o tipo de equipamentos necessários e os processos de construção que possam ser solicitados pelo dono da obra.

Na ausência nos quadros do dono de obra de técnicos de engenharia civil, este recorre aos autores do projeto para a execução da fiscalização da obra e assinatura do caderno de encargos, sendo desta forma assegurada a qualidade da mesma no que se refere à qualidade dos processos e materiais utilizados na construção (Romão, 2015).

Contudo, de referir que, segundo o artigo 16º, nº 2, do DL 31/2009, de 03 de julho, a fiscalização não poderá ser exercida por pessoas que constituam o quadro da empresa que executará a obra nem por outra empresa que faça parte integrante na execução desta, onde está também englobado o diretor.

2.3.3 Clientes

O setor da construção é constituído por dois tipos de clientes. Os que são representados pelo Estado em todo o tipo de representação – organismos públicos – e aqueles representados pelas entidades coletivas ou individuais, cujos clientes são particulares – os organismos privados.

O Estado e as suas entidades de poder local são os clientes principais do setor da construção. A seguir, e por ordem decrescente de importância, surgem os grandes grupos económicos, os promotores de obras e, por último, como consumidores do produto, as famílias e os cidadãos (Martins, 2008).

A atividade no setor da construção depende do cliente, atuando diretamente no processo de construção e promoção.

A influência do poder do cliente no setor da construção é elevada no que se refere ao Estado, médio no caso dos grandes grupos económicos e promotores e quase nulo no caso das pessoas individuais. A boa prática da atividade da construção é imprescindível na prestação de serviços públicos com qualidade (Martins, 2008).

No caso dos organismos públicos, sobretudo os que pertencem ao Estado, como as juntas de freguesias e câmaras municipais, importa referir que este tipo de cliente procura principalmente a construção de obras destinadas à população, nomeadamente aeroportos, estradas, escolas, hospitais, pontes, estruturas desportivas ou outra obra de interesse público, tendo como fontes de investimento os empréstimos bancários, as parcerias público privadas, os impostos pagos pelos contribuintes e os fundos comunitários (Romão, 2015).

No que diz respeito aos organismos privados, representado por pessoas individuais ou coletivas, como seja o caso das empresas, grupo de investigadores privados ou empresas, estes procuram principalmente a construção de estruturas desportivas e comerciais, de prédios, escritórios e moradias, tendo como fundo de investimento o capital próprio ou, mais usualmente, os empréstimos bancários. De referir que, no que se refere às parcerias público privadas, estas podem estar incluídas na construção de obras de interesse público (Romão, 2015).

2.3.4 Fiscalização das obras

A fiscalização é realizada pelo dono de obra ou pelo seu representante após a adjudicação do trabalho (Reis, 2010).

À fiscalização compete garantir o correto cumprimento do projeto, assim como possíveis alterações do contrato, do definido no caderno de encargos, devendo registar o andamento da construção no plano de trabalhos, assim como:

- Verificação da correta implantação da obra, tendo em conta as indicações fornecidas ao empreiteiro;
- Obtenção, por parte do empreiteiro, de procedência e amostras dos materiais a utilizar para aprovação;
- Verificação das condições do terreno juntamente com o empreiteiro;
- Verificação dos processos de execução e controlo da qualidade através de ensaios;
- Efetuar as medições necessárias;
- Verificação da ordem de execução dos trabalhos e meios estabelecidos no plano de trabalhos e alterações efetuadas durante a obra;
- Informação das necessidades ou conveniências que possam surgir durante a execução da obra, pronunciando-se sobre a aplicação de indemnização e informar as suas eventuais consequências legais e contratuais;
- Transmissão ao empreiteiro das ordens do dono da obra e garantir o seu cumprimento;
- Conferir as faturas do empreiteiro;
- Assegurar o bom andamento da obra, resolvendo quando for da sua competência, ou submetendo a sua informação ao dono da obra todas as questões postas pelo empreiteiro;
- Comunicação ao empreiteiro de qualquer alteração agregada no plano de trabalhos e aprovação da proposta pelo empreiteiro;
- Verificar se existe infrações legais e regulamentares aplicáveis;
- Verificação dos trabalhos executados e o cumprimento dos prazos estabelecidos;
- Monitorização das condições de segurança.

Deverá também ter um contributo na apresentação do concurso, na avaliação do projeto de execução e na fase de utilização.

Para além da fiscalização do dono da obra, será necessária a presença da fiscalização da Câmara no decorrer da construção, assim como de outras entidades, cuja função será a de verificar a existência e validade da licença da construção, a parte técnica das obras a decorrer e garantir o cumprimento dos Regulamentos Municipais e Nacionais.

Dentro destas entidades encontram-se a Delegação de Saúde, Inspeção Geral do Trabalho, os bombeiros, Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento, rede de telecomunicações e concessionárias de gás (Reis, 2010).

2.3.5 Gestão da qualidade

De modo a qualquer empresa obter uma boa reputação e uma marca definida no mercado, esta deverá apostar na imagem e no marketing como peças integrantes nos produtos da qualidade, assim como estar associada a produtos inovadores e com qualidade (Martins, 2008).

A qualidade é a totalidade das faculdades e propriedades de um produto ou serviço que podem atender as necessidades de caráter explícito ou implícito dos clientes, sendo que esta satisfação é um requisito fundamental de qualquer empresa no que se refere ao seu desenvolvimento, à sua sobrevivência no âmbito da competitividade e das mudanças (Silva, 2014).

Nesse sentido, e de acordo com o DL nº 183/86, de 12 de julho, foi criado o Instituto Português da Qualidade, IP (IPQ), sendo o organismo nacional incumbido pela normalização, certificação e metrologia, assegurando o cumprimento das normas e atividades do Sistema Nacional de Gestão da Qualidade.

O IPQ tem como finalidade garantir a procura da qualidade dos produtos e serviços, de modo a auferir melhor qualidade de vida aos cidadãos, promover a competitividade das atividades económicas relativamente a uma crescente liberdade de circulação de bens.

Embora não sejam obrigatórios serem incluídos no caderno de encargos, a qualidade, a certificação e a acreditação, são requisitos que apresentam uma forma de investimento, sendo que têm vindo a ser mais considerados até mesmo no que concerne ao critério de classificação das empresas nas propostas (Pereira, 2014).

Segundo o Instituto Português da Acreditação (IPAC), a certificação é o procedimento onde é atribuído uma garantia de um produto, serviço ou processo tendo em conta a conformidade do estabelecido em norma ou documento normativo próprio.

É atribuída a uma empresa que verifique cumprir o sistema de qualidade definido na Norma NP EN ISO 9001 “Sistemas de gestão da qualidade – Requisitos”, que visa promover a consciencialização da importância da satisfação das necessidades e expectativas dos seus clientes e partes interessadas, assim como alcançar a satisfação dos seus serviços e produtos, referentes aos seus deveres e obrigações. Esta será atribuída por uma entidade acreditada, competindo ao IPQ o acompanhamento no seu procedimento.

De referir que, o IPAC foi criado em 2004, pelo DL nº 125/2004 de 31 de maio, requerido pelo Regulamento CE nº 765/2008, sendo a sua função ser a entidade nacional de acreditação que reconhece

a aptidão técnica dos agentes de avaliação da conformidade operacionais no mercado, segundo o estabelecido em norma.

O IPAC refere que, a avaliação da conformidade pretende comprovar que um dado serviço, processo, bem ou produto desempenhe os requisitos que lhe são extensíveis e consiste na execução de ensaios, verificações, calibrações, certificações e inspeções.

A acreditação apresenta várias vantagens no que diz respeito aos organismos que optem por este meio, à sociedade e ao próprio Estado (Romão, 2015). Esta representa uma mais-valia relativamente aos clientes, bem como para a obtenção da mesma por forma a estabelecer a quota de mercado, tendo em vista o aumento das áreas em que a legislação exige a sua acreditação. Neste contexto, a qualidade e a acreditação deixam de ser uma vantagem competitiva e passam para uma necessidade, tendo em conta a importância destes requisitos devido ao aumento de empresas certificadas.

De salientar que, o IPAC defende que a acreditação difere da certificação em várias particularidades, nomeadamente no se refere aos critérios e métodos utilizados, bem como no facto de apenas existir uma entidade acreditadora, a qual realiza a regulamentação das entidades de certificação.

2.3.6 Entidades bancárias

Um dos componentes necessários para a sobrevivência do sector da construção é o investimento, tornando-se fundamental o recurso às entidades bancárias dos clientes, tanto públicos como privados, que não disponham de fundos financeiros por forma a garantir recursos para a execução da obra (Pereira, 2014).

Nestes procedimentos, a entidade bancária disponibiliza o capital necessário para a realização da obra ficando o cliente a pagar durante um período, uma determinada prestação, acrescida de uma taxa de juros. No entanto, assim como um empréstimo pode favorecer uma empresa ou organismo privado com aquisição de fundos, também pode se tornar numa via rumo à sua falência ou mesmo à dissolução da empresa, tendo em conta que se esta não conseguir auferir rendimentos dos seus investimentos, não terá recursos para pagar os empréstimos contraídos pela entidade bancária. Pelo que, a aquisição de fundos através de uma entidade bancária pode ser uma boa opção apenas se for garantida as devidas precauções, por forma a assegurar que o capital adquirido com a construção da obra seja superior ao montante que será pago evitando que a empresa atinja uma situação de incapacidade financeira e com ela o seu fim.

De salientar que, em Portugal existem diversas entidades bancárias, no entanto, devido à conjuntura económica que o país atravessa e consequentemente algumas medidas de austeridade, o volume de crédito atribuído a privados tem sofrido muitas alterações ao longo dos tempos, fazendo com que as empresas sejam obrigadas a arranjar outras alternativas recorrendo por isso a investidores privados (Romão, 2015).

2.3.7 Seguradoras

O setor da construção, por ser uma atividade diversa e de elevado risco, torna-se fundamental salvaguardar os interesses de todos os intervenientes de uma obra através de uma apólice de seguros.

Com estes seguros são transferidos para a seguradora todas as responsabilidades associadas aos riscos de qualquer ocorrência que possam prejudicar a continuação dos trabalhos (Pereira, 2014).

2.3.8 Instituto para a segurança e saúde no trabalho

Segundo o DL nº 273/2003 de 29 de outubro, as condições de trabalho têm sido limitadas, estando na origem de inúmeros acidentes de trabalho graves e até mortais.

Com o intuito de diminuir os riscos profissionais existentes nos setores com maior número de sinistrados, é celebrado um acordo entre o Governo e os parceiros sociais, onde se prevê um aperfeiçoamento das normas características de segurança no setor da construção civil e obras públicas, assim como o reforço da fiscalização em todos os setores com maior ocorrência de acidentes e doenças profissionais, sendo que o plano de segurança e saúde no trabalho é fundamental no planeamento e na organização da segurança no trabalho.

De referir que, estas normas deverão ser cumpridas por todos os intervenientes no estaleiro, devendo a entidade executante e o coordenador de segurança garantir o cumprimento do plano.

De acordo com o artigo 25º, do DL nº 171/2004, com o intuito de garantir o bem-estar dos intervenientes, foi criado um Instituto de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (ISHST), cujo objetivo é a realização das políticas relativas à segurança, saúde e bem-estar no trabalho, sucedendo o Instituto para o Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT).

2.3.9 Agência portuguesa do ambiente

É inegável a elevada importância que a proteção do ambiente e a poluição representam para qualquer empresa, tendo sido implementado o sistema de gestão, reforçada ao longo dos tempos, em consequência das definições legais aplicadas no setor da construção (Pereira, 2014).

De acordo com DL nº 178/2006, de 5 de setembro, alterado para o DL nº 73/2011, de 17 de junho, e segundo Mendes (2016), é definido nos Resíduos de Construção e Demolição (RCD), os princípios de estabelecimento de prioridade da gestão de resíduos, nomeadamente a prevenção, a reutilização em obra, a triagem em obra, a valorização e por fim a sua eliminação.

Por sua vez, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) é o organismo responsável por colocar em prática as políticas ambientais em Portugal, cuja função é a de colaborar no aumento do nível de proteção e valorização do ambiente através do fornecimento de serviços de qualidade aos cidadãos. Esta surge pela fusão do Instituto do Ambiente e do Instituto de Resíduos na Agência Portuguesa do Ambiente, conforme o Decreto-Regulamentar nº 53/2007, de 27 de abril.

A Norma NP EN ISO 14001 – 2004 “Sistemas de gestão ambiental – Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização” define os requisitos necessários para a gestão de sistema ambiental, tendo como finalidade serem incluídos em qualquer sistema de gestão ambiental, sendo que a sua prática dependerá da política ambiental da entidade, da natureza das suas atividades, da localização, dos serviços, dos produtos e das circunstâncias em que trabalha, cuja certificação é emitida por uma organização.

2.4 Fases de uma obra

Conforme já foi referido, na realização de qualquer obra terá de ser tido em conta o que é pretendido havendo necessidade da elaboração de um projeto, seguido da contratação do empreiteiro através de um processo de concurso, conforme o tipo de obra e, finalmente, proceder à fiscalização dos trabalhos de construção da mesma.

A execução de um empreendimento é composta pelo estudo da sua viabilidade, da conceção e projeto, do concurso para a realização, da sua execução e receção, da sua utilização e, por fim, da sua manutenção.

Face ao anteriormente mencionado, são apresentadas genericamente as fases de um empreendimento associadas às atividades dos principais intervenientes, definidos na Figura 2, seguidamente descritos:

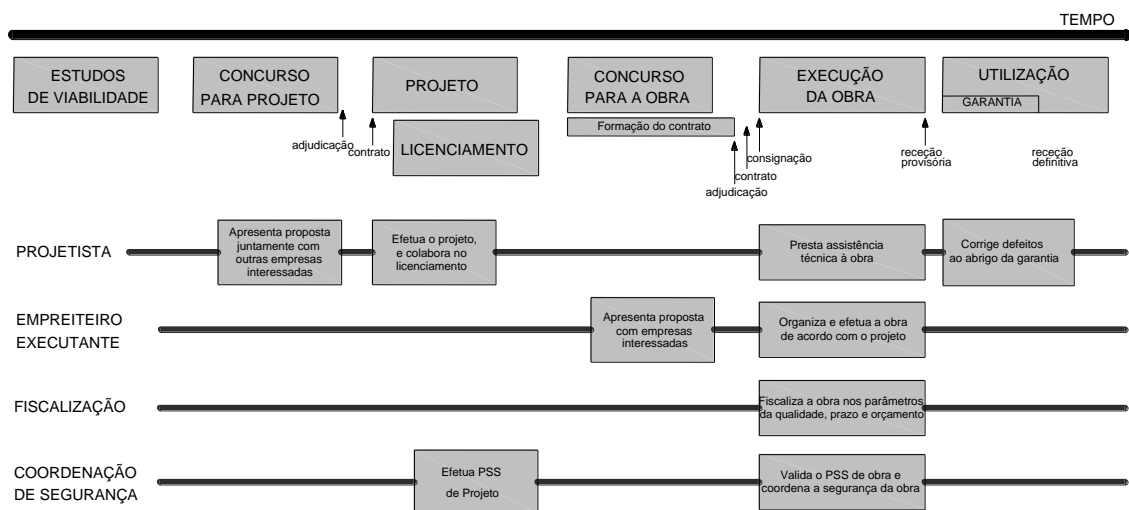


Figura 2 – Fases e atividades dos principais intervenientes de um empreendimento (adaptado de Pereira (2014))

2.4.1 Estudo de viabilidade

Na tomada de decisão da execução de qualquer empreendimento será fundamental a realização de uma análise, de modo a aferir a sua viabilidade relativamente a aspetos de cariz técnico, enquadramento legal e institucional, nomeadamente localização, dimensão e mesmo processos utilizados na sua construção.

Numa fase posterior, deverá ser efetuada uma análise económico financeira, onde se afere a rentabilidade do empreendimento, comparando as despesas com as receitas financeiras.

2.4.2 Projeto

Nesta fase a finalidade principal centra-se na elaboração de vários estudos que determinem o definido pelo dono da obra.

O projeto torna-se uma componente importante na medida que, se for bem executado, possibilita a correta definição dos parâmetros associados ao desempenho e funcionalidade da obra, entre outras, a acústica, a térmica e a estrutura, assim como obter antes, com exatidão, o custo do empreendimento possibilitando que o dono tome medidas no âmbito financeiro, podendo também formular uma proposta compatível com a execução da obra tendo em conta os encargos implicados na mesma.

De referir que, um bom projeto diminuirá o número de litígios ocorrido na fase de execução da obra entre os intervenientes, uma vez que estes resultam dos erros e omissões do projeto.

2.4.3 Licenciamento

Simultaneamente à execução do projeto de execução, em muitas obras públicas ou privadas, deverá ser essencial um processo de licenciamento, decorrente do abrigo do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), definido no DL n.º 136/2014, por forma a aferir o cumprimento dos assuntos urbanísticos e integração arquitetónica.

De salientar que, poderá surgir atrasos no prazo de conclusão, aumento nos custos previstos ou até impactos no que está relacionado com a qualidade do produto final, se os problemas aderentes à fase de conceção e de projeto não tiverem sido resolvidos, tendo consequências na fase de execução.

2.4.4 Concurso para execução da obra

Para a execução da obra deverá ser escolhida uma pessoa coletiva cuja constituição seja, ao abrigo da lei das sociedades comerciais, compatível com as obras a executar, tarefa essencial na escolha dos empreiteiros que irão elaborar a obra, desde a organização do próprio concurso até a avaliação das propostas. Para tal, deverá ser realizado um concurso (processo geralmente integrante nas obras públicas), associado a um caderno de encargos, onde deverá constar o projeto de execução, assim como aspetos relacionados com a elaboração do contrato, nomeadamente os parâmetros submetidos à concorrência, associados ao prazo de execução e preço, bem como os aspetos relacionados com o pagamento e regime de revisão de preços.

Uma vez concluída a fase de avaliação das propostas, o dono adjudicará a obra à empresa escolhida - empreiteiro, estabelecendo um contrato entre as partes envolvidas, tendo em conta a aceitação, por ambas, das condições estabelecidas no caderno de encargos.

No caso das obras particulares a execução da obra não depende de um concurso.

De acordo com o DL n.º 445/91, de 20 de novembro, deverá ser efetuado um pedido de licenciamento municipal acompanhado de um termo de responsabilidade dos autores do projeto, através de um requerimento.

O projeto será avaliado e, no caso de deferimento, será emitido um certificado de conformidade.

Todos os requerimentos que derem entrada nos serviços camarários deverão ser publicados em forma de aviso e afixado em local visível no prédio a executar a obra assim como o alvará de licença de construção.

Neste tipo de obras, deverão ser registados as atividades efetuadas, por forma a ser consultado pelas entidades fiscalizadoras.

2.4.5 Execução da obra

Após a adjudicação, a empresa construtora poderá iniciar os trabalhos de preparação da obra, relativos ao planeamento e afetação de equipamentos e mão-de-obra, sendo lavrado o auto após a consignação, que permitirá o início dos trabalhos de construção após a aprovação do plano de saúde e segurança.

As obras ficam concluídas com a sua receção provisória, solicitada pelo empreiteiro ou dono da obra, no final dos trabalhos de execução.

No caso das obras públicas, após a sua conclusão, e no caso de conformidade, deverá ser emitido um alvará de licença e posteriormente elaborado o auto de vistoria.

2.4.6 Utilização

É a fase para a qual a obra foi concebida, na qual resulta a sua utilização pelo dono ou utilizadores por ele concedido (Pereira, 2014).

Nesta fase existe um prazo de garantia no qual o empreiteiro tem obrigação de reparar os defeitos de construção que venham a apresentar, sendo de 5 anos no caso das obras públicas, este período dependerá do tipo de elementos afetados, sendo de 10 anos no caso de elementos construtivos estruturais e de 5 no caso de elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas, conforme definido no artigo nº 397, do DL 18/2008, de 29 de janeiro.

Capítulo 3

3 SETOR DA CONSTRUÇÃO EM PORTUGAL

3.1 Introdução

O setor da construção é um dos principais setores, diferenciando-se de todos os outros setores económicos quer em termos de mercado de trabalho, quer em termos de produtividade, nomeadamente nos clientes, projetos, produtos, operadores produtivos, tecnologias e unidades produtivas.

Verificou-se um grande desenvolvimento no setor em Portugal com a sua entrada na Comunidade Europeia (CEE) em 1986, principalmente na década de 90, com a liberdade de circulação dos cidadãos entre os Estados membros.

Esta liberdade permitiu que as empresas alargassem o seu campo de atividade permitindo também o transito migratório.

Muitas empresas conseguiram sobreviver e expandir graças aos financiamentos provenientes da EU (Europa).

Com a redução do volume de financiamentos, o setor da construção, assim como a economia do país apresentam consideráveis sinais de ressentimento económico, onde as empresas tiveram necessidades de estabelecer novos meios de se manter no ativo (Arnaldo, 2006).

Perante este cenário, a atividade económica do país, refletiu-se nas condicionantes causadas no setor da construção, fundamentalmente no que está relacionado com a restrição de crédito e com o endividamento.

O profundo endividamento que o país atravessa, cai em detrimento das adversidades que o mesmo enfrenta, traduzido numa relevância económica negativa na sociedade, nomeadamente na conceção de crédito, aumento de desemprego, diminuição do consumo, entre outros indicadores macroeconómicos, arrastando-o para uma crise económica (Rodrigues, 2014).

Como se pode constatar através dos dados da base de dados da PORDATA, no período entre 2002 e 2012, Portugal apresentava um elevado nível de endividamento que era acompanhado pelo défice

orçamental, que se estende, por sua vez, às famílias e às empresas. O seu aumento tem sido sucessivo, tendo apresentado maior evidência entre 2008 e 2012, período da crise económica, e a partir de 2019, resultado do efeito da pandemia de saúde mundial provocada pela Covid-19 (Figura 3).

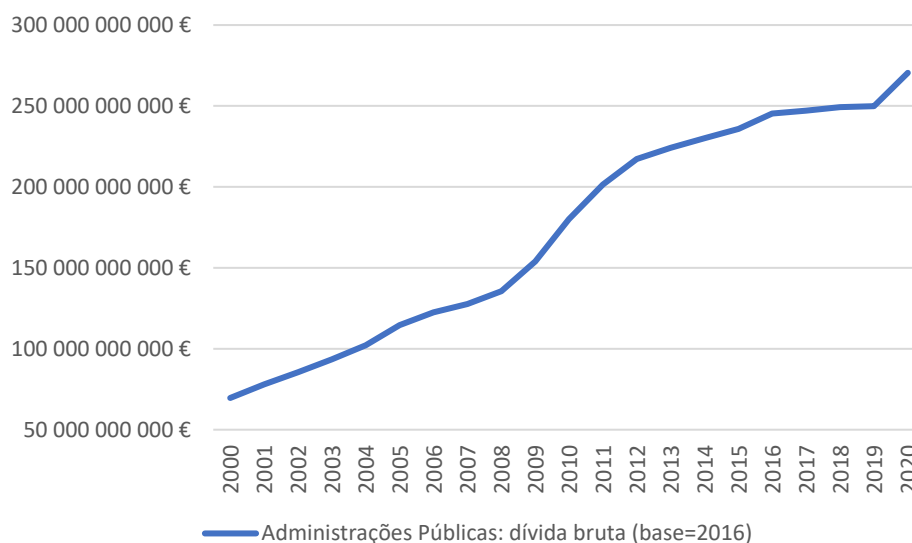


Figura 3 – Dívida da Administração Pública acumulada

3.2 Caraterização do setor da construção em Portugal

Uma forma de garantir que uma crise não evolua é a existência do equilíbrio orçamental, em que é assegurado o desenvolvimento sustentável das finanças públicas.

Destas finanças públicas fazem parte a despesa do Estado, que incide sobre as decisões económicas a tomar, associadas à contenção orçamental. Esta contenção, deverá garantir a igualdade entre a despesa e a receita pública, assim como a viabilidade do financiamento do Estado (Franco, 2015).

Como se pode constatar pelos dados da PORDATA (Figura 4), o equilíbrio orçamental teve os seus pontos mais críticos no período de 2008 a 2010, voltando a agravar-se em 2019, em consequência do sucessivo aumento do endividamento público.

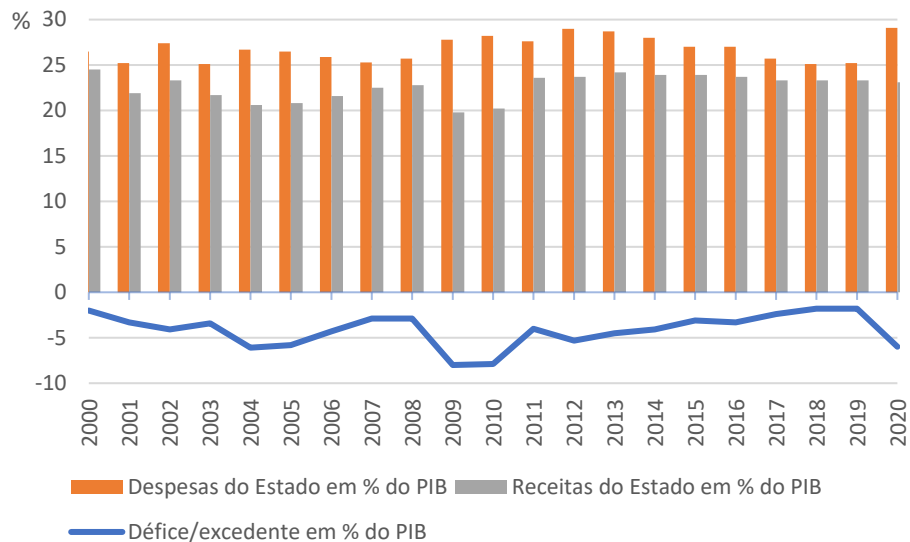


Figura 4 – Despesas e receitas efetivas do Estado, défice/excedente do PIB

A dívida estatal não está restrita à Administração Pública, uma vez que esta dívida também se evidencia no endividamento representado pelo Setor Empresarial do Estado (SEE), sendo que o crédito concedido a este setor absorve uma grande parte do valor total do crédito concedido às sociedades não financeiras.

O SEE é composto pelo conjunto das componentes produtivas que integram o Estado, incluindo as empresas públicas e as empresas participadas, conforme estabelecido no artigo 2º, do DL 18/2013, de 18 de fevereiro.

De referir que, os conceitos de défice e de dívida diferem entre si. Enquanto a dívida representa o compromisso perante outros, o défice representa um saldo negativo nas contas, neste caso do Estado.

De forma a garantir uma solidez nas finanças públicas, em 1997, o Conselho Europeu aprovou um Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), onde são definidas as regras de gestão das políticas orçamentais na EU, cujo objetivo é a criação de postos de trabalho e a estabilidade dos preços.

Este pacto define limites para o défice orçamental e para a dívida pública em termos de percentagem do PIB.

Do PEC fazem parte duas vertentes, a vertente preventiva, nas situações em que são aplicados os princípios associados à supervisão no que concerne à gestão das políticas económicas e às condições orçamentais, e a vertente corretiva, nos outros casos em que deverão ser implementados o método dos défices volumosos, situação em que o país esteve sujeito, no período entre 2009 e 2016.

Relativamente a este pacto, a 16 de junho de 2017, o Conselho da União Europeia, revoga a situação de défice excessivo em Portugal, na vertente corretiva em que o país esteve dependente, para a vertente preventiva (Amaral, 2017).

Nesse contexto, o défice orçamental não deverá exceder os 3% do valor do PIB e o valor da dívida pública não deverá ultrapassar os 60% do valor do PIB, segundo o estabelecido no nº I, do PEC.

Para além do anteriormente mencionado, é importante referir que, o PIB é o indicador que reflete a economia e o grau do património de uma dada região, pelo que o seu valor influenciará a atividade económica desta. O comportamento deste indicador é uma forma rápida de examinar a economia de um país.

Quanto mais elevado for a produção, maior será também as vendas, o consumo e até o investimento, sendo que, no cálculo do PIB, é tido em conta os bens e serviços adquiridos pelo consumidor final, os investimentos efetuados pelas empresas em detrimento da sua produção, as despesas efetuadas pelo governo e todos os serviços prestados e remunerados (INE, 2018).

Neste contexto, se o PIB apresentar um valor elevado este terá influência diretamente nas receitas, nos empregos, na inflação, assim como na competitividade entre as empresas.

No que concerne às receitas, o seu aumento se traduz no crescimento da economia, onde haverá mais dinheiro disponível, maior poder de compra que proporcionará aumento de consumo.

Relativamente ao emprego, o valor PIB elevado, incentiva a expansão das empresas que por sua vez, motivará o aumento das contratações, bem como viabiliza o aumento de postos de trabalho nas novas empresas que são criadas.

No que se refere à competitividade, as empresas apostarão na exportação de forma que os produtos ganhem qualidade e se tornem mais económicos, em prol da expansão da sua produtividade.

No que concerne à inflação, uma vez que há muita oferta, os preços dos produtos e serviços diminuem implementando o equilíbrio da inflação.

Neste sentido, o PIB indica o estado em que se encontra a economia do país refletindo-se no comportamento das atividades do mesmo.

Este indicador económico poderá ser analisado sob os seguintes aspetos:

- Na produção ou oferta. Neste ponto de vista, o PIB representa a soma do VAB, valor obtido da produção resultante do consumo intermédio, a partir do preço base ao qual é incluído o valor dos impostos líquidos dos subsídios;
- Na despesa ou procura. Nesta perspetiva, o PIB representa o valor das despesas contraídas com o consumo das administrações públicas, com o consumo privado, ou seja, com o consumo final resultante das famílias e das instituições sem fins lucrativos na incumbência das mesmas, assim como as despesas com as importações e exportações;
- No rendimento. Nesta ótica, o PIB representa o valor total atribuído às remunerações, ao excedente bruto da exploração e ao valor resultante dos impostos líquidos dos subsídios e da produção (INE, 2018).

Sendo assim, e tendo em conta o anteriormente descrito, o crescimento económico pode ser condicionado pelo endividamento, através do crescimento do serviço da dívida, uma vez que reduz o consumo e suprime recursos a outras atividades, utilizando grande parte dos rendimentos em detrimento dos compromissos assumidos, vendo assim reduzido o valor disponível para investimento e consumo (Rodrigues, 2014).

Deste modo, e por forma a observar de que forma todos estes aspetos podem influenciar a economia de um país e perceber como o comportamento dos indicadores podem atuar diretamente afetando ou não o setor da construção, procedeu-se à análise de alguns indicadores e estudou-se os seus efeitos.

É sabido que, o grau de endividamento dos particulares em percentagem do rendimento disponível acaba por se associar ao crescimento da dívida face ao Produto Interno Bruto (PIB), acompanhando a sua redução gradual a partir de 2010, no entanto com um valor muito alto (Figura 5), conforme dados do BP.

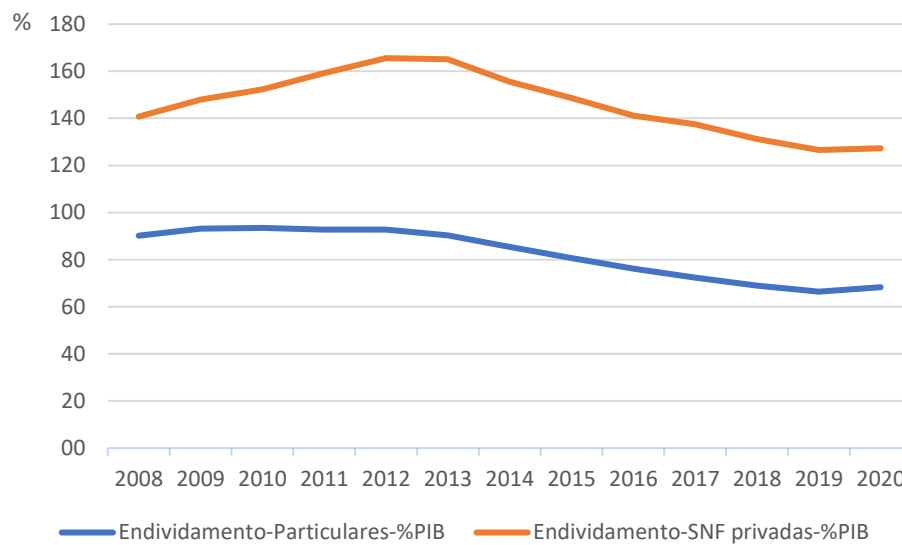


Figura 5 – Endividamento de particulares e de SNF privadas

De referir que nos anos de 2008 a 2012, segundo os dados da PORDATA (Figura 6), a construção era uns dos setores que mais se evidenciava na dívida das sociedades não financeiras (SNF) privadas, sendo o mais atingido pela redução dos empréstimos concedidos.

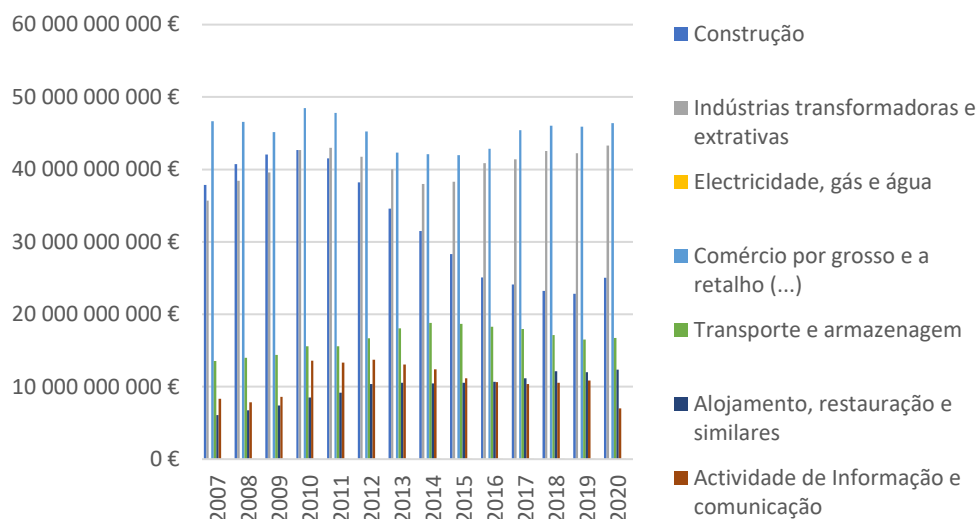


Figura 6 – Dívida das SNF

De referir que, no que concerne ao investimento e posteriormente à realização das atividades a curto prazo de uma empresa, estas tiveram de recorrer ao financiamento, seja de fundos internos existentes ou a fundos externos que possam promover a sustentabilidade das mesmas.

O endividamento das SNF é um indicativo das responsabilidades financeiras das empresas relativamente ao exterior e à economia, tendo as SNF o papel de devedor que poderá ser financeiramente apoiado por entidades como a Administração Pública, sociedades financeiras, empresas, particulares, bem como pelo exterior.

No que se refere ao financiamento da dívida das empresas, de acordo com os dados do BP (Figura 7), observou-se que o setor financeiro é o que mais se evidencia, tendo tido um decréscimo entre o período de outubro de 2020 e março de 2021, com o seu valor mais alto em maio de 2021.

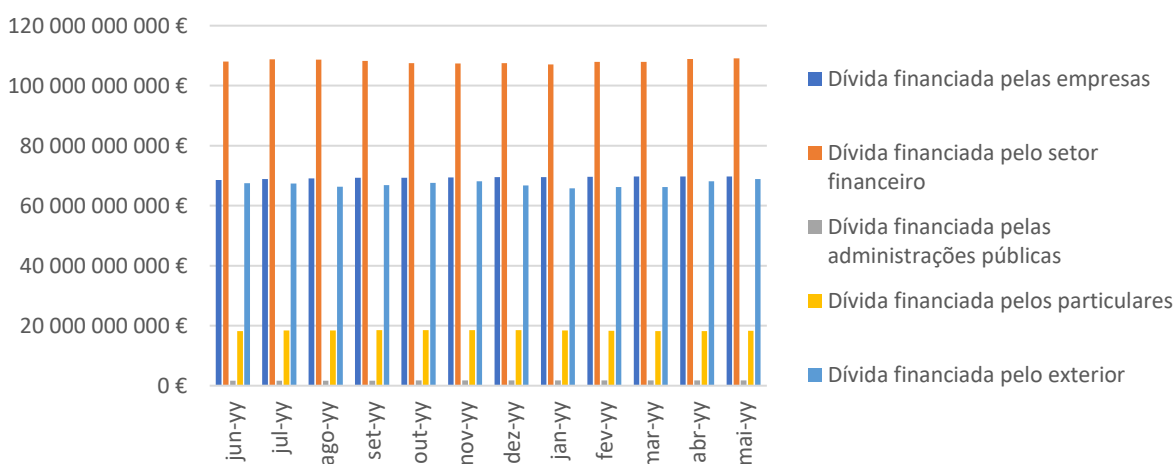


Figura 7 – Financiamento das dívidas das empresas

Uma das consequências da redução do financiamento por parte do setor financeiro nacional foi o da procura de outros meios de financiamento, como o financiamento exterior, por forma a colmatar as limitações domésticas (Rodrigues, 2014).

De modo a avaliar o efeito da conceção do crédito na economia, foi implementado pelo Eurosistema, a elaboração de um inquérito pelos bancos, com base numa amostra de bancos da zona euro, cujo objetivo é o de obter informações relativamente sobre a procura e a oferta de crédito pelas empresas, com uma periodicidade trimestral.

O Eurosistema é composto pelo Banco Central Europeu e pelo Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Em termos de restrições de crédito, de acordo com os dados analisados anteriormente, durante e após a crise económica e segundo os boletins 2011, 2014, 2016 e 2018 do BP (Tabela 2), constatou-se que, de um modo geral, as restrições de crédito foram notórias na maioria das atividades exercias. Contudo, o setor da construção é o mais afetado pela redução nos montantes concedidos para empréstimos, sendo que este tipo de restrições condicionam o investimento, principalmente quando os financiamentos por parte das entidades bancárias decrescem durante os períodos de recessão.

De referir que, o setor da construção é muito vulnerável às condições de crédito e está relacionada a etapas de fácil acessibilidade à conceção do mesmo (Rodrigues, 2014).

Qualquer mudança no valor do PIB, afetará significativamente a sua produtividade.

Tabela 2 - Empréstimos de outras instituições financeiras monetárias a SNF por ramo de atividade

	Atividades Imobiliárias		Construção		Eletricidade, gás e água		Indústrias		Total
	*10 ⁶ €	%	*10 ⁶ €	%	*10 ⁶ €	%	*10 ⁶ €	%	*10 ⁶ €
2007	14922,00	14,69	24140,00	23,76	2637,00	2,60	13199,00	12,99	101610,00
2008	16995,00	14,68	26152,00	22,58	4034,00	3,48	15120,00	13,06	115809,00
2009	17187,00	14,59	26223,00	22,26	4421,00	3,75	15586,00	13,23	117807,00
2010	15978,00	13,94	24032,00	20,97	4823,00	4,21	15287,00	13,34	114626,00
2011	15448,00	13,57	23132,00	20,33	4922,00	4,32	15163,00	13,32	113808,00
2012	16636,88	15,53	21996,00	20,53	4716,00	4,40	14190,80	13,24	107148,40
2013	14018,00	13,61	18773,83	18,23	4497,75	4,37	13811,50	13,41	102965,08
2014	11817,00	13,66	14976,00	17,32	4742,00	5,48	13410,00	15,51	86483,00
2015	11208,00	13,63	12854,00	15,63	4745,00	5,77	13135,00	15,98	82215,00
2016	9176,00	11,87	10797,00	13,96	5042,00	6,52	12763,00	16,51	77323,00
2017	9343,25	12,53	9109,25	12,22	4249,38	5,70	12871,50	17,26	74553,25
2018	9027,40	12,45	9767,60	13,47	3976,60	5,48	9027,40	12,45	72518,20
Varição 2007/08	13,89		8,33		52,98		14,55		13,97
Varição 2008/12	-2,11		-15,89		16,91		-6,15		-7,48
Varição 2012/18	-45,74		-55,59		-15,68		-36,39		-32,32

No que concerne à dimensão, as PME são as mais afetadas pelas profundas restrições de crédito, sendo que, é tido na sua concessão fatores como idade e dimensão, ou seja, será mais improvável nas de menor idade e dimensão.

Face a estes fatores, algumas empresas recorrem ao empréstimo comercial dos seus fornecedores, contudo, estes aumentam nos anos de crise, traduzido ao adiamento dos pagamentos e consequentemente corte nos financiamentos, uma vez que as empresas enfrentam dificuldades nos pagamentos dos clientes, adiando o pagamento aos fornecedores (Rodrigues, 2014).

A estrutura empresarial do setor em Portugal, segundo os dados da PORDATA (Figura 8), é composta maioritariamente por microempresas, na maioria dos casos sem especialização, que se associavam a subempreitadas para a execução das suas obras, sendo as médias empresas em número muito reduzido.

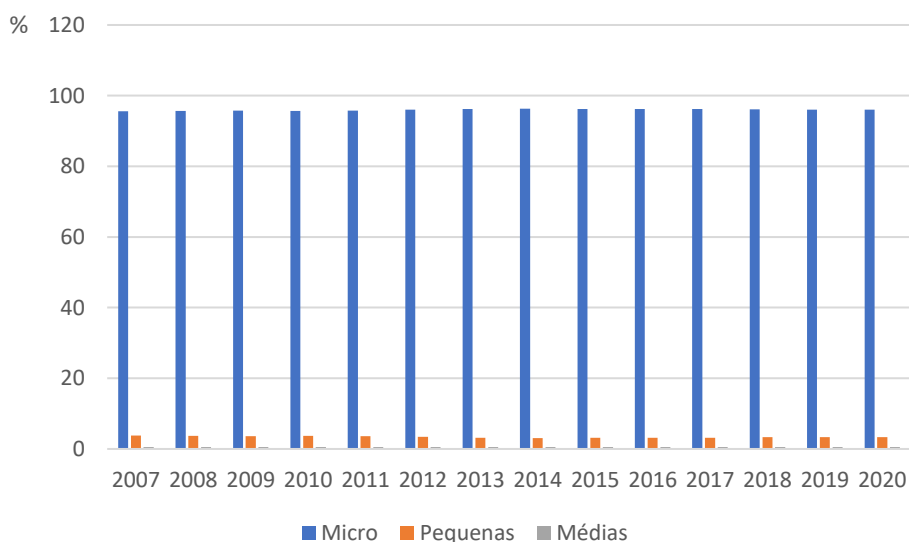


Figura 8 - Percentagem de micro, pequenas e médias empresas no total das empresas

No que concerne a postos de trabalho, o setor da construção apresenta a partir do ano 2007, de acordo com os dados da PORDATA (Figura 9), uma tendência decrescente atingindo o valor mais baixo em 2012. Contudo, volta a crescer, tendo um aumento significativo até 2015, tendo vindo a aumentar até ao ano 2020 em que volta a diminuir.

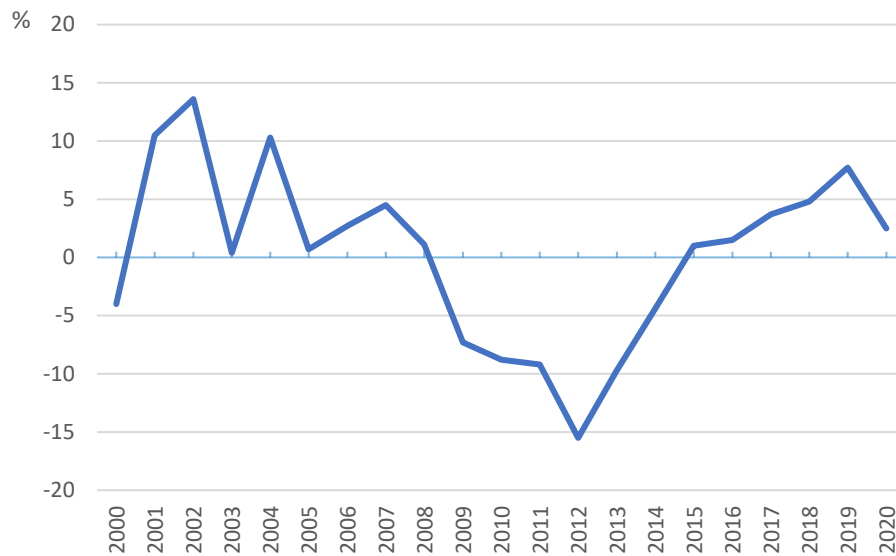


Figura 9 - Taxa de variação de pessoal ao serviço no setor da construção

Segundo Rodrigues (2014) e de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) (Tabela 3), apesar do volume de negócios ter decrescido, a representatividade do setor acaba por ser significativa e fundamental para o país, tendo um papel relevante no número de pessoas empregues relativamente às empresas não financeiras.

Embora o volume de negócios na construção tenha diminuído a partir de 2011, voltou a aumentar em 2017 com um contributo de 6,37% no total nacional em 2020.

Tabela 3 – Contributo do volume de negócios do setor da construção

Ano	Total Nacional (€)	Construção (€)	% Total Nacional
2008	365829137858,00	36276715155,00	9,92
2009	334344857465,00	34719806186,00	10,38
2010	349491042733,00	34863221859,00	9,98
2011	341442775962,00	29121915466,00	8,53
2012	320136230028,00	22043171242,00	6,89
2013	317715144719,00	19495744549,00	6,14
2014	323008553915,00	18134433210,00	5,61
2015	331601856055,00	17953277225,00	5,41
2016	340479969424,00	17490657055,00	5,14
2017	371477802487,00	19413580792,00	5,23
2018	396679490869,00	21212517723,00	5,35
2019	412640613433,00	23256151001,00	5,64
2020	371475656337,00	23645336841,00	6,37

Em termos de contribuição do Valor Acrescentado Bruto (VAB), e de acordo com os dados do INE (Figura 10), em 2008 o seu contributo era de 12,04% tendo um decréscimo para 6,28% em 2016, voltando a crescer, tendo aumentado para 8,26% em 2020.

De salientar que, segundo o INE (2018), o VAB faz parte dos indicadores que definem o valor do PIB a partir do preço base, aos quais são acrescidos os impostos líquidos dos subsídios nos produtos, tendo por isso influência na economia do país.

O VAB é constituído por três itens, nomeadamente excedente bruto de exploração, encargos salariais e impostos líquidos de subsídios à produção.

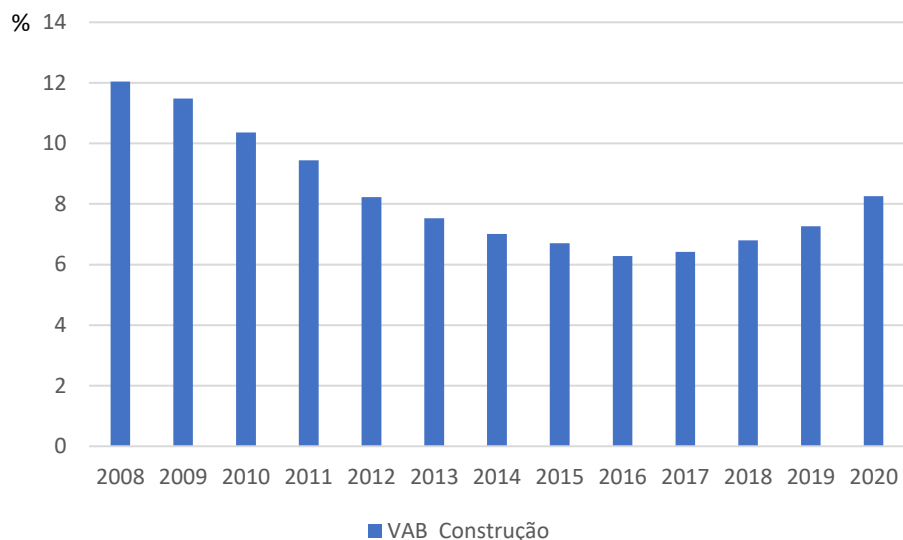


Figura 10 – Contribuição do VAB do setor da construção

Uma das formas de perceber a situação presente comparativamente com o passado e antever o comportamento da atividade é tendo em conta o valor do índice de confiança no setor.

Este indicador permite que as empresas do setor consigam antecipar e gerir o rumo económico no setor, possibilitando que as mesmas possam traçar planos estratégicos na dinâmica destas. Para tal, também será necessário a quantificação da produtividade da empresa (Cunha, 2011), onde deverá medir e quantificar a produtividade e eficiência, a qualidade, a capacidade e as estratégias a adotar, por forma a garantir o seu desenvolvimento.

Segundo os indicadores de atividade económica do GEE (Gabinete de Estratégia e Estudos) (2022), houve um aumento no indicador de confiança da construção e obras públicas, havendo uma ligeira redução em 2020. Este aumento está relacionado com a carteira de encomendas, isto é, com o montante de encomendas observadas durante esse período e, sobretudo, na perspetiva de emprego no que se refere às obras públicas (Tabela 4).

No que concerne ao índice de produtividade, verificou-se que o mesmo apresentou valores positivos no período compreendido entre 2017 e 2019, o mesmo período que apresenta valores negativos mais baixos na carteira de encomendas, voltando a diminuir em 2020 quando diminuiu simultaneamente o indicador de confiança e a carteira de encomendas.

Tabela 4 – Indicador de confiança, índice de produtividade e carteira de encomendas

Ano	Indicador de confiança (SRE-VE)	Índice de produtividade na construção e obras públicas (VH/VM3M)	Carteira de encomendas (SRE-VE)
2008	-26,6	-	-44,0
2009	-31,7	-	-45,0
2010	-38,0	-	-53,0
2011	-52,9	-12,7	-64,0
2012	-66,1	-16,1	-77,0
2013	-54,1	-16,2	-69,0
2014	-41,0	-9,6	-58,0
2015	-35,3	-3,1	-49,0
2016	-31,4	-3,9	-44,0
2017	-21,3	1,8	-33,0
2018	-10,9	3,5	-23,0
2019	-11,1	2,7	-20,0
2020	-16	-3,3	-28,0

A venda de cimento, de acordo com os dados dos Boletins de 2011, 2014, 2016, 2017 e 2018, do BP (Figura 11), sofreu um decréscimo bastante significativo desde 2008 até 2014, tendo voltado a crescer em 2016.

As oscilações apresentas ao longo dos anos está associada à capacidade produtiva do setor.

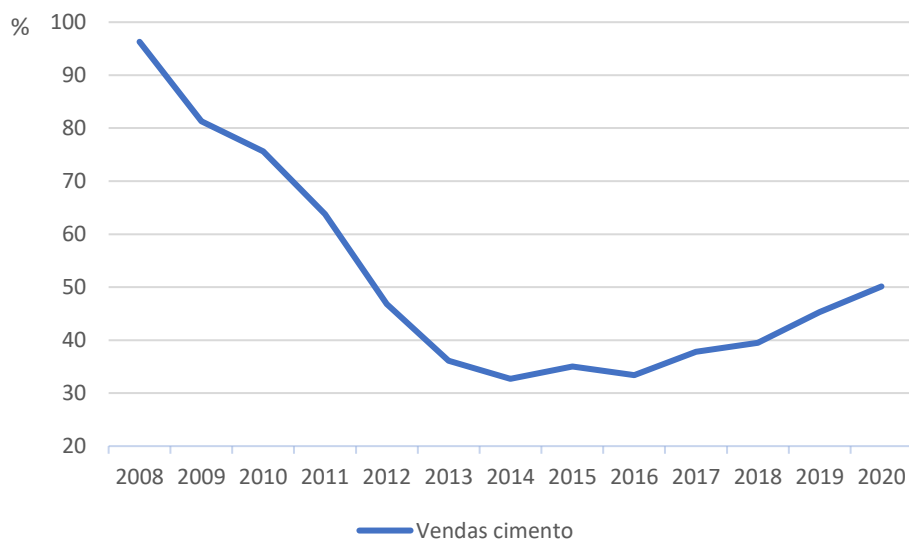


Figura 11 -Venda de cimento

Segundo a Síntese de Conjuntura, do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG), de junho de 2020, em maio, a variação homóloga referente à atividade de promoção imobiliária/construção de edifícios e no das atividades especializadas, embora a carteira de encomendas

apresentasse um valor muito baixo, foram menos negativas. Já no que se refere às atividades de obras de engenharia civil, estas para além de terem sido muito menos negativas, apresentam um valor superior em comparação com janeiro e fevereiro, até mesmo que desde 2001.

Segundo os dados da INE (Figura 12), no que diz respeito ao número de licenças atribuídas, houve um decréscimo, sendo em 2008 de 38 551 face a 21 455 em 2012, voltando a crescer em 2016, com um número de 24 117 em 2019 e 23 068 em 2020.

De salientar que, os números de licenças atribuídas também definem a situação da estrutura e desenvolvimento do setor da construção.

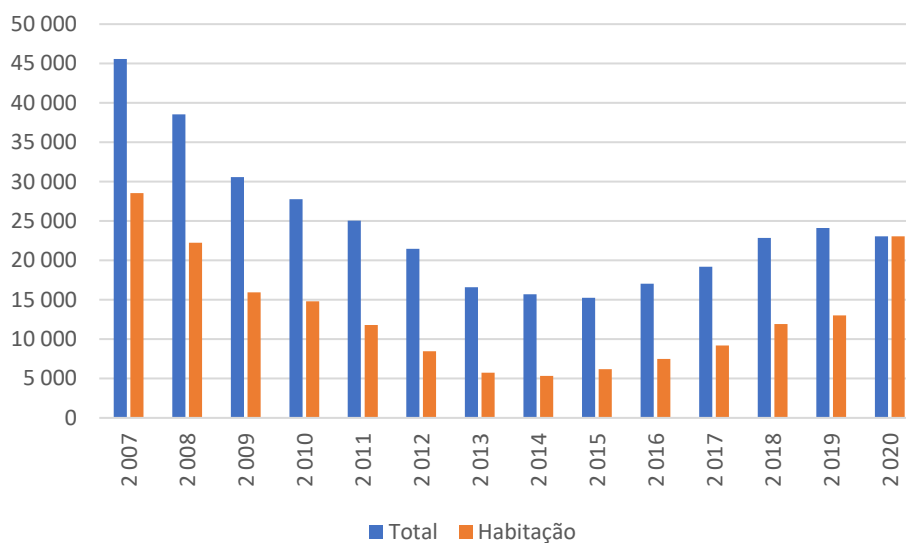


Figura 12 - Estatísticas da construção e habitação

De salientar que, durante o período de 2018 e 2019, no que concerne ao requerimento destas mesmas licenças, houve uma maior incidência nas licenças para manutenção e, com grande relevância, nas de reabilitação das construções, tendo havido um aumento em 2020, nas licenças para construções novas (Figura 13).

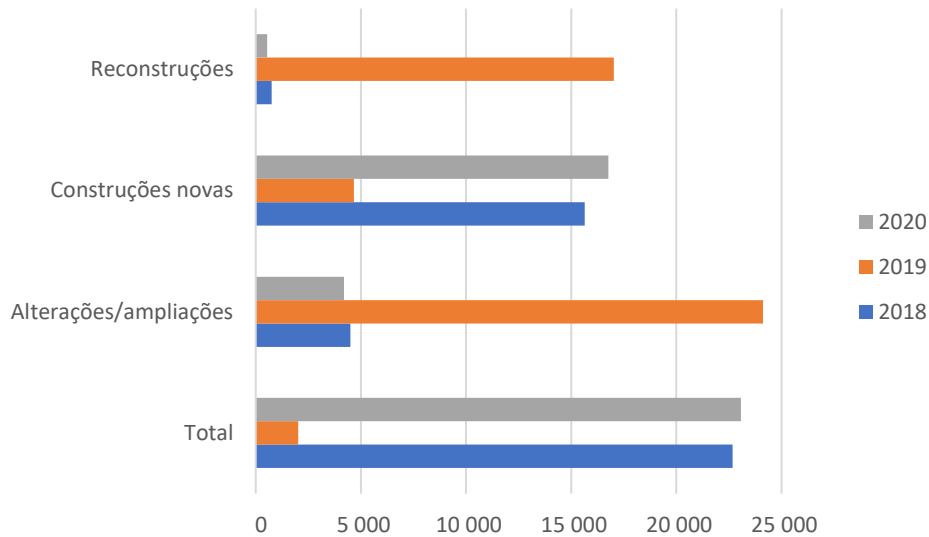


Figura 13 - Obras licenciadas

Nos empréstimos concedidos, de acordo com os dados do BP (Figura 14), assistiu-se a uma redução da dívida financeira às instituições de crédito, principalmente no setor da construção até 2013, tendo apresentado um saldo positivo em 2020.

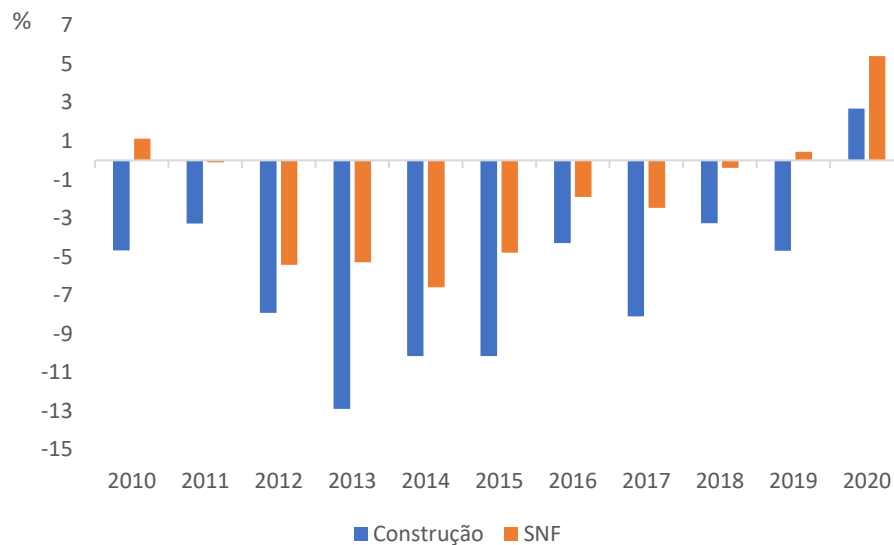


Figura 14 – Empréstimos concedidos

De acordo com a mesma fonte, relativamente ao empréstimo para habitação, foi concedido maior valor no ano de 2011 e o menor em 2019. Tendo havido algumas oscilações nos outros anos principalmente em 2008 (Figura 15).

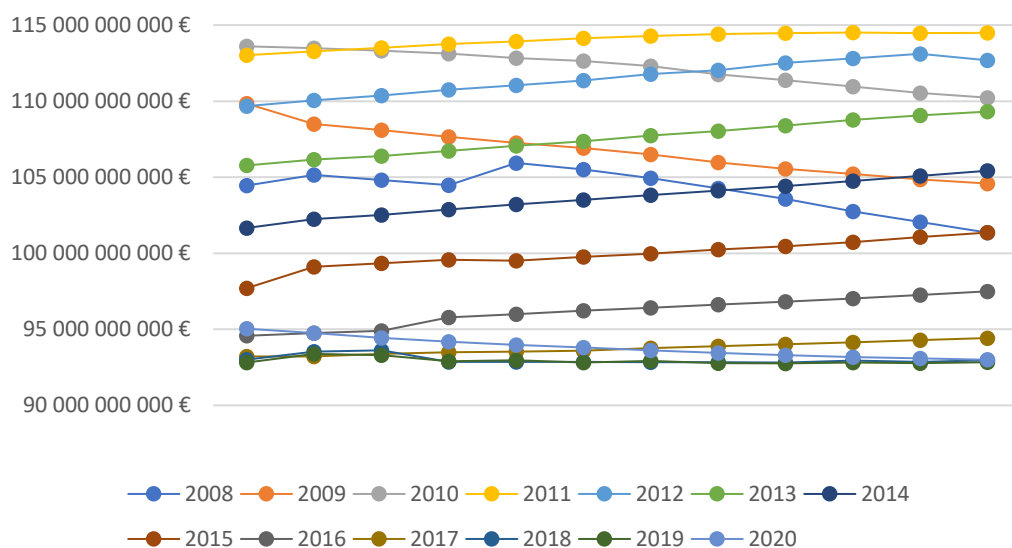


Figura 15 - Crédito habitação

Analisando os dados do BP (Tabela 5), a concessão de crédito pelas entidades bancárias passa a ser muito restritiva no setor da construção, resultado dos créditos não honrados por parte das empresas que operam neste ramo.

O número de devedores aumentou a partir de 2019, no entanto a percentagem dos devedores com o crédito vencido diminuiu.

No que diz respeito ao valor do empréstimo concedido e ao valor do crédito vencido, ambos têm vindo a decrescer desde 2016.

O rácio do crédito vencido, representa o valor resultante entre o saldo do crédito concedido a clientes com prestações de capital ou juros vencidos com o crédito a clientes no seu total. Este apresenta algumas oscilações, tendo a sua percentagem diminuído desde 2017, apresentando a valor mais baixo em 2020.

Tabela 5 – Concessão de crédito pelas entidades bancárias

Ano	Empréstimos concedidos	Crédito vencido	Rácio de crédito Vencido	Número de devedores	Devedores com crédito vencido
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	%	Milhares	%
2013	18 995,00	6 384,00	19,19	35,64	40,03
2014	16 501,00	6 904,00	23,49	33,78	41,30
2015	14,059,00	7 404,00	28,57	32,54	41,04
2016	12 515,00	6 949,00	30,76	31,48	37,88
2017	10 694,00	5 909,00	29,36	30,42	32,99
2018	9 636,00	4 409,00	23,58	30,13	26,99
2019	7 928,00	2 475,00	14,70	31,57	23,13
2020	7 183,00	1 513,00	9,33	33,42	20,89

Em termos de créditos vencidos nas SNF, à semelhança dos outros anos, em 2018 o setor da construção apresentava o valor mais elevado do rácio do crédito vencido (Figura 16).

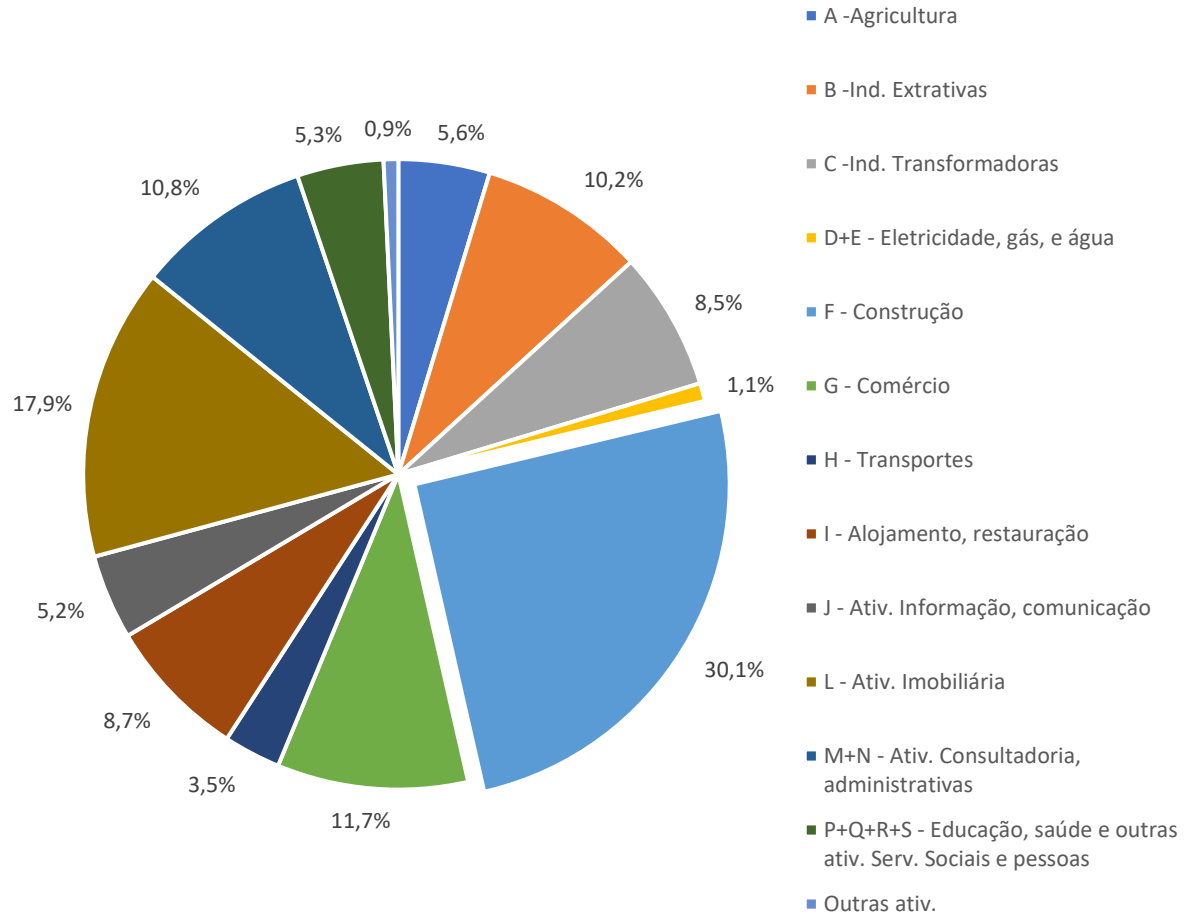


Figura 16 – Rácio dos créditos vencidos nas SNF

Como já foi referido, as condições de restrição de crédito eram muito limitadas, sendo o setor da construção o mais endividado da EU, com um valor de 30,1%, e o que mais riscos apresenta, provocando problemas financeiros e consequentemente a insolvência das empresas (Rodrigues, 2014).

No que se refere ao endividamento das SNF privadas, tendo em conta a sua dimensão, segundo os dados da PORDATA, verificou-se que as empresas mais endividadas eram principalmente as grandes e microempresas, sendo este endividamento menos acentuado nas pequenas e médias empresas (Figura 17).

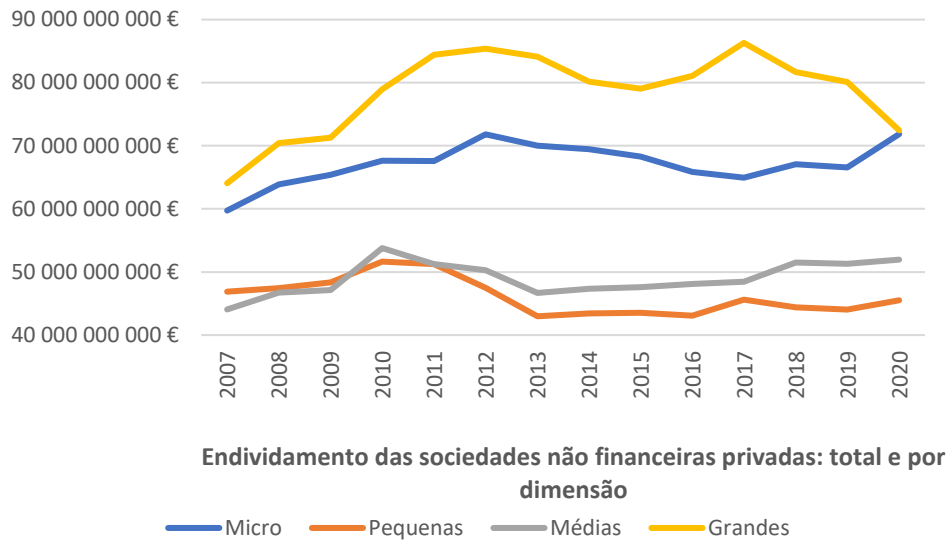


Figura 17 – Endividamento das SNF privadas no total e por dimensão

Após observação dos dados, constatou-se que, de facto, a economia tem uma grande importância e que esta influencia diretamente o comportamento dos indicadores económicos, deste modo provocando efeitos sobre o setor da construção.

Perante os resultados analisados, prevê-se que as perspetivas futuras no setor da construção sejam positivas com a aceleração na produção.

Capítulo 4

4 CARATERIZAÇÃO DO SETOR DA CONSTRUÇÃO NA MADEIRA

4.1 Enquadramento

O Arquipélago da Madeira tem origem vulcânica, possui uma área terrestre total de 801,1 km², tendo a ilha da Madeira uma área de 740,8 km². Contudo, representa uma área de 446,108 km² de Zona Económica Exclusiva.

É uma região cuja economia é sustentada essencialmente na promoção do turismo.

Outra fonte que serve de suporte à economia regional é o do setor agrícola com a produção da banana que também é exportada à nível nacional, assim como as suas flores e o tão apreciado vinho Madeira.

Relativamente ao ambiente económico pós-adesão à CE (Comunidade Europeia), a adesão de Portugal à UE deu-se em 1 de janeiro de 1986, numa fase em que o país apresentava uma economia pouco desenvolvida sob vários níveis, acabando por condicionar a sua economia.

A adesão à CE introduziu um prosseguimento nas políticas de economia, diminuindo as disparidades económicas e sociais entre os seus membros, através de um programa possibilitando a redistribuição orçamental em benefício dos países membros mais pobres, acompanhando a realidade regional comunitária, designado por Fundo Europeu de Desenvolvimento.

As Regiões Ultraperiféricas (RUP) da EU, usufruem de políticas de apoio crescimento/desenvolvimento por forma a criar condições de autossustentabilidade, o que não dificilmente se verifica, uma vez que estas regiões possuem condicionalismos que vão perdurar.

No que concerne à RAM, o nível de crescimento/desenvolvimento foi afetado pelos condicionalismos das políticas comunitárias de apoio a regiões mais desfavorecidas, em que os

primeiros quadros de apoio estão relacionados com transferências de verbas avultadas destinadas ao apoio à construção de infraestruturas e ao desenvolvimento da economia regional (Ramos, 2012).

No que diz respeito à relação da globalização com a economia regional, verificou-se que a globalização dos mercados tem originado a competitividade no âmbito empresarial, onde as economias locais, regionais ou nacionais são abafadas (Sardinha et al, 2020).

A mesma fonte afirma que, por forma a salvaguardar as regiões mais frágeis, surgiu o Tratado de Roma, em 1957, com o estatuto de RUP, onde eram contempladas os quatro Departamentos Ultraperiféricos de França, tendo sido em 1986, incorporados os Açores, a Madeira e Canárias, existindo no total nove RUP na UE, geograficamente muito afastadas do continente europeu, às quais são aplicadas todas as obrigações e direitos conforme estabelecido na CE de 2017.

As RUP apresentam alguns fatores que influenciam o seu desenvolvimento económico e social, tais como a insularidade, o seu afastamento, o relevo, o clima, a sua pequena superfície e a dependência relativamente à quantidade limitada de produtos locais.

A globalização tem uma influência diferente nos países e regiões tendo em conta o seu nível de competitividade. Esta tem sido uma grande vantagem no que concerne ao aumento do comércio, onde as empresas adquirem maiores oportunidades e obtêm acesso a maior área de mercado, sendo sentido menor os seus efeitos nas pequenas regiões.

No que diz respeito à Madeira, analisando os seus efeitos na Região, como localização na ultraperiferia da EU e território com pequena dimensão, pode-se afirmar que relativamente à evolução nacional e internacional, a economia se está a adaptar a este tipo de expansão comercial, apesar das adversidades resultantes do desenvolvimento da globalização, que resultam do seu fraco desenvolvimento, das suas limitações relativamente à sua localização geográfica com adição de custos para as empresas, de onde advêm algumas limitações económicas, tendo originado mudanças acentuadas ao nível socioeconómico (Vieira e Freitas, 2008).

De salientar que, o turismo é o principal fator de garantia da economia na Região, tendo muita influência nas áreas ligadas ao alojamento, bebidas, restauração, animação turística, agências de viagens e ret-a-cars, fundamentalmente no que se refere ao grande número de postos de trabalho e no desenvolvimento da própria economia.

Não se poderá dissociar a economia da globalização. A globalização representa a condição em que os setores empresariais atuam, sendo fulcral o proveito dos seus benefícios económicos para as pequenas economias periféricas (Ramos, 2012).

Segundo o Tratado de Amesterdão, alínea 2, do artigo 299º, a RAM por ser considerada uma RUP da UE, usufrui de uma atenção especial destinada aos territórios pertencentes às regiões europeias que tenham uma localização geográfica condicionante.

A RAM constitui uma RUP em consequência das suas características geográficas, insulares e orográficas.

Devido à sua localização na periferia da EU a RAM aufere de um tratamento diferente de forma a mitigar os efeitos do condicionalismo regional, usufruindo de apoios financeiros por parte da UE, que dinamizam a atividade economia da região.

No quadro atual, as RUP, dificilmente sobrevivem sem apoio financeiro externo, sendo estas regiões mais suscetíveis a níveis mais baixos de rendimentos “per capita”, ameaça de desemprego estrutural, bem como um possível desequilíbrio centro/periferia em relação de PIB “per capita” e consequências associadas no caso do corte financeiro.

Face aos condicionalismos existentes na RAM, a sua atividade empresarial apresenta uma limitação no que diz respeito ao potencial produtivo em consequência de fatores inibidores associados ao crescimento/desenvolvimento da economia regional, canalizando assim, os recursos para as atividades que lhe confirmam maiores retornos (Ramos, 2012).

4.2 Análise económica e descrição da estrutura organizativa do setor da construção

Conforme referido anteriormente, é indiscutível a influência do setor da construção noutras áreas de atividades que dele fazem parte integrante, assim como na própria economia de uma região.

À semelhança do que foi efetuado no capítulo anterior, procedeu-se à observação de alguns indicadores que têm uma elevada relevância na economia, por forma a analisar qual o seu efeito na atividade do setor da construção.

4.2.1 No âmbito macroeconómico

- **Produto interno bruto – PIB**

Um dos principais indicadores da economia de um país é a dinâmica do setor da construção, com propagações mais significativas do que a economia global na fase de crescimento e nas recessões mais acentuadas em períodos de crise, sendo este setor muito vulnerável às condições de crédito e associada a períodos em que o financiamento é mais acessível.

A produtividade do setor da construção não apresenta o mesmo ritmo de crescimento dos outros setores de atividade pelo que, caso haja uma alteração no PIB, afetará negativamente a sua atividade em primeiro lugar com a procura de projetos, sucedendo-se a construção habitacional e flexibilidade de crédito, finalizando com os níveis de produção (Rodrigues, 2014).

O PIB resume num algarismo o total dos bens e serviços gerados no período de um ano por um país, sendo a grandeza que relata a sua economia (Romano, 2017). Nesse sentido, se o valor do PIB aumentar, aumentará também a economia e a oferta de emprego. O seu amento também poderá avaliar como a produtividade do país variou, sendo que neste contexto incentivará o aumento do consumo, o investimento e até as vendas de produtos. O PIB reflete a qualidade de vida dos seus habitantes.

A crise económica de 2008 e de 2012 refletiu-se claramente no valor do PIB, tanto em Portugal como na RAM, tendo sido muito acentuado nesta Região em 2012. Contudo, a RAM manteve um valor de PIB positivo face ao valor de Portugal no ano de 2011.

De acordo com os dados da Direção Regional de Estatística (DRE), verificou-se que o valor do PIB, mesmo com algumas oscilações, apresentou-se sempre positivo desde o ano de 2013, tendo uma redução a partir de 2018, obtendo o valor negativo mais relevante em 2020 (Figura 18).

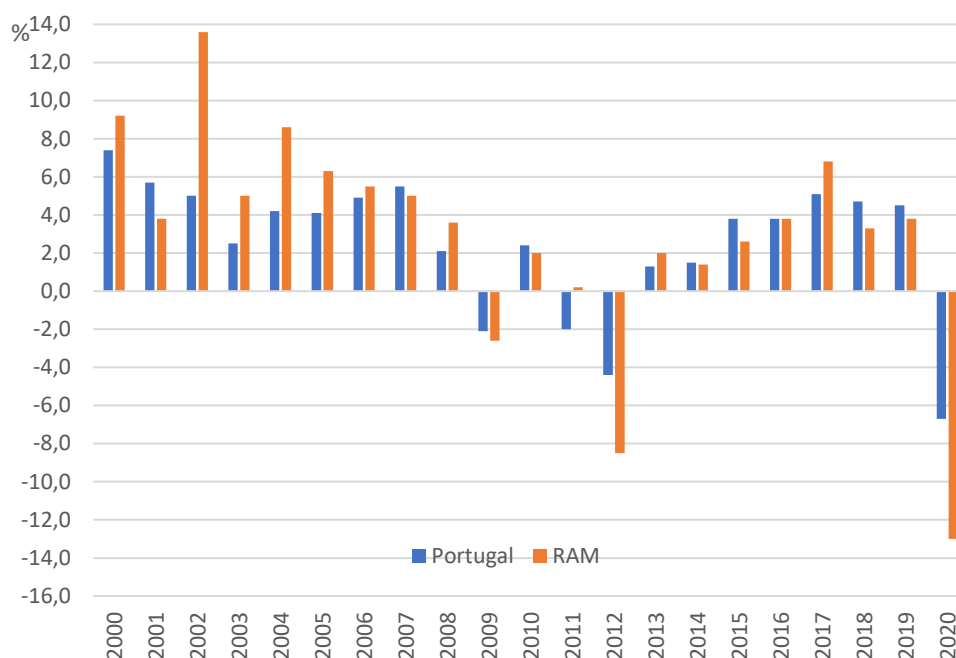


Figura 18 - Taxa da variação anual do PIB por região

Segundo a mesma entidade, o PIB inclui várias parcelas não tendo estas o mesmo comportamento desde 2009, nomeadamente as exportações e as importações.

As importações e exportações tornam-se fundamentais no desenvolvimento da economia insular e ultraperiférica, dependendo do contato com o exterior, em que o aumento das exportações proporcionará o aumento do valor do PIB e conseqüentemente o proliferar da economia.

Sendo a RAM uma pequena região, com esta característica terá dificuldades de produção necessária para os seus habitantes, pelo que terá necessidade de se socorrer das importações, ao mesmo tempo que recorrerá às exportações devido à sua pequena economia, de modo a fazer face aos custos das importações (Ramos, 2012).

De acordo com os dados da PORDATA, constatou-se que nos anos 2009 e 2012 houve um crescimento acelerado nas exportações face às importações. Por sua vez, nos anos 2010 a 2011, 2013, 2015 a 2016 e novamente em 2019, a taxa de variação quer ao nível de exportações, quer ao nível de importações, teve uma redução significativa, sendo o ano de 2013 o mais afetado. De salientar, o aumento significativo das importações em 2020 face ao ano de 2019 onde o valor se apresenta negativo (Figura 19), sendo elucidativo a relação das empresas com o mercado externo (Figura 20).

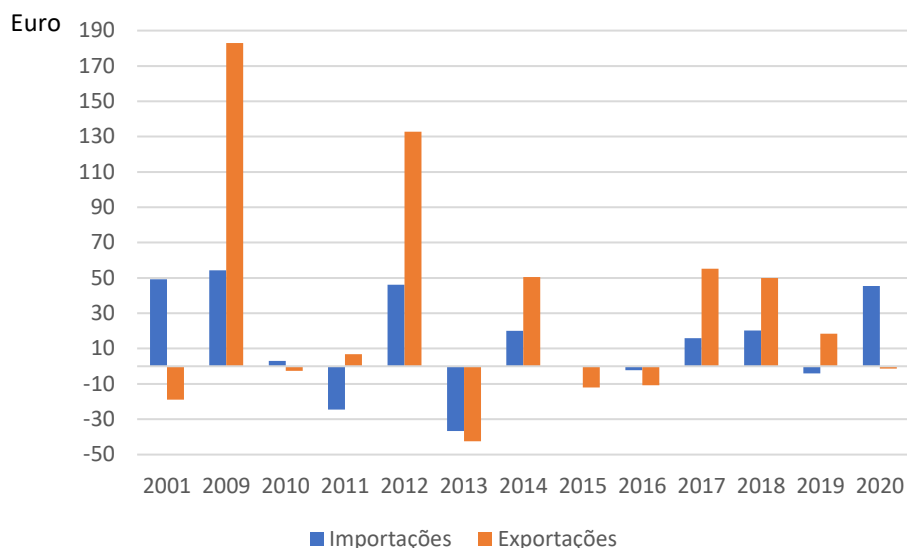


Figura 19 - Taxa de variação das importações e exportações

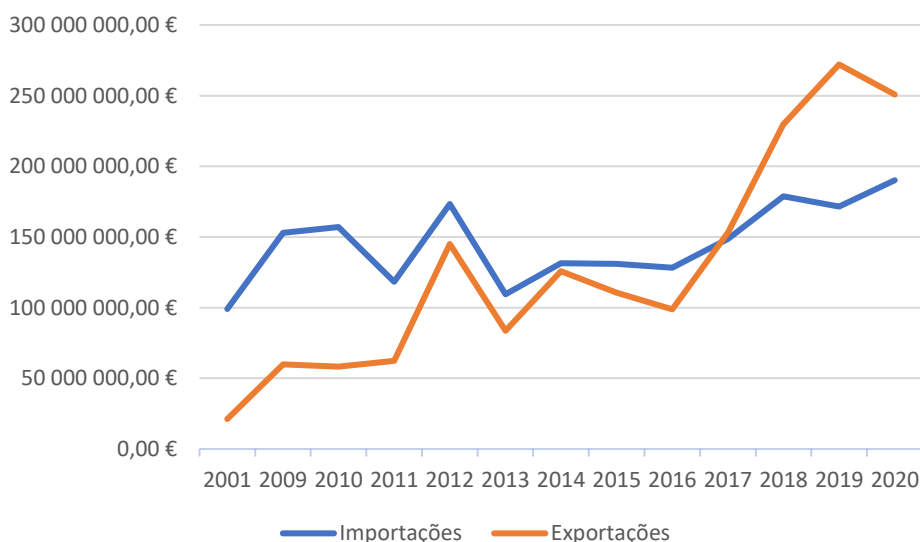


Figura 20 – Valor dos bens importados e exportados pelas empresas

- **Taxa de inflação**

A inflação define o aumento ao longo do tempo do valor dos preços dos bens e produtos, tal que se esta for elevada produz a diminuição do poder de compra. No caso de ser baixa estimula o crescimento económico e o consumo das famílias.

A inflação representa a subida dos preços dos bens e serviços nos níveis médios dos preços na economia, a deflação traduz a redução num longo período de tempo do índice de preços no consumidor, que pode ter origem na instabilidade entre a procura e a oferta.

A inflação também é um dos indicadores económicos que está associado ao PIB e, consequentemente à economia, na medida que se a inflação e os juros sobem, as empresas diminuem os gastos, propiciando o enfraquecimento da economia.

Na RAM, segundo os dados da DRE (Figura 21), pode-se constatar que, relativamente à taxa de variação anual no índice de preços no consumidor, o valor mais elevado foi registado em 2012, tendo havido uma deflação no ano de 2020 com uma variação de -1,41%, valor aproximado ao registado em 2009, assim como no período entre 2014 e 2016.

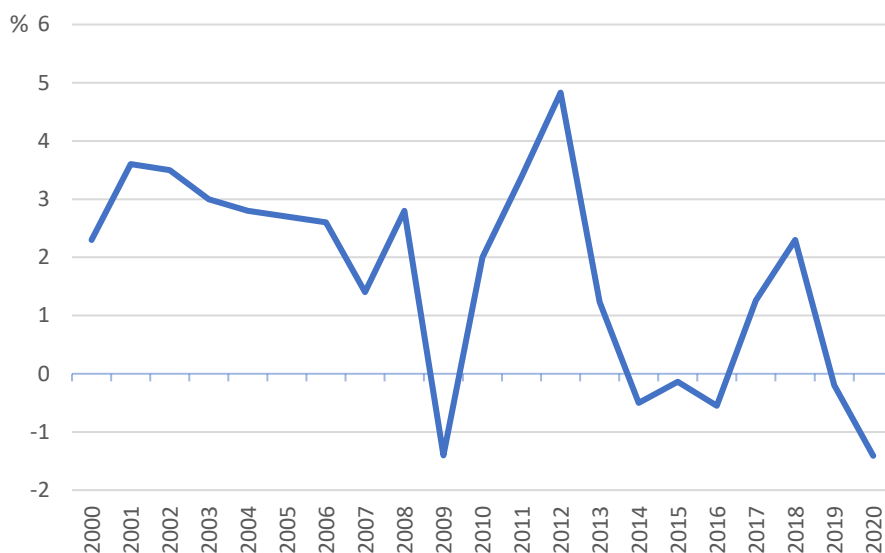


Figura 21 - Taxa de variação anual no índice de preços no consumidor

O abrandamento repentino da inflação de 2008 em diante resulta das dificuldades das empresas escoarem os seus produtos, assim como o seu aumento em 2011 deriva das mudanças de escalões do Imposto do Valor Acrescentado (IVA), que gerou um aumento significativo no preço nos produtos consumidos pelas famílias no que diz respeito ao peso dos impostos sobre o valor acrescentado, de acordo com a afirmação de Romano (2017).

- **Taxa de desemprego**

Outro dos indicadores que está relacionado com a economia e, desta forma, no PIB, é número de postos de trabalho.

Um valor elevado do PIB indicará em simultâneo o aumento do emprego.

De acordo com os dados da DRE, no ano de 2020 houve uma diminuição da taxa de desemprego face ao ano anterior, apresentando um número de 124 400 e 129 100, trabalhadores empregados, respetivamente, traduzidos numa taxa de decrescimento homólogo de -3,6% (Figura 22).

De referir que, outro período acentuado da taxa de decrescimento foi no intervalo de 2011 a 2012, período de crise económica.

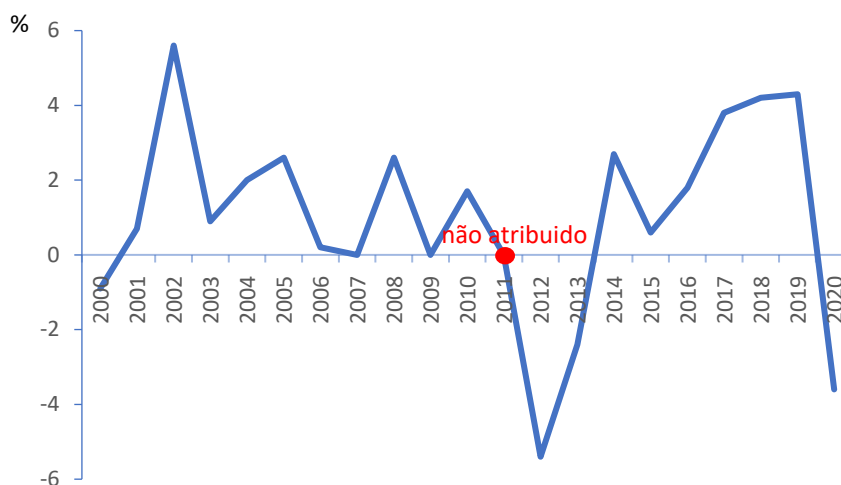


Figura 22 – Taxa de desemprego homólogo

No que concerne ao setor da construção, o número da população empregada diminuiu significativamente desde o período de 2008 a 2015, ano em que apresenta um incremento, aumentando até 2020 (Figura 23).

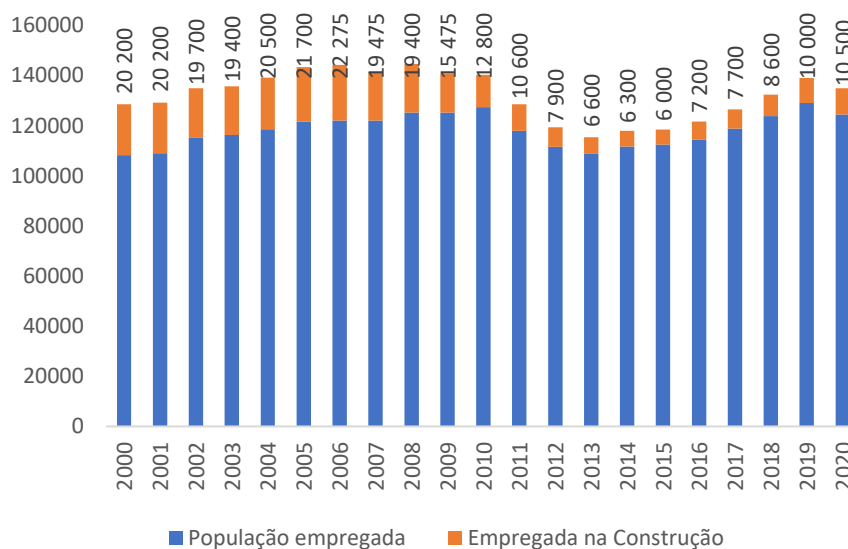


Figura 23 – Variação da população empregada

Da análise dos dados obtidos (Tabela 6), constatou-se que, a população empregada na construção face à população total empregada, teve oscilações entre os períodos de 2000 a 2008, aumentando até 2015 com o valor mais elevado, tendo diminuído desde essa data até 2020 cujo valor é de 11,85%.

Tabela 6 – Peso da população empregada na construção

Ano	População empregada/construção
2000	5,36%
2001	5,40%
2002	5,85%
2003	5,99%
2004	5,79%
2005	5,61%
2006	5,48%
2007	6,26%
2008	6,45%
2009	8,10%
2010	9,96%
2011	11,13%
2012	14,11%
2013	16,48%
2014	17,73%
2015	18,73%
2016	15,89%
2017	15,43%
2018	14,40%
2019	12,90%
2020	11,85%

- **Insolvências.**

O setor da construção foi o mais afetado com a crise económica tendo como consequência um elevado abrandamento na construção e na venda de imóveis, onde derivara a insolvência de muitas empresas por falta de meios financeiros.

Embora a falência seja um fator que pode acontecer em qualquer tipo de empresa, ela é mais acentuada nas de menores dimensões, uma vez que não possuem um suporte financeiro adicional, muitas vezes também associada à dificuldade de financiamento junto às entidades bancárias.

Por outro lado, a falência nas PME proporciona um impacto negativo relativamente no que diz respeito à perda dos capitais investidos pelos empreendedores, a perda de receitas do governo por conta dos impostos cobrados e da perda de parte da quantidade de produção e distribuição de bens e serviços pela sociedade.

Por sua vez, as empresas de construção são mais suscetíveis à falência devido à elevada competitividade, às oscilações significativas no volume de negócios, ao elevado nível de incertezas e riscos envolvidos e à natureza desagregada do setor, associados a vários fatores que podem contribuir para a falência das PME (Pacheco, 2019) (Tabela 7).

Tabela 7 - Fatores que contribuem para a falência das PME (adaptado de Pacheco (2019))

Fatores internos	Fatores externos
Falta de inovação e tecnologia primitiva	Falta de estrutura institucional
Falta de networking e cooperação	Duração nos procedimentos para a aquisição de fundos públicos
Capital escasso	Competitividade
Capital má gerida	Clientes e fornecedores
Método de visão e gestão inadequados	Falta de pessoal qualificado
Desajustado conhecimento de negócios	Infraestruturas impróprias
Falta de qualificação no empreendedorismo	Estrutura financeira escassa e limitação no financiamento
Relação existente entre a empresa e o dono	Debilidade nas condições de mercado e economia pobre
Existir um único gestor ou dono	-

Neste contexto, e de acordo com os dados da DRE, podemos constatar a evolução ao longo do tempo no que se refere ao número das empresas SNF por dimensão (Figura 24) e a taxa de extinção das empresas (Figura 25), em que podemos observar que as microempresas existem em maior número no setor da construção em termos de dimensão e que, relativamente à extinção, também são estas que prevalecem.

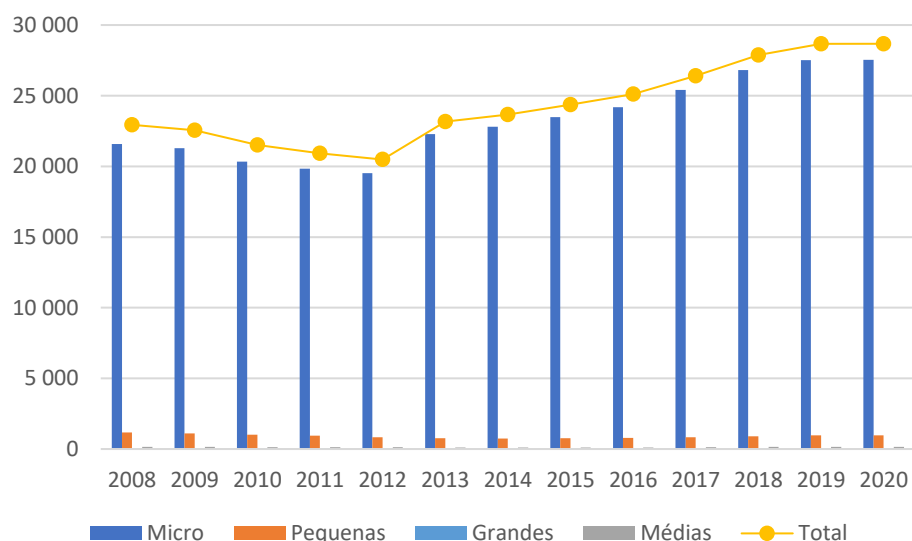


Figura 24 – SNF por dimensão

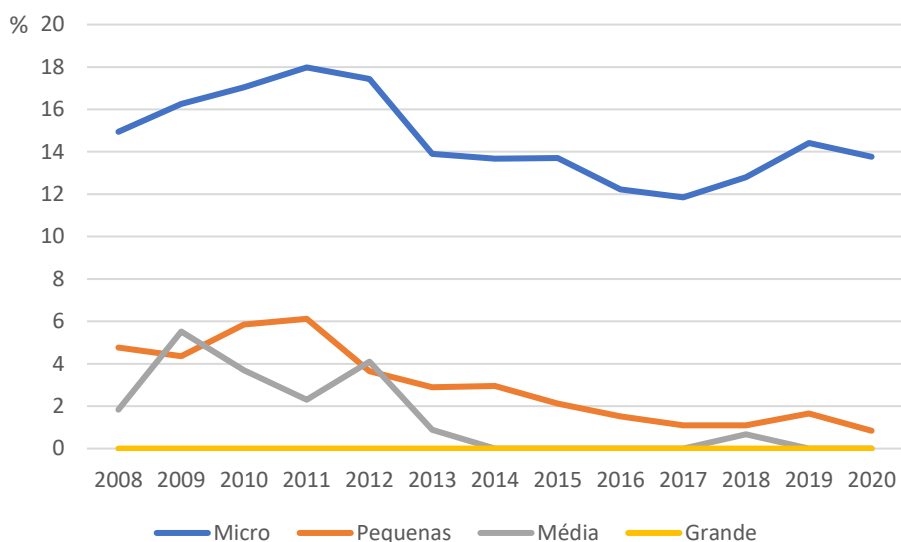


Figura 25 - Taxa de extinção

O insucesso das empresas de construção resume-se em 5 fatores, nomeadamente capital insuficiente, gravidade da dívida institucional, debilidade no âmbito dos problemas macroeconómicos, lucros insuficientes e elevadas despesas operacionais (Rodrigues, 2014).

No que diz respeito à extinção e à criação de empresas, segundo os dados da DRE (Figura 26), constatou-se que a extinção tem sido em número superior, visivelmente observado durante o intervalo de 2008 a 2013, correspondente ao período da crise económica que também se refletiu no número de pessoas ao serviço, embora este tenha vindo a se prolongar até 2016 de uma maneira mais equilibrada.

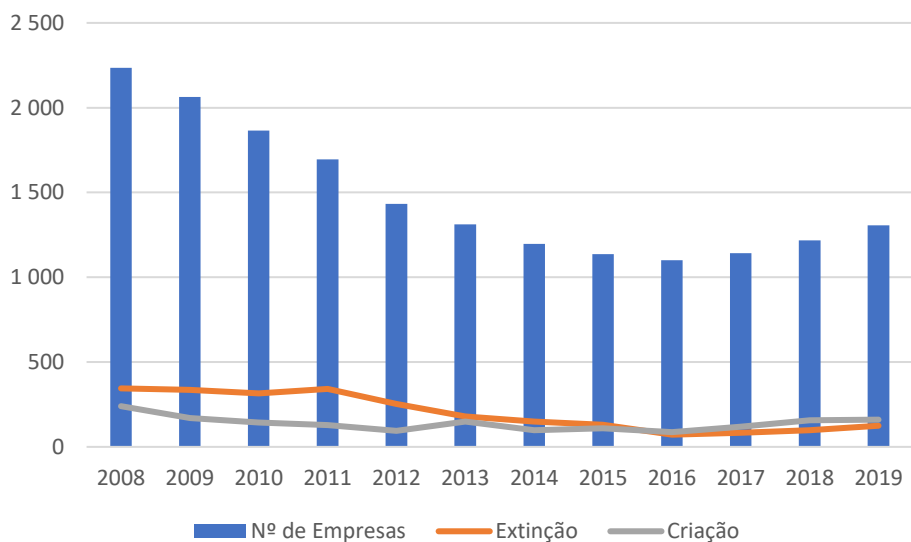


Figura 26 - Extinção e criação de empresas

De acordo com a mesma fonte, quando analisada a taxa de sobrevivência da criação das empresas, observou-se que esta foi oscilando ao longo do tempo, tendo sido mais significativa no ano de 2009 (Figura 27).

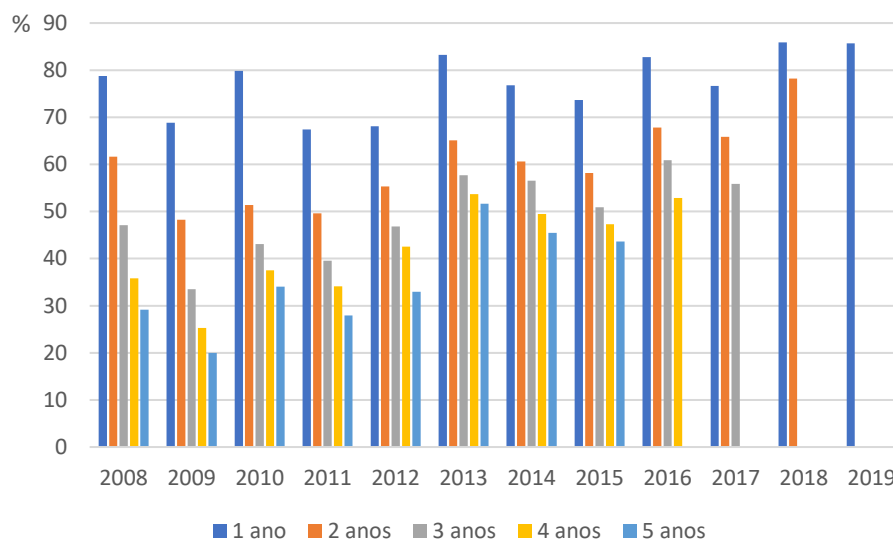


Figura 27 - Taxa de sobrevivência da criação das empresas

No que diz respeito ao número de SNF, constatou-se que, relativamente às empresas estabelecidas em regime de sociedades, assim como as individuais, foram decrescendo até o ano de 2017 voltando a ter um crescimento até 2020 (Tabela 8).

Tabela 8 - SNF - total, sociedades e individuais

Ano	Total	Sociedades	Individuais
2008	2 236	1 468	768
2009	2 064	1 386	678
2010	1 866	1 278	588
2011	1 696	1 173	523
2012	1 432	1 036	396
2013	1 313	959	354
2014	1 197	903	294
2015	1 137	857	280
2016	1 101	832	269
2017	1 142	839	303
2018	1 217	878	339
2019	1 306	940	366
2020	1 357	965	392

No que se refere ao número de pessoas ao serviço no setor, de acordo com os dados da DRE (Figura 28), o comportamento é semelhante ao que acontece com o número total de empresas, cujo decréscimo se prolonga até o ano 2016 voltando novamente a aumentar.

De salientar que, a redução mais acentuada se dá exatamente durante o período da crise económica.

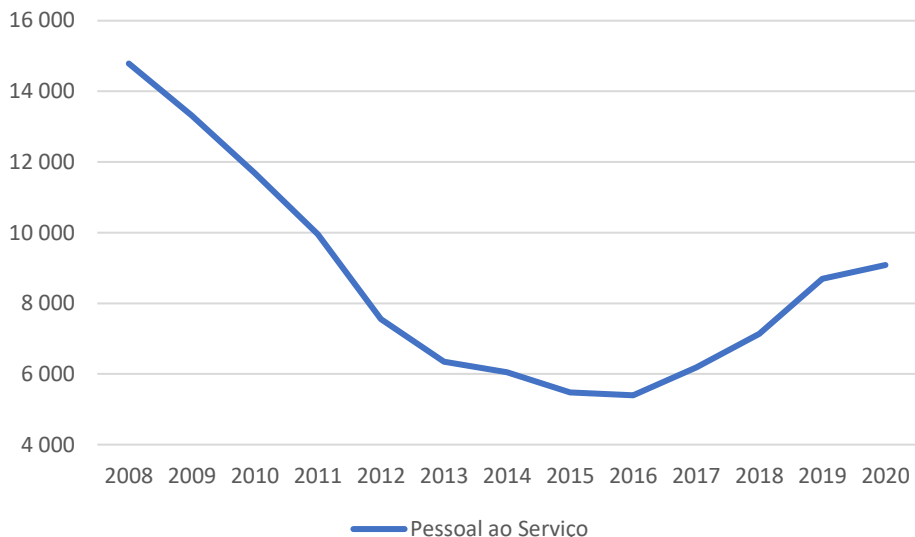


Figura 28 - Pessoal ao serviço no setor da construção

Relativamente ao número de pessoas ao serviço, observou-se um decréscimo em todos os setores, sendo que no setor da construção a taxa foi de 24,15% (Tabela 9), resultante da falta de trabalho decorrente dos fatores associados à crise, tais como a falta de trabalho nas empresas originada pela dificuldade na concessão de crédito por parte dos clientes, provocando a redução dos preços.

Tabela 9 – Taxa de variação do pessoal em serviço

Ano	2008	2011	Taxa variação 2008/11
Total	22 935	20 923	-8,77%
Construção	2236	1696	-24,15%
Individual	768	523	-31,90%
Sociedade	1 468	1 173	-20,10%

Segundo a mesma fonte, verifica-se que, durante esse período, houve um decréscimo acentuado no número de alojamentos familiares para venda a partir do ano 2010 tornando a aumentar no ano de 2014 (Figura 29).

De referir que, na falta de poder de compra não existem meios para a população nem para as empresas poderem comprar ou vender as construções, nem mesmo poder honrar as suas obrigações no que se refere ao pagamento das prestações às entidades bancárias. Em consequência, há uma redução significativa no poder de compra, bem como nos preços, que se traduz no decréscimo da procura.

Em resultado destes fatores, onde as empresas tinham escassez de trabalho e falta de fundos para investir, tiveram de reduzir o número de pessoal não conseguindo acompanhar o ritmo da crise entrando em falência (Romão, 2015).

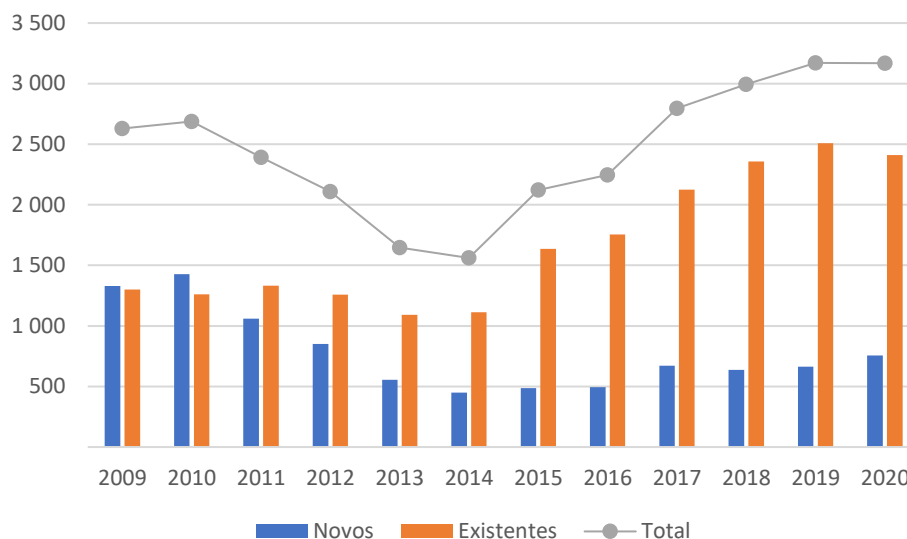


Figura 29 - Número das vendas de alojamentos familiares

No que diz respeito ao crédito concedido para habitação, segundo os dados do BP, foi concedido maior valor no ano de 2011 e o menor em 2019 e 2020. Tendo havido algumas oscilações nos outros anos, principalmente no período compreendido entre 2009 e 2012 (Figura 30).

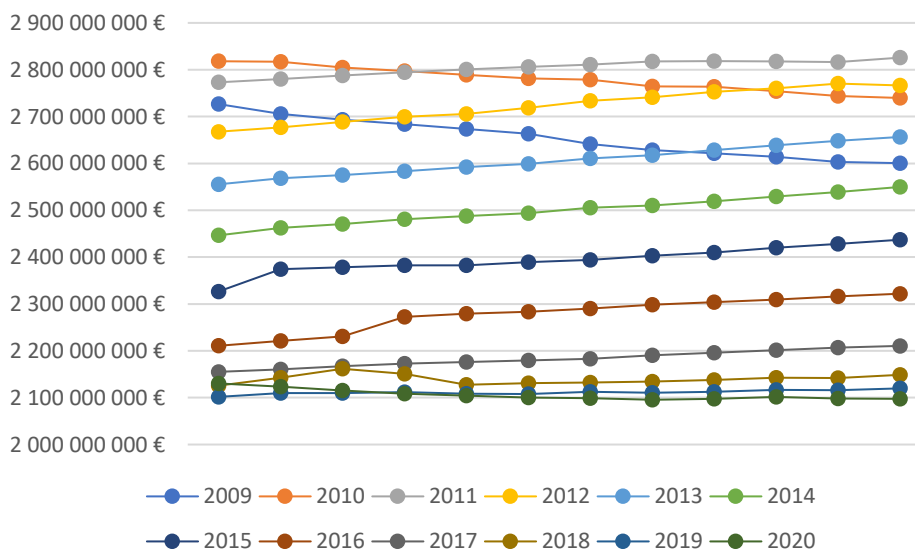


Figura 30 - Crédito habitação

4.2.2 Desenvolvimento de alguns indicadores no setor da construção

- **Número de empresas no ramo**

De acordo com os dados do diretório de empresas INFORMA, informação de empresas, a Ilha da Madeira apresenta um total de 4283 empresas com atividades associadas à construção a laborar pelos concelhos, divididas pelas diferentes atividades, sendo a sua maior incidência no Funchal e menor no Porto Moniz (Figura 31), estando divididas por atividades na construção (Tabela 10).

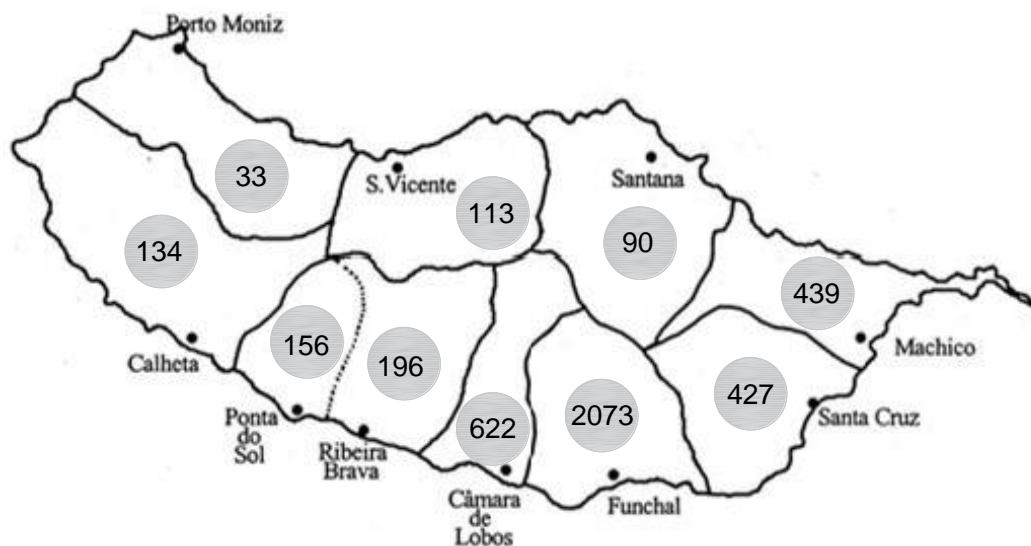


Figura 31 - Número de empresas no setor (adaptado de Sardinha, 2020)

Tabela 10 - Número de empresas por atividades na construção

Nº de Empresas	Atividade na construção
2557	Promoção Imobiliária; Construção de Edifícios
1450	Atividades especializadas de construção
276	Engenharia Civil

As empresas cuja atividade na construção está associada à promoção imobiliária e construção de edifícios estão afetas as construções residenciais e não residenciais, enquanto que, as de engenharia civil, executam atividades relacionadas com vias de comunicação, obras de arte, engenharia hidráulica e redes de distribuição, sendo comum a ambas as atividades relacionadas com reabilitação e conservação e conservação do ambiente, conforme referido pelo Instituto para a Inovação na Formação [INOFOR], (2012).

De acordo com os dados da DRE, observou-se que desde 2008, início da crise económica, até o ano de 2016, o número de empresas no setor da construção tem vindo a diminuir, iniciando um aumento no ano 2017.

- **Volume de negócios**

No que concerne ao volume de negócios no setor da construção, de acordo com os dados da DRE (Figura 32), tendo em conta o número de empresas no setor e o número de pessoal ao serviço, este acompanhou o seu decréscimo igualmente no início da crise económica, vindo novamente a crescer desde 2016, tendo havido uma redução significativa em 2020.

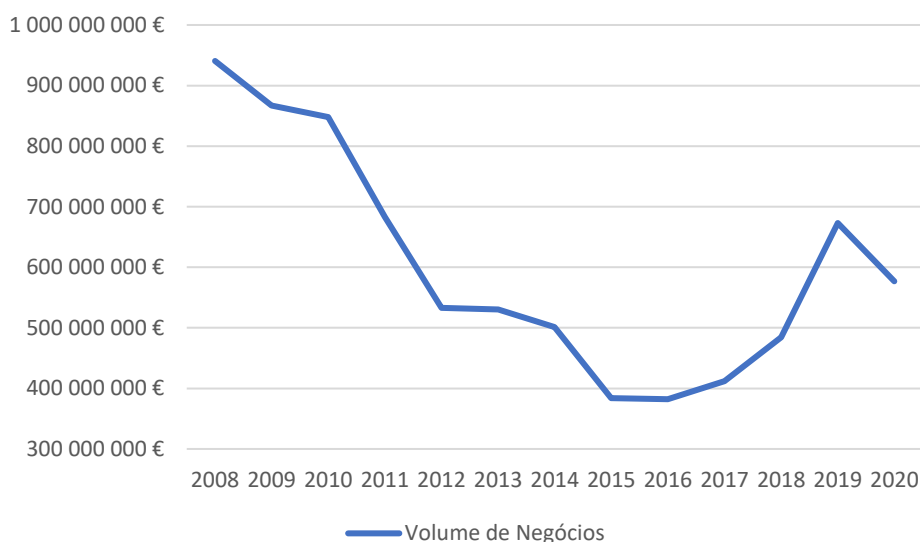


Figura 32 - Volume de negócios

- **Valor Acrescentado Bruto**

O VAB resulta da diferença das vendas e dos consumos intermédios, como sejam o valor da venda líquida do valor do produto comprado e consumido na produção.

Este é estimado a custo de fatores, tendo em conta que os impostos indiretos e os subsídios apenas têm influência não no que o produtor recebe, mas sim no que o utilizador final paga, ou seja, uma parte é destinada a sustentar as amortizações e a outra é utilizada no pagamento de rendas, salários e juros, sendo o restante considerado lucro (Santos, Braga, Teixeira e Aubyn, 1994).

Analisando os dados estatísticos da DRE sobre os valores do VAB na Ilha da Madeira durante o período de 2008 a 2020 (Tabela 11), verificou-se que a taxa de variação do VAB total anual apresenta um valor negativo desde o início que se prolonga até o ano de 2013, voltando a ser negativa em 2015.

Os valores negativos mais elevados foram registados em 2008 e 2020, sendo que, no que concerne aos valores positivos mais altos, estes foram registados em 2017.

No setor da construção, verificou-se que a taxa de variação anual do VAB apresenta um valor negativo desde o início que se prolonga até o ano de 2013, voltando a ser negativa em 2015, tendência também verificada no seu valor total.

Os valores negativos mais elevados foram registados em 2011, 2012 e 2015, sendo que, no que concerne aos valores positivos mais altos, estes foram registados entre 2018 e 2019, descendo em 2020.

Tabela 11 – Taxa de variação do VAB

Ano	VAB Total (€)	Taxa de variação anual (%)	VAB da Construção (€)	Taxa de variação anual (%)
2008	1 647 304 000	-11,15	292 283 000	-0,69
2009	1 547 970 000	-6,03	271 662 000	-7,06
2010	1 457 535 000	-5,84	256 784 000	-5,48
2011	1 371 149 000	-5,93	214 262 000	-16,56
2012	1 182 790 000	-13,74	162 789 000	-24,02
2013	1 123 462 000	-5,02	140 812 000	-13,50
2014	1 197 275 000	6,57	151 581 000	7,65
2015	1 172 505 000	-2,07	118 597 000	-21,76
2016	1 295 720 000	10,51	122 468 000	3,26
2017	1 505 660 000	16,20	140 187 000	14,47
2018	1 641 266 000	9,01	160 538 000	14,52
2019	1781 459 644	8,54	200 8433 04	25,11
2020	1374 435 871	-22,85	222 650 834	10,86

No que diz respeito ao seu peso no setor da construção, verificou-se que, entre o período de 2008 a 2010, manteve-se praticamente constante, decrescendo até 2013, voltando a aumentar em 2014. Depois de novamente diminuir, volta em 2018 a aumentar com um valor significativo de 16,20% em 2020 (Figura 33).

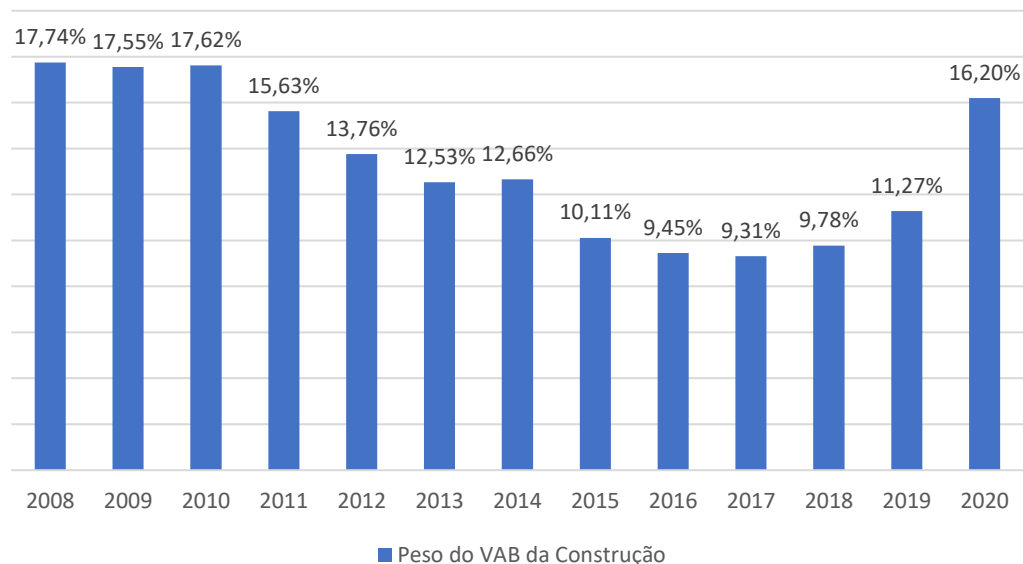


Figura 33 - Peso do VAB no setor da construção

4.3 Vetores de desenvolvimento

4.3.1 Problemas da indústria da construção

Um dos principais objetivos que deverá ser considerado em todas as áreas envolvidas no decurso da construção, tendo em conta a construção em si, os materiais utilizados, o processo de gestão e as atividades associadas ao dono da obra e aos projetistas é indiscutivelmente a qualidade.

Não será possível a execução de uma obra com qualidade se o processo que a antecede não apresentar a qualidade necessária no que se refere aos projetos dos quais as qualidades não sejam compatíveis, projetos incompletos e projetos que não se adaptem à realidade.

Outro aspeto a ser considerado será a posição no que diz respeito a estas questões, uma vez que um projeto com pouca qualidade poderá advir do baixo custo, relacionado ao curto prazo solicitado para a sua execução.

Tendo como base vários estudos efetuados, constatou-se que o projeto é a principal causa associada às anomalias na construção, seguida da execução e por último a má qualidade dos materiais, cujas causas surgem, na maioria dos casos, e segundo alguns projetistas, devido ao reduzido prazo para a execução destes e às incertezas por parte dos promotores e gestores das obras (Arnaldo, 2006).

De referir que, o dono da obra é o interveniente que mais peso tem na melhoria dos processos de execução, uma vez que é fundamental a clareza das orientações transmitidas aos projetistas no que diz respeito à funcionalidade da obra, assim como a transmissão das informações e dos elementos necessários à execução do projeto.

No que concerne à execução, a causa mais notável é a elaboração dos trabalhos por mão-de-obra não qualificada, fator que não abona a favor na qualidade.

Posto isto, os problemas mais comuns na execução de uma obra são originados muitas vezes devido a:

- Ineficiente interpretação do projeto;
- Ineficiente planeamento e gestão dos trabalhos;
- Aplicação imprópria dos materiais;
- Utilização de materiais defeituosos ou com pouca qualidade;
- Utilização de mão-de-obra não qualificada, sem conhecimentos das técnicas e dos processos construtivos;
- Falta de rigor na implantação do edifício e na medição dos elementos estruturais;
- Inserção de alterações no projeto sem uma conveniente análise no decorrer da construção (Arnaldo, 2006).

4.3.2 A competitividade no setor da construção – fatores críticos

Com base no cruzamento de diversos pontos fortes e fracos do setor da construção associados às oportunidades e ameaças relativas à envolvente externa do contexto empresarial, económico, social e institucional, a INOFOR (2000) definiu os principais fatores críticos para a competitividade, obtendo as

características do setor comparativamente com os elementos que poderão representar uma aceleração ou um travão na competitividade e na promoção neste setor, a partir de uma análise SWOT adaptado ao setor da construção e obras públicas.

Pontos Fortes:

- Verificação da capacidade de internacionalização;
- Capacidade de adequação das empresas do setor da construção;
- Reconhecimento internacional das competências no ramo da engenharia;
- Boa capacidade de resposta por parte dos fornecedores de materiais;
- Peso e papel estruturante do setor relativamente à economia portuguesa;
- Importância do setor no desenvolvimento e na contribuição na coesão social.

Pontos Fracos:

- Concorrência centralizada no fator preço;
- Subempreitadas desorganizadas e pouco responsáveis;
- Produtividade reduzida das empresas do setor impedindo a obtenção de economia de escala;
- Aumento de trabalho clandestino;
- Baixo nível de habilitações e qualificações relativamente aos trabalhadores do setor;
- Envelhecimento dos trabalhadores do setor;
- Existência de condutas duvidosas e concorrência desleal;
- Elevada descapitalização do setor, com reduzidas taxas de rentabilidade.

Oportunidades:

- Oportunidades de negócios associados a mercados internacionais;
- Surgimento de rendimentos de mercado sustentáveis;
- Estratégia das entidades bancárias no que diz respeito ao crédito à habitação.

Ameaças:

- Aumento das taxas de juros;
- Concorrência internacional;
- Nível de exigência por parte dos clientes em termos de qualidade e prazos;
- Alterações na conjuntura económica.

A partir da mesma análise, definiram os fatores críticos de competitividade que afetam esta atividade, tais como:

- Aposta na formação profissional;
- Standardização e inovação ao nível dos processos e materiais utilizados;
- Capacidade de Internacionalização;

- Diversificação de produtos e materiais;
- Reforço de relações de cooperação;
- Adoção de práticas mais sustentáveis.

4.3.3 Rivalidade entre as empresas de construção

As rivalidades existentes entre as empresas de construção derivam principalmente da concorrência pelo preço, afetando toda a indústria no que diz respeito à rentabilidade. Este tipo de comportamento pode ser padronizado pelos rivais conduzindo à redução das receitas.

A rivalidade presente no setor da construção pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- Elevado número de empresas concorrentes, similares entre si, em matéria de recursos, dimensão, nível de especialização e estratégia competitiva;
- Crescimento inconstante do setor, dependente do desenvolvimento e dos ciclos de atividade económica;
- Inexistência de diferenciação dos produtos de construção em que a escolha do cliente é fundamentada no preço;
- Elevado peso dos custos fixos, criando nas empresas grandes pressões no sentido de ocuparem toda a sua capacidade instalada.

No que se refere ao crescimento da rivalidade, esta será inevitável, originando a extinção de muitas empresas e promovendo outro tipo de fatores na rivalidade para além do preço, como sejam fatores materiais e imateriais, tais como aumento da produtividade, redução de custos resultantes de melhoramentos dos fluxos de produção e intensidade tecnológica, conforme é afirmado pela INOFOR (2000).

4.3.4 Inovação para a indústria da construção

A inovação representa um benefício no setor da construção no âmbito da macroeconomia, nomeadamente no que se refere ao crescimento da economia, bem como no crescimento do mercado mediante o provimento de produtos e serviços, quer sejam novos ou melhorados e diminuição no custo da produção (Cruz, 2007).

Outro fator a ter em conta na inovação é o aumento do aperfeiçoamento das componentes e das tecnologias utilizadas, assim como aqueles benefícios que não conseguem ser medidos, nomeadamente facilidade de trabalho, atração de contratações provisórias e aumento da reputação da empresa, que vão contribuir para o aumento da competitividade da empresa.

A competitividade está associada à produtividade, estando esta relacionada com alguns aspetos internos, como é o caso da qualidade da mão-de-obra, a aprendizagem, formação escolar, profissional e adaptabilidade, assim como da eficácia da gestão na formação dos gestores, da especialização e na habilidade de adaptação.

De referir que, a inovação é a essência de qualquer empresa, uma vez que aquelas que não inovarem poderão estar sujeitas a desaparecerem do mercado (Martins, 2008).

Romão (2015) indica a forma como os fatores associados à inovação se refletirão na construção:

- Mediante a introdução de inovações, no âmbito da qualidade ambiental dos estaleiros;
- Mediante projetos com soluções inovadoras na fase de conceção;
- Mediante o uso de novas técnicas de execução e de gestão na fase de produção;
- Mediante a inserção de novas ferramentas que simplifiquem o trabalho e ao mesmo tempo aumentem a produtividade e a segurança;
- Com a inclusão de novos métodos de execução, de modo a obter maior produtividade, segurança, condições de trabalho e qualidade;
- Na inclusão de novos materiais e produtos, de modo a satisfazer novas exigências no âmbito de acústica, térmica, gestão dos edifícios, tendo como finalidade melhorar a qualidade no que diz respeito à conformidade e desempenho;
- Na manutenção, por forma de a tornar mais fácil.

Embora a inovação seja essencial no setor da construção, alguns gestores julgam que a inovação está associada ao investimento em computadores, internet e alguns programas utilizados na execução de projetos. Contudo, a inovação deixa de ser um aspeto competitivo, tornando-se numa necessidade.

Neste contexto, pode-se referir que algumas empresas já optaram por utilizar o conceito Building Information Modeling, mais conhecido por BIM, que promove a participação entre todos os intervenientes da obra, uma vez que este conceito faculta informações relativas a todas as fases que constituem o ciclo de vida da obra, por reproduzir as suas características físicas e funcionais.

Embora a inovação represente uma característica essencial no que concerne ao futuro da empresa, não tem sido muito aplicada, em consequência da falta de formação dos trabalhadores e empresários, ao pouco investimento em tecnologias, novos processos de produção, pesquisas e desenvolvimento de novos produtos (Romão, 2015).

4.3.5 Mercado de trabalho

São diversos os fatores que contribuem para a decadência do setor da construção, seja pela crise económica que se reflete na redução de confiança por partes dos intervenientes do setor, pelo avultado valor das dívidas, queda do investimento na construção e insuficiência de crédito concedido tanto a particulares como a empresas, limitando o investimento, provocando um impacto acentuado relativamente no que diz respeito ao desemprego e ao emprego no setor (Romão, 2015).

Por forma a caracterizar o mercado de trabalho da Ilha da Madeira, e de acordo com os dados estatísticos da DRE (Figura 34), constatou-se que, existiram oscilações entre o período de 2019 e 2020, tendo sido registados os valores mais elevados no 4º trimestre de 2019 e 2º e 3º trimestre de 2020, voltando a decrescer no 4º trimestre desse mesmo ano, com uma taxa de variação homóloga de 4%.

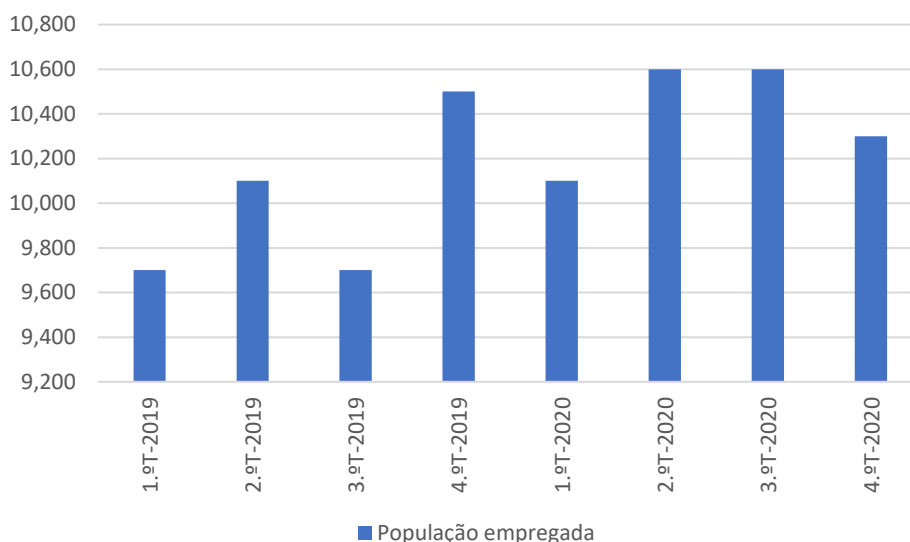


Figura 34 - População empregada por setor de atividade principal CAE-Rev.3

4.3.6 Construção e habitação

Segundo o Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira de 2020, publicado pela DRE, os principais indicadores associados à construção e habitação são os seguintes:

Número de edifícios licenciados:

- O total de edifícios licenciados foi de 451 tendo havido um aumento de 17,4% comparativamente ao ano de 2019;
- A construção incidiu nos edifícios representando 66,3% do valor total dos edifícios, face ao ano de 2019 com 64,6%;
- O nº de licenças novas teve um aumento de 28,7% face ao ano de 2019.

No que concerne à habitação familiar, no ano de 2020, existiam 369, representando um valor de 78,6% do total dos edifícios.

Relativamente às obras concluídas, o valor foi de 280 edifícios em 2020, representando um aumento de 8,9% face ao ano anterior.

No valor dos trabalhos efetuados pelo setor, por empresas com 20 e mais pessoas ao serviço, houve um aumento de 16,9% em 2019 comparativamente com o ano 2018, que se justifica pelo total do valor dos trabalhos executados na ordem de 72,3%.

Pelo que se pode constatar, o indicador produção tem uma grande influência no setor da construção, sendo que, o número de construção de edifícios tem vindo a diminuir face às obras de engenharia civil, de acordo com os dados da DRE (Figura 35).

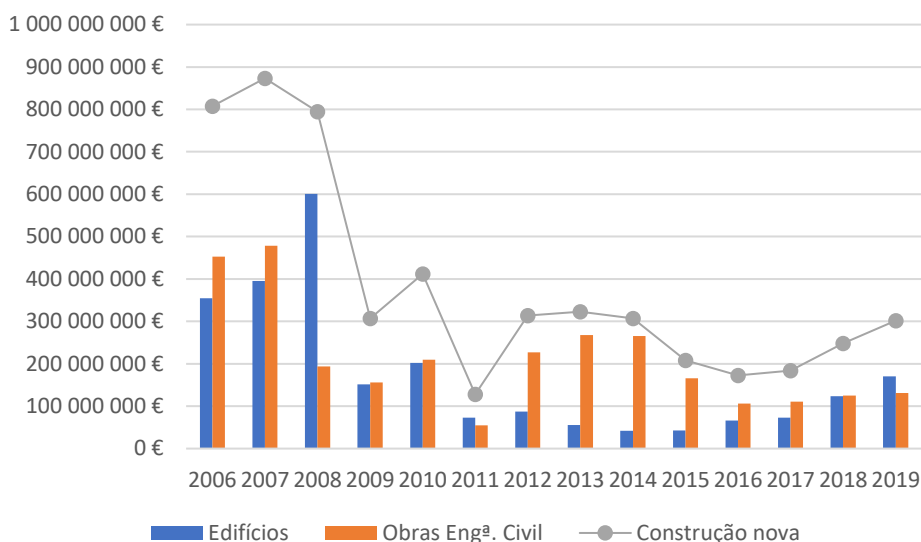


Figura 35 – Valor dos trabalhos realizados por tipo de obras

De acordo com os dados da PORDATA, o perfil da construção também se tem vindo a alterar com a aposta da população na reabilitação das construções que tem vindo a aumentar ao longo do tempo, assim como a compra dos alojamentos familiares que tem sido preferencialmente pelos existentes (Figura 36).

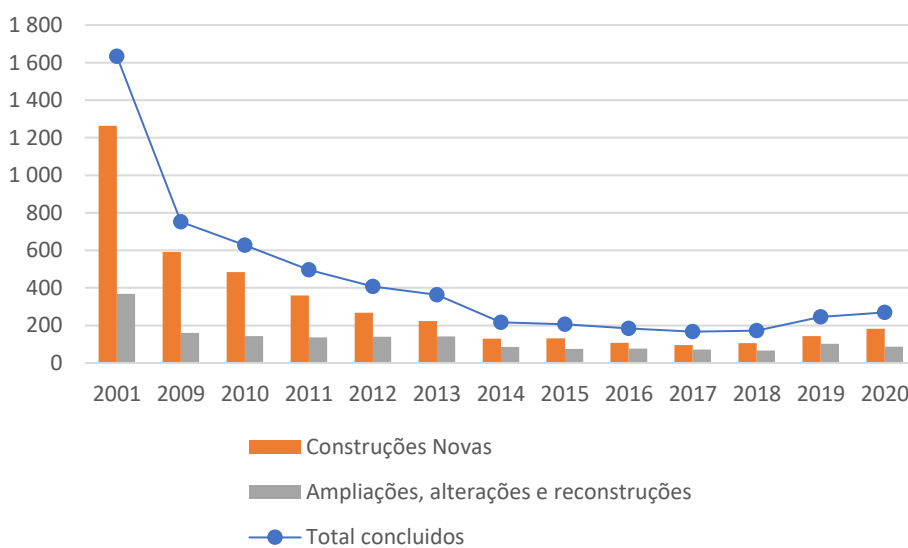


Figura 36 - Tipo de construções

Outro indicador que é importante analisar é, sem dúvida, a venda de cimento, de modo a ter informações sobre a capacidade produtiva no setor.

Como seria de prever, e segundo os dados da DRE, a venda de cimento confirma a espiral recessiva da produção no setor, sendo mais acentuada entre o período de 2008 a 2012, com um aumento em 2013, com o valor mais alto em 2014, voltando a ter oscilações, sendo que aumenta até 2019 reduzindo novamente (Figura 37).

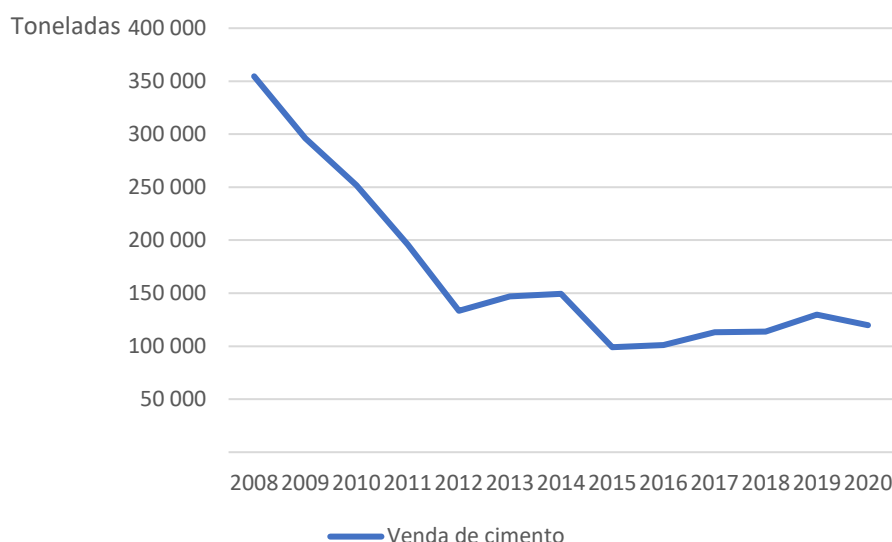


Figura 37 - Venda de cimento

4.3.7 Internacionalização

De modo a garantir a sobrevivência das empresas, e num contexto de crise económica e de níveis de crescimentos nacionais muito baixos ou nulos, é fundamental a entrada das empresas portuguesas em novos mercados internacionais, sendo os mercados emergentes os mais rentáveis, contudo, a participação das empresas neste tipo de mercado requer que estas desenvolvam estratégias adequadas, de modo a obter uma internacionalização com sucesso (Gama, 2011).

No que se refere ao setor da construção português este teve inicio no fim dos anos oitenta com a sua entrada na UE em 1985, época que gerou um elevado esforço com o desenvolvimento de infraestruturas, nomeadamente ferrovias, autoestradas, pontes, aeroportos, e reabilitação de hospitais, universidades e escolas.

O setor desde então teve um crescimento progressivo que teve o seu fim no início deste século (séc. XXI), devido à redução do apoio da UE, a uma redução de gastos por parte do Governo e ao grande número de infraestruturas existentes no país. Tendo em conta o elevado défice e à abundância de oferta, a construção teve uma grande redução do seu volume de negócios. O volume deste setor teve um grande peso na atividade do país, devido ao elevado peso do setor da construção na economia (Baganha et al, 2002).

A internacionalização é essencial ao crescimento do volume de negócios das empresas necessitando cada vez mais de mercados internacionais.

Independentemente dos países onde as empresas se localizem, é fundamental garantir a robustez das atividades no mercado interno, de forma a não comprometer as operações da empresa com a expansão internacional, assumindo um maior risco na expansão internacional (Gama (2011).

No que diz respeito a Madeira, relativamente à competitividade e à internacionalização, a estratégia passou por estender e diversificar a base económica, por forma a aumentar e modificar a oferta

regional de bens e serviços transacionáveis e com grande valor acrescentado, estabelecendo condições de apoio à novas atividades direcionadas para os mercados externos (Sardinha et al., 2020).

Segundo o Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM) e a Sociedade de Desenvolvimento da Madeira (SDM), esta apresenta uma das localizações mais atrativas da EU no que se refere à instalação de empresas e atividades internacionais, sendo a sua atividade devidamente regulamentada e supervisionada, oferecendo uma imagem internacional de rigor e transparência.

A Madeira apresenta baixos níveis de inflação, baixas taxas de tributação praticadas, assim como custos operacionais competitivos comparados com outras cidades da EU, tendo o CINM um grande contributo no desenvolvimento económico da Madeira como instrumento fundamental para a propensão de investimento estrangeiro.

De acordo com o relatório final do Diagnóstico das Potencialidades de Internacionalização da Madeira (2018), publicada pela ACIF, deverão ser implementadas ações por forma a sensibilizar os empresários para a internacionalização, tais como a publicação de oportunidades de negócios, participação em missões empresariais, organização de conferência para divulgação do tema, entre outras.

Esta mesma organização, frisa a importância da identificação das capacidades no que se refere à internacionalização das empresas da Madeira. Sendo assim, será fundamental passar pelo reconhecimento das experiências dentro do âmbito de internacionalização dessas empresas na Região, apresentando a sua presença nos mercados internacionais (Figura 38).

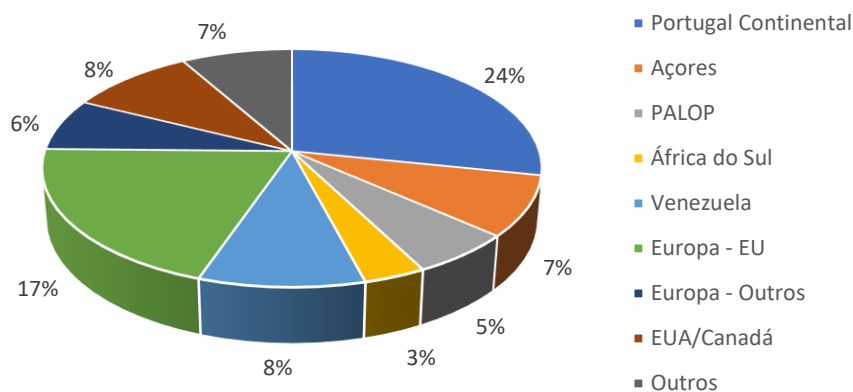


Figura 38 - Presença nos mercados internacionais

De salientar que, o peso da EU e de Portugal Continental no comércio da RAM, assim como a dos países com comunidades madeirenses, África do Sul, EUA, Canadá e Venezuela.

4.3.8 Estratégia adotada no período de crise – 2008 a 2016

A economia mundial sofreu um grande impacto resultante da crise económica financeira no período de 2007 – 2008, que se arrastou na década seguinte, tendo consequências drásticas na política e economia, para além da insatisfação e impotência sentida na sociedade.

Nesse sentido, foram postas em prática medidas de austeridade orçamental de onde derivaram a redução de investimentos, aumento de desemprego, encerramento de muitas empresas e dificuldade de aquisição de crédito, sendo o setor da construção o mais afetado.

Durante este período verificou-se uma regressão relativamente ao número de empresas, havendo uma grande repercussão no setor da construção (Pacheco, 2019).

A crise de 2008 abalou a economia e a sociedade portuguesa, afetando particularmente o setor da construção civil (Queirós, Galhano e Pereira, 2019).

Segundo os mesmos autores, as principais mudanças resultantes da crise focam-se em quatro áreas de impacto:

- Na organização e regulação das relações laborais – pela instabilidade dos coletivos de trabalho, pela desagregação dos trabalhadores e do respetivo reforço das dificuldades resultantes, organização e estrutura por parte de associações profissionais, organizações sindicais e autoridades estatais;
- Nos salários e empregos – com a redução acentuada de efetivos no setor, assim como a redução dos ganhos médios;
- Na organização da atividade e no tecido empresarial – com a falência de muitas empresas, a aposta no mercado internacional, a fusão das entidades empresariais e na redução dos preços e das margens de lucro;
- Nos modelos de mobilidade da força de trabalho – com reforço para participação em trajetórias de mobilidade circular com o aumento do raio das deslocações e com um número significativo de emigração dos trabalhadores.

Embora muito afetado, o setor apresenta sinais de recuperação em Portugal em resultado do desempenho globalmente positivo da economia, principalmente no âmbito do dinamismo demonstrado pelo mercado imobiliário com a retoma da construção, cuja aposta está na reabilitação urbana.

Este tipo de aposta acaba por estar limitado por vários fatores derivados da crise, nomeadamente mão-de-obra, capacidade empresarial e experiência. Com efeito, surgem operadores com menos preparação e experiência colocando em causa a garantia de aplicação e verificação, a qualidade do produto, sendo assim exigidas elevadas medidas de segurança, havendo uma predominância pelas obras privadas.

Outro aspeto que ganha relevância é a regularização efetiva do trabalho destacado e a sua integração legal.

A estas adversidades decorrentes da crise, incluem-se outras resultantes da organização e do desempenho da atividade acrescentadas da mudança técnica-económica, operacional, tecnológica e a

experiência de atualização, cujos obstáculos estão na falta de educação e formação qualificada, a contenção de custos a nível salarial, a reduzida dimensão e peso crítico do tecido empresarial, a insuficiente prontidão e a recuperação e a insuficiente preparação da força de trabalho (Queirós et al., 2019).

4.3.9 Estratégia prevista para ultrapassar a crise causada pela Covid-19

As previsões anteriormente difundidas por algumas instituições sobre o impacto da pandemia da Covid-19 na economia, já eram de esperar, nomeadamente redução acentuada nos empregos e produtos, associado ao decréscimo do investimento, consumo, comércio internacional, traduzidos em défices e dívidas públicas (Mendonça, 2020), facto que não se refletiu no setor da construção onde o peso desses impactos foi bem menor, como é descrito no Inquérito Rápido e Excepcional às Empresas – Covid-19, de 26 de fevereiro de 2021, divulgado pelo Banco de Portugal em parceria com o INE.

Na perspetiva de minimizar estes impactos uma das medidas a adotar será a de arranjar estratégias por forma a economia conseguir criar meios imediatos de gerir os efeitos produzidos pela pandemia.

Neste contexto, o Banco Central Europeu (BCE), tenta reforçar as medidas de política monetária tanto no âmbito quantitativo como qualitativo, associadas a esta crise económica.

Realça a importância de garantir, de todas as formas, a manutenção dos postos de trabalho, sendo que é este fator que promove a produção, que por sua vez proporciona a distribuição e o abastecimento, fechando o ciclo com as despesas concebidas pelos rendimentos, promovendo assim a economia.

Segundo as notícias divulgadas pela DRE, Em Foco, de 08 de julho de 2021, onde são abordados os efeitos da pandemia Covid-19, no período entre março de 2020 (início da pandemia) e fevereiro de 2021, o Indicador Regional de Atividade Económica apresentava valores negativos, tendo sido o mês de abril o mais afetado, altura em que a economia esteve estagnada, tendo sido mais significativa do que a ocorrida no período de 2011 e 2013.

Relativamente à construção e habitação, houve um aumento de edifícios licenciados na ordem de 6,9%, a comercialização de cimento teve um decréscimo de 8,1% e o valor das vendas reduziu 12,5%, tendo, assim como no Indicador Regional de Atividade Económica, o mês de abril o mais afetado.

O Governo implementou medidas de modo a reduzir a prestação média no crédito à habitação decorrente das alterações do regime de moratórias, no qual é suspenso o pagamento da prestação.

No que concerne à venda de alojamentos familiares, foram transacionados 3224 alojamentos, valor semelhante ao do ano anterior.

De acordo com a Overview do Setor Bancário Português, de junho de 2020, da Associação Portuguesa de Bancos (APB), a evolução e principais indicadores, resultantes da crise decorrente da pandemia de Covid-19, são os a seguir apresentados:

- Gerou elevados níveis de incerteza em resultado do choque económico sem precedentes;
- O financiamento por parte do Eurosistema aumentou significativamente, mantendo a liquidez do sistema com elevado nível de conforto, em resultado do reforço das medidas da política monetária;

- Os depósitos continuaram a aumentar, decorrente das poupanças efetuadas com a redução de consumo, relacionadas com a incerteza da duração e impactos da pandemia, bem como às restrições de mobilidade impostas;
- No que se refere à solvabilidade, o sistema dispõe de uma maior capacidade face a uma eventual deterioração de risco do crédito, assim como um aumento dos créditos não produtivos (NPL), apresentando-se mais resiliente do que na crise anterior;
- Há uma evolução positiva nos empréstimos a clientes, traduzido na diminuição dos NPL e na resposta às necessidades de liquidez do setor empresarial;
- Redução significativa da rentabilidade do sistema bancário nacional, penalizada com o aumento do provisionamento, originando o agravamento do retorno sobre o capital (ROE) e o custo de capital;
- O setor bancário português regista progressos relativamente no que refere ao nível de liquidez e solvabilidade, sendo crítico no apoio às necessidades de financiamento e de liquidez da economia;
- Os possíveis efeitos da pandemia de Covid-19, assim como as medidas necessárias no seu controlo, coloca desafios ao setor bancário, nomeadamente elevado nível de incerteza no que diz respeito à recuperação, excessiva recessão económica, elevado endividamento do setor não financeiro e possível aumento do incumprimento do crédito, manutenção de baixas taxas de juro.

Perante a pandemia da Covid-19 a população foi obrigada a adotar medidas restritivas de isolamento, por forma a evitar a propagação do vírus, situação esta que gerou consequências ao nível das empresas na sua adaptação tanto com os funcionários, clientes e fornecedores.

Em resultado, houve necessidade de criar algumas estratégias sob o aspeto das capacidades dinâmicas, nomeadamente identificação de oportunidades, tais como realização de pesquisas, participação em cursos, feiras e eventos, nas relações com clientes e fornecedores, onde também poderá ser incluído medidas para evitar desperdícios.

Quanto à capacidade de aproveitamento, uma das estratégias a aplicar passa pelo desenvolvimento de novos produtos e serviços, pela melhoria de sistemas associados à comercialização e marketing dos mesmos.

A capacidade de reconfiguração é a que mais preocupa os empresários, uma vez que estes se sentem inseguros perante as incertezas de mercado face à propagação do vírus. Sendo assim, uma das estratégias a adotar está associada ao aumento da participação dos empregados na tomada de decisões, incentivar o empreendedorismo interno e gestão do conhecimento e formar parcerias para formação de estratégias.

Neste sentido, as capacidades dinâmicas têm um contributo nas estratégias para enfrentar a crise decorrente da pandemia de Covid-19, sendo que as empresas que possuem capacidades para detetar as oportunidades e ameaças terão aptidão e tempo para atuarem em função das incertezas, assim como

aquelas que aprenderem a reconfigurar, serão mais resilientes quando o clima de incerteza exigir transformações (Wecker, Froehlich e Gonçalves, 2021).

Perante o anteriormente descrito, é de salientar que, é fundamental que qualquer empresa estabeleça um bom planeamento, onde sejam identificadas as prioridades no seu investimento com o intuito de tirar partido da oportunidade, tendo como base sempre as partes associadas às estratégias a atingir (Nunes, 2016).

Capítulo 5

5 CASOS DE ESTUDO

5.1 Enquadramento

Neste estudo procurou-se observar a relação existente entre alguns indicadores no setor da construção para a qual seria necessário analisar no mínimo a resposta de 40 inquéritos (Mendes, Fernandes e Correia, 2011).

Tendo em conta a complexidade do estudo do setor da construção, neste capítulo, faz-se uma abordagem a quarenta e três empresas do setor, utilizando para a investigação um estudo de casos, cujo objetivo é descrever os factos, ocorrências, constatar ou comparar resultados estabelecendo a sua relação.

A investigação qualitativa, agrupa várias estratégias que partilham certas características, em que são recolhidos dados com elevados acontecimentos que descrevem pessoas, conversas e locais, e com um cuidado estatístico complexo (Meirinhos e Osório, 2010). Neste tipo de investigação procura-se a compreensão das inter-relações que ocorrem na vida real, em que as perguntas pretendem encontrar a ligação estabelecida entre um pequeno número de variáveis, sendo o principal objetivo do estudo de caso o de o tornar perceptível com base na particularização, tendo em conta uma organização definida, dados conceptuais determinados já existentes ou ideias que esclareçam a compreensão necessária, ou, ainda, uma estrutura que consiga orientar a recolha de dados.

Um estudo de casos permite obter informações através de várias fontes de dados, entre elas o inquérito (Meirinhos e Osório, 2010), utilizado na elaboração deste capítulo.

O estudo de casos teve como base o inquérito, definido por um questionário com perguntas colocadas a um grupo de empresas com atividade no setor, tendo sido elaborado com o objetivo de caracterizar o modo de atuação destas.

O sucesso de um inquérito depende de o mesmo estar convenientemente concebido, e de terem sido tidas em conta algumas etapas, concluindo com a elaboração do respetivo relatório para posterior divulgação.

De salientar que, o mesmo foi devidamente planeado e processado segundo as etapas a que este deve obedecer (Brito, 2012), nomeadamente:

- Estabelecer os objetivos;
- Execução do questionário;
- Testagem do questionário;
- Determinação da amostra;
- Efetuar o questionário;
- Registrar os dados;
- Observação dos dados e elaboração do relatório.

O inquérito é constituído por perguntas abertas, em que o inquirido expressa a sua opinião ou comentário sem estar limitado a uma opção de resposta, e por perguntas fechadas, sendo composto por variáveis qualitativas e variáveis quantitativas. Este tem como base um questionário com técnicas não documentais, cuja investigação é efetuada de forma indireta, sendo que, apesar de este método ser útil ao fornecer informações do que acontece num determinado momento, este também apresenta algumas desvantagens, nomeadamente no que se refere à linguagem utilizada, pelo que se torna essencial a utilização de uma linguagem clara, simples e concreta, uma vez que tudo o que detemos é apenas o que o inquirido nos forneceu (Ferreira e Campos, 2009).

Os inquéritos foram efetuados a pessoas com conhecimentos profundos de cada empresa, em relação ao percurso histórico, alterações estruturais e estratégicas, representando estas a amostra de entre a população alvo a ser analisada.

5.2 Seleção das empresas

Tendo em conta o objetivo desta dissertação e, no contexto das grandes alterações no setor da construção em consequência da crise económica resultante de diversos fatores, atualmente a pandemia mundial do Covid-19, foram selecionadas quarenta e três empresas diferentes, num mesmo setor de atuação, tendo como intuito comparar os dados das mesmas, nomeadamente no que se refere à capacidade de perceber oportunidades, estratégias, inovação, competitividade, desempenho, possibilidades financeiras, entre outros.

A recolha de dados das referidas empresas teve como base a pesquisa das empresas do setor em atividade na RAM.

Numa segunda fase, foi necessário estabelecer contacto com os responsáveis pela administração dessas empresas, tendo sido enviado uma breve explicação do objetivo do estudo através de correio eletrónico e, posteriormente, fez-se um contato telefónico com estes mesmos administradores.

De referir ter este sido um trabalho moroso e no qual foram enfrentadas diversas dificuldades, tendo em conta a elevada carga de trabalho atual das empresas.

Numa terceira fase, foi necessário tratar os dados obtidos de modo a proceder à sua análise.

5.3 Apresentação dos casos

Neste capítulo irá ser caracterizada a realidade das empresas inquiridas.

Como foi referido anteriormente, este estudo foi o resultado dos dados obtidos de quarenta e três empresas do setor da construção (Tabela 12), com maior incidência nas pequenas empresas com 51,16% e nas microempresas com 46,51% dos casos (Figura 39), tendo sido classificadas tendo como base o número de trabalhadores a exercer atividade nas mesmas (Tabela 13).

Tabela 12 - Empresas Inquiridas

Nº	NOME DA EMPRESA
1	AFAVIAS, ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, SA
2	ALÇADO DIREITO, CONSTRUÇÕES, LDA
3	ALUMIBATISTA, CONSTRUÇÕES UNIPessoal, LDA
4	AURELIO CAIRES, CONSTRUÇÕES UNIPessoal LDA
5	BAPTISTA CONSTRUÇÕES
6	BC CONSTRUÇÕES, LDA
7	CARDINALBASE
8	CONSTRUBATALHA, CONSTRUÇÕES UNIPessoal, LDA
9	CONSTRUÇÕES SERAFIM E VITOR, LDA
10	CUBO INFINITO, LDA
11	DESAFIO PRÁTICO, UNIPessoal, LDA
12	DIVIMADEIRA, SA
13	FIGUEIRA CONSTRUÇÕES
14	FIRMA CONSTRUÇÕES, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA
15	FORMACOMPACTA, CONSTRUÇÕES, LDA
16	FRANCISCO E MENDONÇA
17	HDSA
18	ILHASOL, LDA
19	IRMÃOS ABREU HENRIQUES, LDA
20	IRMÃOS CALDEIRA, LDA
21	IRMÃOS LEÇA, LDA
22	JMS PERESTRELO, LDA
23	JOSÉ PEDRO CARDOSO RODRIGUES
24	MAISCRIATIVA, UNIPessoal, LDA
25	MANUEL CANADA, CONSTRUÇÕES, LDA
26	METALUBRAVA, LDA
27	MIGUEL E PAULO, LDA
28	MONTILIAS CONSTRUÇÃO CIVIL, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA
29	MR, SOC CONSTRUÇÕES, LDA
30	NÓBREGA E NASCIMENTO, LDA
31	NUNO MANUEL BAZENGA
32	OBRA RÁPIDA, CONSTRUÇÕES, UNIPessoal, LDA
33	OBRACENTIMETRO
34	OPÇÕES FAVORÁVEIS, LDA
35	PLANIBRAIN
36	PROEZA ROBUSTA, LDA
37	REAL VISION, LDA

Nº	NOME DA EMPRESA
38	TECNOMURO, LDA
39	TERMOMADEIRA, LDA
40	VASCONCELOS E ABREU, LDA
41	VERSAOMAGNOLIA, LDA
42	VIEIRA RIBEIRO E FARIA, LDA
43	WHEN QUALITY MATTERS, UNIPESSOAL, LDA

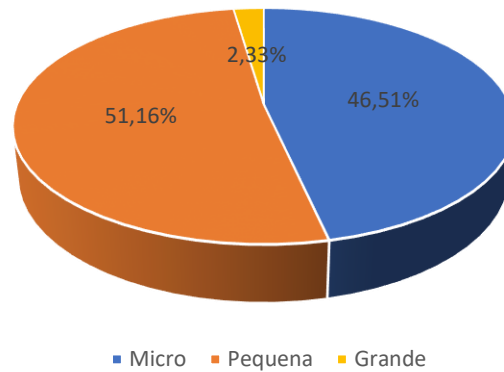


Figura 39 - Percentagem de empresas inquiridas - por dimensão

Tabela 13 - Classificação das empresas inquiridas. (Fonte: Autor, 2022)

Tipo de empresa	Micro	Pequena	Média	Grande
Nº de trabalhadores	Inferior a 10	Entre 10 e 50	Entre 50 e 250	Superior a 250
Nº de empresas inquiridas	20	22	0	1

O estudo englobou empresas estabelecidas entre os anos de 1980 até 2021, inclusive, cujo tipo de sociedade era maioritariamente constituída por quotas (Figura 40) (Tabela 14).

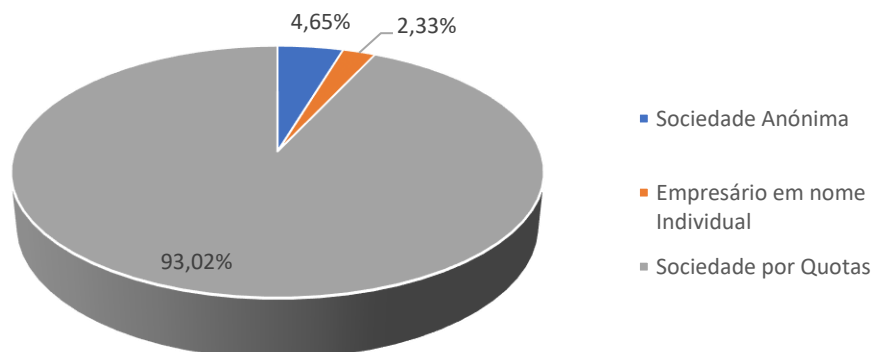


Figura 40 - Tipo de sociedade – percentagem

Tabela 14 - Tipo de sociedade

Tipo de sociedade	Sociedade Anónima	Empresário em nome Individual	Sociedade por Quotas
Nº de respostas	2	1	40

Este tipo de sociedade comercial apresenta o seu capital social dividido em quotas, é criada por dois ou mais sócios, possui personalidade jurídica que representará os seus sócios e a quem são atribuídos os direitos e obrigações, tendo dessa forma autonomia patrimonial, dotadas de órgãos próprios para atuar no que se refere ao juridicamente imputável em qualquer tipo de efeitos que estejam relacionados com a empresa (Mendes et al., 2011).

Estas empresas dedicam-se essencialmente ao mercado de obras públicas e particulares, predominando a atividade da construção de edifícios.

Segundo os dados recolhidos, estas empresas recorrem, na sua maioria, à subcontratação de outras empresas, correspondente a um valor inferior a 10,0% na execução dos trabalhos.

Para além da Ilha da Madeira, estas empresas exercem a sua atividade na Ilha do Porto Santo, na ordem dos 41,86% e Portugal Continental com 9,3% (Figura 41).

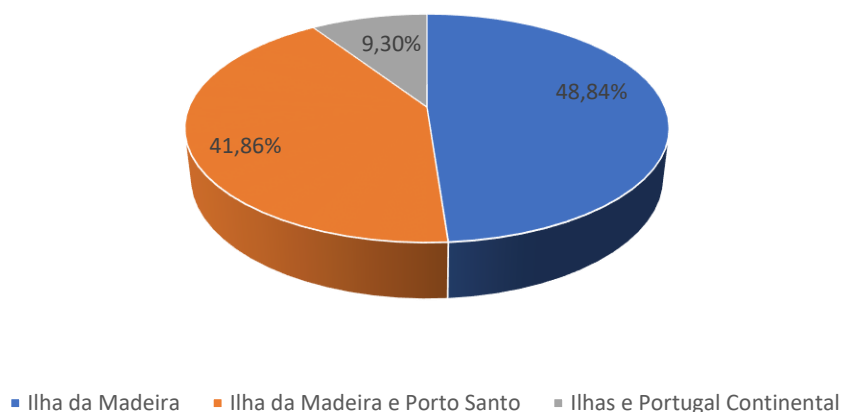


Figura 41 - Percentagem de empresas inquiridas - por localização de incidência de atividade

No que concerne ao número de trabalhadores, foram classificadas por dimensão, enquadrando-se essencialmente nas categorias de microempresas, para as estabelecidas com um número inferior a 10 trabalhadores, e pequenas empresas, com um número inferior a 50, de acordo com o que já tinha sido referido anteriormente.

Relativamente à produtividade média por trabalhador, constatou-se que esta situa-se na ordem dos 10 000€ e 20 000€, com 41,86% dos casos (Figura 42).

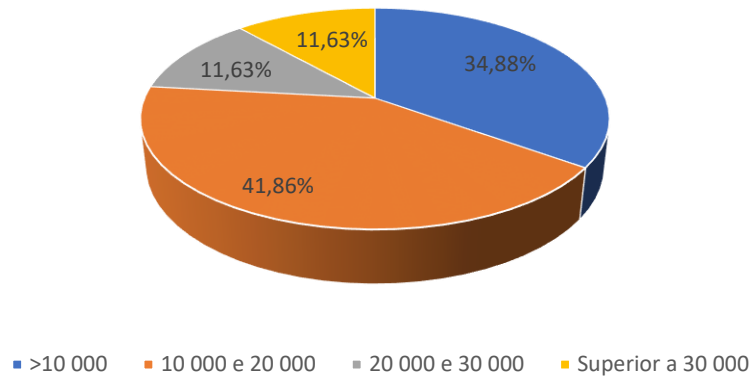


Figura 42 - Produtividade por trabalhador

No que diz respeito ao método de atuação utilizado no mercado (Tabela 15), segundo os dados obtidos, verificou-se que este recai principalmente na procura de oportunidades de trabalho dentro da atividade de 17 empresas inquiridas (Figura 43).

Tabela 15 - Hipóteses de resposta

a)	Atua no mercado à procura de oportunidades de trabalho dentro da sua atividade.
b)	Atua no mercado à procura de oportunidades de trabalho dentro da sua atividade, mas dentro de um leque de trabalhos relacionados com uma determinada especialização.
c)	Atua no mercado selecionando trabalhos e clientes, tendo como base a sua especialização e determinado grupo de clientes.
d)	Atua no mercado selecionando aqueles trabalhos para os quais quer concorrer, tendo em conta a especialização.

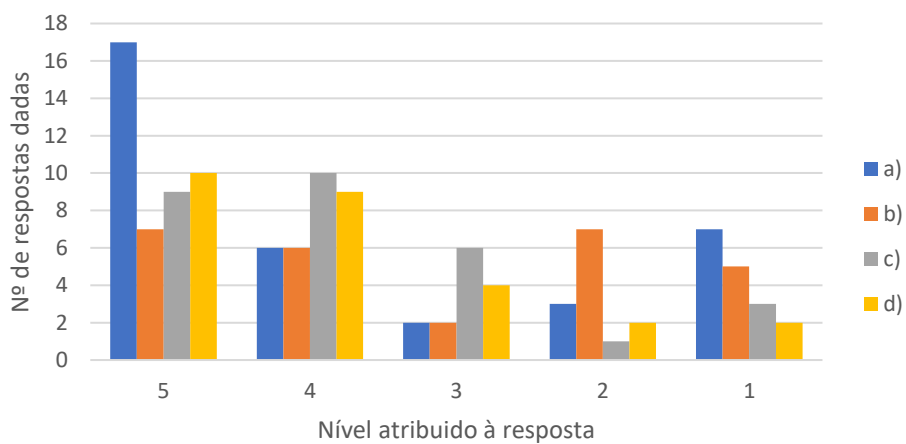


Figura 43 - Método de atuação – enquadramento

Dentro do método de atuação adotada pelas mesmas, mas no que se refere à finalidade (Tabela 16), verificou-se que prevalecia, em igualdade, em 21 empresas inquiridas, a de permanecer no mercado através da competição com base na qualidade de execução, no prazo de entrega e na distinção relativamente à concorrência, assim como, para além destes parâmetros, na inovação na maneira de produzir e fazer (Figura 44).

Tabela 16 - Hipóteses de resposta

a)	Permanecer no mercado através da competição com base no preço.
b)	Permanecer no mercado através da competição com base no preço e no prazo de execução.
c)	Permanecer no mercado através da competição com base no preço, no prazo de execução e na qualidade.
d)	Permanecer no mercado através da competição com base na qualidade de execução e no prazo de entrega.
e)	Permanecer no mercado através da competição com base na qualidade de execução, no prazo de entrega e na distinção relativamente à concorrência.
f)	Permanecer no mercado através da competição com base na qualidade de execução, no prazo de entrega, na distinção relativamente à concorrência e na inovação na maneira de produzir e fazer negócio.

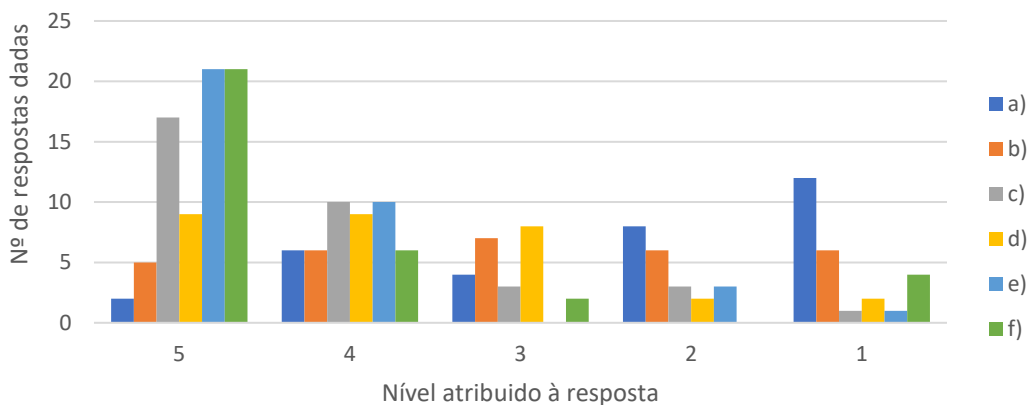


Figura 44 - Método de atuação – finalidade

De acordo com a análise efetuada, observou-se que os principais obstáculos com que as empresas se deparam (Tabela 17), no desempenho das suas atividades no mercado, recaem essencialmente na elevada concorrência no setor da construção e na falta de mão-de-obra existente em 25 destas empresas e na excessiva carga tributária incidente sobre as empresas em 24 destas (Figura 45).

Tabela 17 - Hipóteses de resposta

a)	Falta de motivação dos trabalhadores.
b)	Atraso na entrega dos fornecedores.
c)	Falta de mão-de-obra disponível.
d)	Elevada concorrência no setor da construção.
e)	Falta de mão-de-obra qualificada disponível.
f)	Escassa qualificação de mão-de-obra existente.
g)	Atraso de pagamento por parte dos clientes.
h)	Dificuldade de acesso ao mercado.
i)	Excessiva carga tributária incidente sobre as empresas.

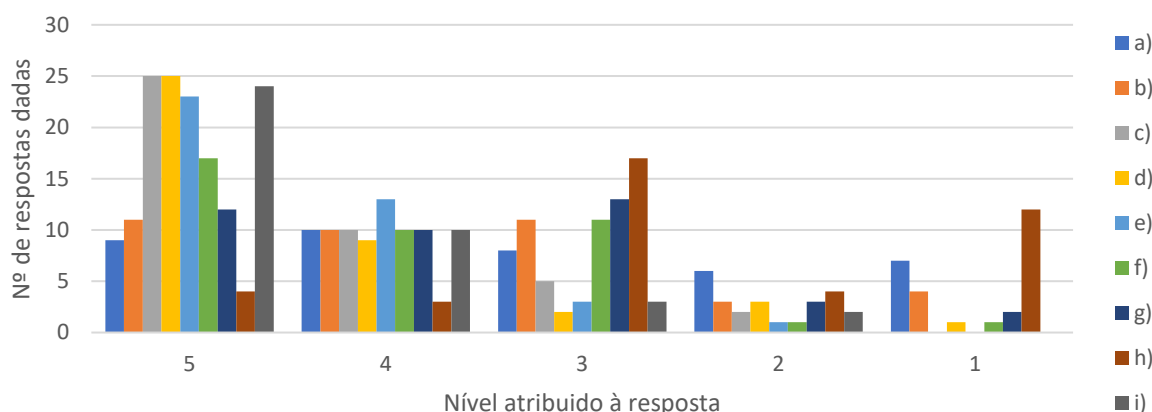


Figura 45 - Obstáculos com que se deparam as empresas da atividade

No que se refere à procura por aperfeiçoar a sua capacidade relativamente à competição no mercado (Tabela 18), detetou-se que, 28 das empresas inquiridas, apostam fundamentalmente na melhoria da qualidade, seguida da distinção em relação à concorrência em 25 empresas (Figura 46).

Tabela 18 - Hipóteses de resposta

a)	Melhoria de qualidade.
b)	Melhoria dos custos de produção.
c)	Redução do tempo de execução.
d)	Na distinção em relação à concorrência.
e)	Na formação e seleção dos seus trabalhadores.
f)	Na inovação.

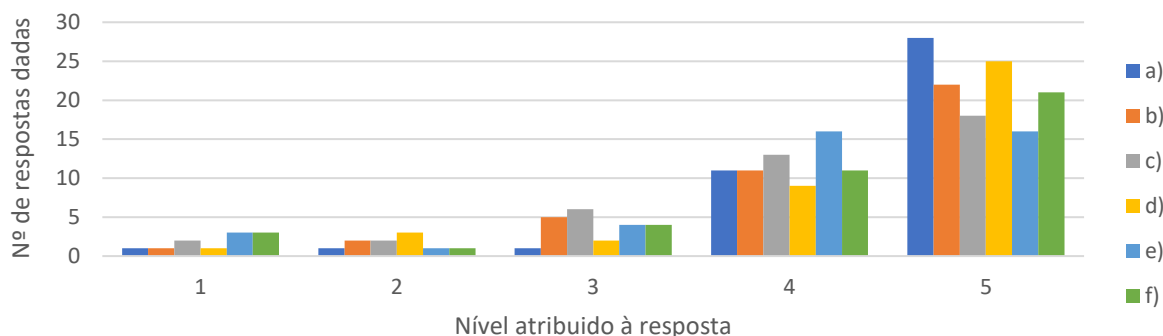


Figura 46 - Procura de aperfeiçoamento

Dentro das condições vigentes no mercado, no que se refere às possibilidades financeiras concedidas (Tabela 19), estas propiciam que, 46,51% das empresas, sintam necessidade de produzir a sua atividade normal sem recurso e financiamento bancário, sendo estas autossuficientes financeiramente, tendo apenas 6,98% das empresas necessidade de obter empréstimos de médio e longo prazo de modo a produzir a sua atividade normal, estando medianamente endividadas.

Se referir que nenhuma das empresas optou pelo empréstimo de médio e longo prazo, de modo a produzir a sua atividade normal, estando extremamente endividada (Figura 47).

Tabela 19 - Hipóteses de resposta

a)	Produzir a sua atividade normal sem recurso a financiamento bancário, sendo autossuficiente financeiramente.				
b)	Precise de empréstimos pontuais, de modo a satisfazer necessidades de tesouraria momentâneas, ou seja, empréstimos pontuais não permanentes.				
c)	Obtenha empréstimos de médio e longo prazo, de modo a produzir a sua atividade normal, estando endividada medianamente.				
d)	Obtenha empréstimos de curto prazo para produzir a sua atividade normal, ou seja, empréstimos de curto prazo e/ou conta caucionada.				
e)	Obtenha empréstimos de médio e longo prazo, de modo a produzir a sua atividade normal, estando extremamente endividada.				
Resposta atribuída	a)	b)	c)	d)	e)
Nº de respostas atribuídas	20	13	3	7	0

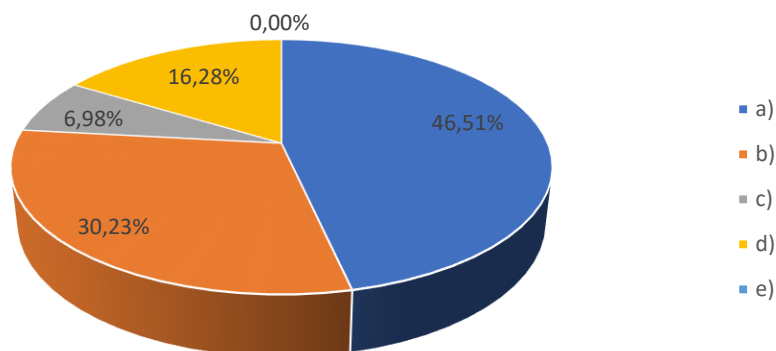


Figura 47 - Necessidades financeiras

Segundo os dados analisados, verificou-se que, no que concerne ao desempenho das empresas de construção, 22 empresas inquiridas (Tabela 20), referem que, o mesmo é influenciado, nomeadamente pelo planeamento das infraestruturas, construção e manutenção a médio e longo prazo definido pelas políticas governamentais com o objetivo de dar estabilidade ao setor, tendo apenas uma das empresas inquiridas o ter direcionado para a estruturação de projetos e de componentes apropriados em obras pela mesma entidade (Figura 48).

Tabela 20 - Fatores que influenciam o desempenho das empresas

a)	Planeamento das infraestruturas, construção e manutenção a médio e longo prazo definido pelas políticas governamentais com o objetivo de dar estabilidade ao setor.				
b)	Planeamento de apoio definido para as médias e pequenas empresas pelas políticas governamentais com o objetivo de promover a qualificação e formação dos seus trabalhadores.				
c)	Planeamento de médias e pequenas empresas pelas políticas governamentais com o objetivo de promover a inovação.				
d)	Planeamento de médias e pequenas empresas pelas políticas governamentais com o objetivo de promover a organização de procedimentos e de tecnologias.				
e)	Estrutura de projetos e de componentes apropriados em obra pelas políticas governamentais.				
Resposta atribuída	a)	b)	c)	d)	e)
Nº de respostas atribuídas	22	10	6	4	1

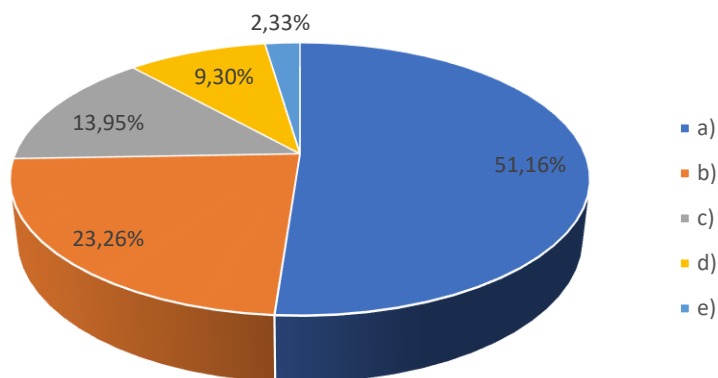


Figura 48 - Desempenho das empresas

De salientar que, os grandes desafios que a construção e a reabilitação estão a atravessar atualmente, segundo as empresas que participaram no inquérito realizado, estão principalmente relacionados com o aumento dos custos dos materiais, falta de mão-de-obra especializada, elevado custo dos combustíveis, salários baixos, controlo da qualidade dos materiais e processos construtivos, propagação e implementação de planos de segurança e higiene no trabalho.

No se diz respeito ao tipo de obra mais privilegiada nos tempos recorrentes, 69,77% das empresas inquiridas, afirmam que incide em grande escala na reabilitação (Figura 49).

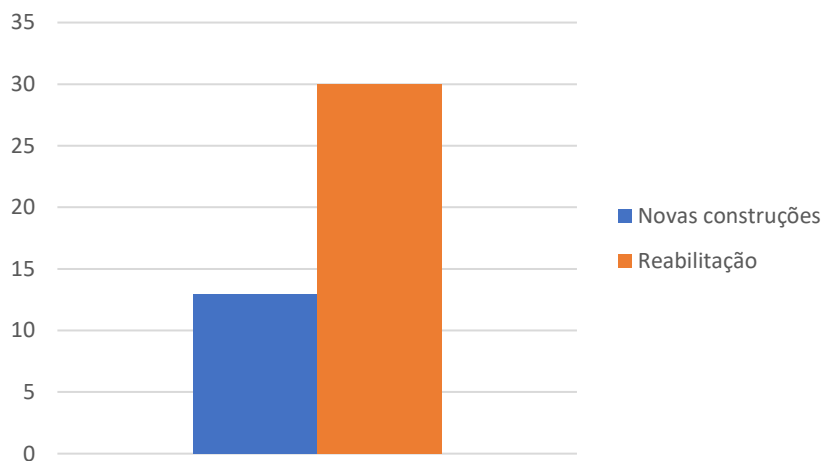


Figura 49 - Tipo de obra mais privilegiada

No que se refere às consequências que advieram da crise do ano de 2008 e às lições aprendidas com os exemplos no passado, estas empresas alertam para o especial cuidado na dimensão da equipa de trabalho, gestão de equipamentos e respetivos deslocamentos, negociação de preços com os fornecedores, controlo do endividamento, aposta na mão-de-obra e consequentemente na qualidade, melhor organização, melhor rendimento, organização do inventário dos materiais, ter maior controlo no prazo de execução dos trabalhos, tendo em conta que menos tempo é sinónimo de menos custos, não

depende de financiamento por parte de entidade bancária, investir na formação e em novas tecnologias, investir com moderação, redução de desperdício de materiais, ter uma carta ampla de clientes e aumentar as oportunidades de negócios. Perante os exemplos retirados estas empresas esperam no futuro, mesmo tendo consciência que o setor enfrentará muitas variações associadas à economia do país, que a estabilidade e a qualidade seja conseguida, tendo em conta a organização, o trabalho e a entrega. Para além disso, deverá haver maior aposta na tecnologia, por forma a crescer de forma responsável e consciente.

Sabemos que o mundo tem tentado ultrapassar de todas as maneiras as consequências resultantes da pandemia provocada pela Covid-19. Neste contexto e relativamente ao setor da construção, verificou-se que esta não afetou de forma muito significativa o setor, tendo essencialmente sido implementadas as medidas recomendadas pelas autoridades de saúde em geral, sendo por vezes necessário reduzir o volume de trabalho e prever o alargamento do período de funcionamento, de modo a reduzir os contactos. Contudo, aumentou a perceção de que se deverá apostar na mão-de-obra, na sua formação, que deverá ser necessário uma abordagem mais cuidada relativamente às áreas de construção dos espaços exteriores e áreas comuns no interior mais amplas, atendimento das necessidades específicas dos clientes, oferecendo qualidade, sustentabilidade, segurança, inovação e tecnologia.

Embora a pandemia não tivesse afetado em geral o funcionamento das atividades, levou ao incumprimento dos prazos de execução de algumas construções devido não só à redução do número de trabalhadores e a sua colocação por turnos, mas também pelo aumento do tempo de entrega dos materiais pelos fornecedores, assim como o aumento dos preços dos mesmos, sendo que o aumento de volume de trabalhos provocou a falta de mão-de-obra suficiente para dar resposta aos trabalhos necessários.

Um dos aspetos a ter em conta é, sem dúvida, a valorização dos recursos humanos por forma a ultrapassar mais facilmente, em conjunto, as dificuldades que possam surgir em qualquer tipo de adversidade.

Capítulo 6

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como propósito a caracterização do setor da construção na Madeira, onde foram analisados os principais indicadores que dele fazem parte.

Neste capítulo, apresentam-se as principais conclusões apontadas ao longo do trabalho. Referem-se também sugestões de temas futuros, resultantes de algumas lacunas durante o desenvolvimento da dissertação.

6.1 Conclusões

Na realidade, a instabilidade económica é um dos principais fatores da falência em qualquer setor de atividade e o da construção não é exceção, tendo sido este um dos setores mais afetados durante a crise económica de 2008. Contudo, um dos setores menos afetado durante a pandemia provocada pela Covid-19.

Da análise efetuada verificou-se que, em relação à conjuntura macroeconómica, a crise económica teve uma grande influência no que diz respeito ao valor do PIB, mais significativamente no período entre 2008 e 2012, tanto em Portugal Continental como na RAM, tendo sido muito acentuada na região no ano 2012.

De salientar a importância da observação do comportamento do PIB, uma vez que este reflete a situação da economia de qualquer região e consequentemente o comportamento nas atividades setoriais, não sendo o da construção exceção.

O setor da construção, juntamente com do turismo, são os dois setores mais importantes da economia Regional, tendo um grande peso no total de postos de trabalho, tendo sido constatado na RAM grandes quebras em todos os níveis, nomeadamente no volume de pessoal empregado, volume de negócios e venda de cimento, sendo que, durante o período da crise económica de 2008, a taxa de variação do pessoal em serviço foi superior neste setor de atividade.

Foi possível constatar um crescimento de extinções de empresas no setor no período de 2009 a 2012, principalmente nas micro e PME, sendo até o ano de 2015 o número de extinções superior ao das criações, ano a partir do qual a situação foi revertida passando as criações das empresas a ser em maior número. De referir que, no que diz respeito ao número de empresas no setor, são as microempresas que se evidenciam largamente neste ramo.

No que concerne ao tipo de empresas estabelecidas no setor da construção, o número de empresas por sociedade é superior ao número das individuais. Contudo, ambas foram reduzindo o seu número gradualmente desde 2008 até 2017, ano em que voltou a aumentar.

De referir que, as empresas inquiridas dedicam-se essencialmente ao mercado de obras públicas e particulares, tendo por vezes necessidade de se apoiarem noutras por meio da subcontratação para a execução dos seus trabalhos.

Constatou-se que, relativamente às construções novas, as obras de engenharia civil têm prevalecido em relação à dos edifícios, representando um peso relevante no setor, sendo que o tipo de obra mais privilegiada nestes últimos anos recai principalmente na reabilitação, não só por parte das instituições públicas, mas também por parte das privadas, havendo necessidade de haver mais qualificação, especialização e organização por parte das empresas.

Conforme referem as empresas no inquérito realizado, os grandes desafios estão relacionados com o aumento dos custos dos materiais, a falta de mão-de-obra especializada, controlo da qualidade, tanto no âmbito dos processos construtivos como dos materiais, implementação de planos de segurança e higiene no trabalho, assim como na promoção do planeamento e coordenação relativamente às obras.

Quanto ao desenvolvimento do mercado em si, no que diz respeito ao tipo de trabalhos, e tendo em conta que um dos fatores fundamentais a pôr em prática é a sustentabilidade, será de prever que a reabilitação continue em força, dando ênfase à melhoria das condições das construções, tendo como base a exigência dos consumidores.

No que concerne à venda de alojamentos familiares, a partir do ano de 2011, a prevalência era na de alojamentos existentes em relação aos novos, tendo sido o seu pico no ano de 2019.

De referir a importância do aumento da produtividade tendo por base uma melhor utilização dos recursos utilizados, cuja finalidade se traduz na qualidade e no desempenho da empresa.

O setor da construção iniciou a sua recuperação pós crise no ano de 2017, em que se estabeleceram melhores perspetivas relativamente ao crescimento sustentado a longo prazo.

Contudo, constatou-se que, mesmo vivendo esta crise gerada pela pandemia do Covid-19, houve um aumento significativo no número de construções, mesmo tendo reduzido a venda de cimento durante o mesmo período.

O setor da construção foi um dos poucos que se mantiveram no ativo, independentemente dos períodos de confinamento.

Nesta perspetiva, os principais indicadores do setor da construção, nomeadamente o número de empresas, volume de negócios e VAB, demonstraram uma evolução muito favorável, tendo um papel bastante relevante na economia nacional.

Outro aspeto a ter em atenção, também confirmado pelas empresas inquiridas, é a falta de mão-de-obra qualificada no setor, havendo necessidade de apostar na formação dos trabalhadores, por forma às empresas conseguirem dar resposta às necessidades existentes no mercado.

Deverão também investir em ideias inovadoras, dar mais atenção às necessidades dos clientes, apostar na reciclagem dos materiais, por forma a preservar o ambiente, novas alternativas de gestão que se traduzam em produtividade, sabendo que esta aumentará com a aplicação de novas técnicas construtivas com as quais possam reduzir o custo das suas atividades.

Nesse contexto, e tendo em conta os erros cometidos nas crises económicas no passado, as empresas em estudo, de modo a não caírem no mesmo abismo, tentam assegurar uma boa gestão das empresas, onde é dado essencialmente evidência à implementação de novos processos e tecnologia, aposta na qualidade e na mão-de-obra qualificada, na estabilidade e no controle do endividamento.

Relativamente aos créditos concedidos, verificou-se que, face aos períodos de crise nos anos entre 2008 e 2012, houve algumas oscilações, tendo havido o maior valor no ano de 2011. No entanto, no período da pandemia provocada pelo Covid-19 nos anos de 2019 e 2020, houve uma redução significativa.

No que diz respeito às condições atuais no mercado, no que se refere às possibilidades financeiras concedidas, a maioria das empresas inquiridas apontam à necessidade delas próprias terem de produzir a sua atividade normal sem recurso ao financiamento, sendo estas autossuficientes.

No entanto, é fundamental que o setor da construção recorra a novos métodos, assim como a segurança, a qualidade, as condições de trabalho, a produtividade, que intensifiquem o seu desenvolvimento uma vez que, e como já foi referido, representa um dos setores com mais peso na economia da Madeira.

Por tudo isto, é urgente a perceção da implementação de novas estratégias, onde se incluam novas tecnologias e se obtenha um futuro mais sustentável com reciclagem dos resíduos resultantes da atividade, se recorra aos produtos pré-fabricados e na aposta da formação adequada à utilização deste tipo de materiais, onde a base se estabeleça pela união de todos os intervenientes do setor da construção.

6.2 Trabalhos futuros - recomendações

Este trabalho permitiu observar e analisar o setor da construção na Região Autónoma da Madeira através da pesquisa de dados estatísticos deste setor, complementando-os com os dados resultantes dos inquéritos efetuados às empresas inquiridas.

O estudo deste tema não se esgota neste trabalho, sendo que apresenta algumas limitações.

A primeira está relacionada com os dados estatísticos, cujo momento da recolha não coincide com a data da defesa da dissertação. Durante o período entre o início do trabalho e a sua apresentação, muitos dados estatísticos foram atualizados. Outra limitação está relacionada com o número de empresas inquiridas, que embora represente o número necessário para fazer o estudo elaborado, um estudo mais alargado, com uma maior amostra, apresentaria resultados mais reais da caracterização das empresas do setor da construção na Madeira.

Efetuar analogias entre os dados estatísticos analisados e os resultados obtidos dos inquéritos efetuados, e com base neste fazer o desenvolvimento da caracterização deste setor, não será um trabalho

que se possa concluir no estudo realizado numa dissertação. Por isso, pode-se dizer que, dadas algumas limitações, as conclusões que se apresentaram, embora baseadas na revisão bibliográfica, nos dados estatísticos e nos dados resultantes dos inquéritos efetuados às empresas do setor da construção da Madeira, carecem de um estudo mais profundo conjugado com a evolução do mesmo setor.

Nesse sentido, acredita-se que seria interessante aumentar este estudo temporalmente e relacionar a evolução do setor da construção da Madeira com o de Portugal Continental, assim como com outras RUP, de modo a se compreender melhor as razões para as alterações ocorridas no setor da construção.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIF (2018). *Diagnóstico das Potencialidades de Internacionalização da Madeira*. Associação Comercial e Industrial do Funchal. Disponível em: https://www.acif-ccim.pt/wp-content/uploads/2018/11/estudo_diagnostico_potencialidades_internacionalizacao.pdf;

Amaral, Conceição (2017). A vertente Preventiva da Pacto de Estabilidade e Crescimento – aplicação a Portugal. *Em Análise*, BMEP nº 08/2017, 34-44. Disponível em: <https://www.gee.gov.pt/en/docs/estudos-e-seminarios/artigos/1465-analise-08-17/file>;

APA. (2021). Portal da Agência Portuguesa do Ambiente. Disponível em: <https://apambiente.pt/>;

APB (2020). *Overview do Setor Bancário Português* (de junho de 2020) Associação Portuguesa de Bancos. Disponível em: <https://www.apb.pt/content/files/overview-do-sector-bancario-portugues-pt-junho-2020.pdf>;

Arnaldo, M. E. A. (2006). *20 Anos na Construção Civil*. Instituto Politécnico de Tomar;

Baganha, M. I, Marques J. C. e Góis P. (2002). *O Setor da Construção Civil e Obras Públicas em Portugal: 1990-2000*. Publicação do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 173, 1-35. Disponível em: <https://ces.uc.pt/pt/publicacoes/outras-publicacoes-e-colecoes/oficina-do-ces/numeros/oficina-173>;

Banco de Portugal (2011 - 12). *Boletim Estatístico*. Lisboa: Banco de Portugal Eurosistema. Disponível em: <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bedez11.pdf>;

Banco de Portugal (2014). Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito. Disponível em: <https://www.bportugal.pt/publications/banco-de-portugal/all/114>;

Banco de Portugal (2014 - 3). *Boletim Estatístico*. Lisboa: Banco de Portugal Eurosistema. Disponível em: <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bemar14.pdf>;

Banco de Portugal (2016 - 12). *Boletim Estatístico*. Lisboa: Banco de Portugal Eurosistema. Disponível em: https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bedez16_1.pdf;

Banco de Portugal (2017 - 12). *Boletim Estatístico*. Lisboa: Banco de Portugal Eurosistema. Disponível em: <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bedez17.pdf>;

Banco de Portugal (2018 - 12). *Boletim Estatístico*. Lisboa: Banco de Portugal Eurosistema. Disponível em: <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bedez18.pdf>;

Banco de Portugal (2021 – 2). *Inquérito Rápido e Excecional às Empresas – COVID-19*. Lisboa: Banco de Portugal Eurosistema. Disponível em: https://www.bportugal.pt/sites/default/files/iree_20210226.pdf;

Banco de Portugal (2021). Portal BPstat do Banco de Portugal. Disponível em: <https://bpstat.bportugal.pt/>;

Baptista L. H. F. (2011). *Análise do crescimento económico e do desenvolvimento da Madeira (período de 1997 a 2008)*. Tese de Mestrado, Universidade da Madeira, Madeira. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.13/338>;

Brito L. (2012). *Pequeno Guia de Inquérito por Questionário*. Instituto de Estudos Sociais e Económicos – IESE. Disponível em: https://www.caicc.org.mz/images/stories/documentos/pequeno_gui_a_de_inqu_question_c_rio_intro.pdf;

CINM (2021). Portal do Centro Internacional de Negócios da Madeira. Disponível em: <https://www.abc-madeira.com/pt/porque-a-madeira.html>;

Cruz S. I. D. (2007). *Inovação em Portugal: O caso do setor da construção*. Tese de Mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10773/1578>;

Cunha V. J. F. C. (2011). *Produtividade na Indústria da Construção. Análise da Influência da Especificação de Materiais*. Tese de Mestrado, Universidades do Porto, Porto. Disponível em: https://www.ordemengenheiros.pt/fotos/editor2/cdn/especializacoes/34_000149271.pdf;

Decreto de Lei, nº 183/86 de 12 de julho. *Diário da República, nº 158 – I Série*. Ministério da Indústria e Comércio. Lisboa; Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/183-1986-228207>;

Decreto de Lei, nº 445/91 de 20 de novembro. *Diário da República, nº 267 – I Série - A*. Ministério do Planeamento e da Administração do Território. Lisboa; Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/445/1991/11/20/p/dre/pt/html>;

Decreto de Lei, nº 273/2003 de 29 de outubro. *Diário da República, nº 251 – I Série - A*. Ministério da Segurança Social e do Trabalho. Lisboa; Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/273-2003-466181>;

Decreto de Lei nº 12/2004 de 9 de janeiro. *Diário da República, nº 7 – I Série – A*. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/12-2004-241183>;

Decreto de Lei nº 125/2004 de 31 de maio. *Diário da República, nº 127 – I Série – A*. Ministério da Economia. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/125/2004/5/31/p/dre/pt/html>;

Decreto de Lei, nº 171/2004 de 17 de julho. *Diário da República, nº 167 – I Série - A*. Ministério da Segurança Social e do Trabalho. Lisboa; Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/171/2004/7/17/p/dre/pt/html>;

Decreto de Lei nº 178/2006 de 5 de setembro. *Diário da República, nº 171 – I Série – Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional*. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/178/2006/9/5/p/dre/pt/html>;

Decreto de Lei nº 53/2007 de 27 de abril. *Diário da República, nº 82 – I Série*. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/decregul/53/2007/4/27/p/dre/pt/html>;

Decreto de Lei nº 372/2007 de 6 de novembro. *Diário da República, nº 213 – I Série – Ministério da Economia e da Inovação*. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/2007/11/21300/0808008084.pdf>;

Decreto de Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro. *Diário da República, nº 20 – I Série*. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/18/2008/p/cons/20210721/pt/html>;

Decreto de Lei nº 31/2009 de 03 de junho. *Diário da República, nº 127 – I Série*. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/2009/07/12700/0427604285.pdf>;

Decreto de Lei nº 69/2011 de 15 de junho. *Diário da República, nº 114 – I Série*. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/69-2011-670018>;

Decreto de Lei nº 73/2011 de 17 de junho. *Diário da República, nº 116 – I Série*. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/73-2011-670034>;

Decreto de Lei nº 133/2013, de 03 de outubro. *Diário da República, nº 191 – I Série*. Ministério das Finanças. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/2013/10/19100/0598806002.pdf>;

Decreto de Lei nº 136/2014 de 19 de setembro. *Diário da República, nº 173 – I Série*. Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/2014/09/17300/0480904860.pdf>;

Decreto de Lei nº 41/2015 de 3 de junho. *Diário da República, nº 107 – I Série*. Assembleia da República. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/2015/06/10700/0351403549.pdf>;

Decreto Lei nº 135-B/2017 de 03 de novembro. *Diário da República, 212 – I Série, 2º suplemento*. Lisboa. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/135-b/2017/p/cons/20201016/pt/html>;

Dicionário financeiro (2021). Disponível em: <https://www.dicionariofinanceiro.com/ebit/>;

DRE (2019). *Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira*. Disponível em: <https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/multitematicas-pt/mutitematicas-anuario-pt/multitematicas-anuario-publicacoes-pt/send/30-anuario-publicacoes/13040-anuario-estatistico-da-ram-2019pdf.html>;

DRE (2020). *Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira*. Disponível em: <https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/multitematicas-pt/mutitematicas-anuario-pt/multitematicas-anuario-em-foco-pt/send/468-anuario-em-foco/14315-em-foco-2020.html>;

DRE (2021). Portal da Direção Regional de Estatística da Madeira. Disponível em: <https://estatistica.madeira.gov.pt/>;

DRE (2021). *Em Foco*. Um ano de pandemia na Região Autónoma da Madeira. Disponível em: <https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/economica/conjuntura/covid-19/em-foco-covid/send/636-em-foco-covid/13633-em-focouuu.html>;

ECONOMIAS (2021). Portal de informação. Disponível em: <https://www.economias.pt/inflacao-deflacao/>;

Eurosistema (2022). Portal do Banco Central Europeu. Disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/ecb/orga/escb/html/index.pt.html>;

Europa.eu (2021). Portal Oficial da EU. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1980-89_pt;

Europa.eu (2022). Portal do Conselho Europeu – Conselho da União Europeia. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/european-semester/european-semester-key-rules-and-documents/>;

Ferreira M. J. e Campos P (2009). *XI Inquérito Estatístico. Uma introdução à elaboração de questionários, amostragem, organização e apresentação dos resultados*. Dossiês Didáticos. Disponível em: http://www.alea.pt/images/dossies_pdf/dossier11.pdf;

Franco, António L. de Sousa (2015). *Finanças Públicas e Direito Financeiro*. Volume I, 4ª edição, 15ª Reimpressão. Coimbra: Almedina;

GEE (2022). Portal do Gabinete de Estratégia e Estudos. Disponível em: <https://www.gee.gov.pt/pt/indicadores-diarios/indicadores-de-actividade-economica>;

Gama M. L. (2011). *Internacionalização de empresas de construção portuguesas: Análise dos factores de sucesso e da gestão de risco em mercados emergentes*. Tese de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/6155>;

IMPIC. (2021). Portal do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P. Disponível em: <https://www.impic.pt/impic/pt-pt/informacao-institucional/quem-somos>;

INE (2007). Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Ver 3, 39. Disponível em: https://www.ine.pt/ine_novidades/semin/cae/CAE_REV_3.pdf;

INE (2009). Inquérito de conjuntura às Empresas e aos Consumidores (12-2008). Disponível em: <file:///C:/Users/Lilibeth/Downloads/08InConjEmpCons1208.pdf>;

INE (2013). Inquérito de conjuntura às Empresas e aos Consumidores (09-2013). Disponível em: <file:///C:/Users/Lilibeth/Downloads/27ConjEmpCons201309.pdf>;

INE (2018). Como se calcula o PIB. Departamento de Contas Nacionais. Disponível em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=340538499&att_display=n&att_download=y;

INE (2021). Portal do Instituto Nacional de Estatísticas. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE;

INFORMA (2021). Portal de Diretório de Empresas. Disponível em: https://infoempresas.jn.pt/F_CONSTRUCAO/Distrito_ILHA-DA-MADEIRA-FUNCHAL.html;

INOFOR (2000). *Construção Civil e Obras Públicas em Portugal*, Lisboa: Instituto para Inovação na Formação;

IPAC. (2021) Portal do Instituto Português da Acreditação, I. P. Disponível em: <http://www.ipac.pt/>;

IPQ. (2021) Portal do Instituto Português da Qualidade, I. P. Disponível em: <http://www1.ipq.pt/PT/IPQ/Pages/IPQ.aspx>

ISEG (2020). Síntese de Conjuntura. Disponível em: <https://www.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?method=getFile&fileId=1405131>;

Martins J. A. F. (2008). *Fatores da Competitividade nas Empresas de Construção Civil: uma análise comparada entre uma empresa portuguesa e uma francesa*. Tese de Mestrado, Universidades de Aveiro, Aveiro. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10773/1631>;

Meirinhos M., Osório A. (2010). *O estudo do caso como estratégia de investigação em educação*. EDUSER: revista de educação 2(2),49-65. Instituto Politécnico de Bragança. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10198/3961>;

Mendes J. N. F. (2016). *Contributos para a Gestão Ambiental na Construção Civil*. Tese de Mestrado, Instituto Politécnico de Leiria, Leiria. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.8/2356>;

Mendes R., Fernandes J. e Correia M (2011). *Guia prático para elaboração de inquéritos por questionário*. AEP – Área de Estudos e Planeamento/Estudos e Projetos. Instituto Superior Técnico. Disponível em:

https://aepq.tecnico.ulisboa.pt/files/sites/22/MANUAL_SEI_FINAL.pdf;

Mendonça A. (2020). *Coronacrise 2020: que crise?* Lusíada. Economia & Empresa. 28, 11-42. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11067/5596>;

Nunes J. M. P. P. S. (2016). Capacidades Dinâmicas: *Setor da Construção no contexto da crise económica de 2008*. Tese de Mestrado, Lisbon School of Economics & Management, Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/12851>;

NP EN ISO 14001 (2004) Sistemas de gestão ambiental – Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização; Disponível em: <http://www.oet.pt/downloads/legislacao/NP%20EN%20ISO%2014001%202004.pdf>;

NP EN ISO 9001 (2008). Sistemas de gestão da qualidade – Requisitos. Disponível em: http://www.jaflda.pt/files/NP_EN_ISO_9001_2008.pdf;

Pacheco, L. M. (2019). *Risco de Falência de PME: evidência no setor da construção em Portugal*. INNOVAR, 29, 143-147. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11328/2527>;

Pereira, T. D. (2014). *Gestão de projeto e contratação de empreitadas de obras*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra;

PORDATA (2021). Portal de base de dados de Portugal Contemporâneo. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal>;

Portaria nº 17/2004 de 10 de janeiro. Diário da República, nº 8 – I Série – B. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/port/17/2004/1/10/p/dre/pt/html>;

Queirós J., Galhano L. e Pereira V. B.. (2019). *A crise da construção civil sob múltiplos pontos de vista: (des)regulação da atividade económica e recomposição do trabalho na perspetiva dos autores institucionais do setor da construção civil no período posterior a 2008*. Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Número temático:63-84. Disponível em:

<https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/6628/6176>;

Ramos, J. J. A. (2012). *Qual a Evolução do Tecido Empresarial da RAM a Nível Sectorial no Período Pós-adesão à CE (1988-2008)?* Tese de Mestrado, Universidade da Madeira, Madeira. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/10400.13/556>;

Recomendação da Comissão, nº 2003/361/CE de 6 de maio. Jornal Oficial da União Europeia L 124. Comissão. Portugal Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/>

Regulamento (CE) nº 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho. Jornal Oficial da União Europeia. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CONSLEG:2003R1059:20081211:PT:PDF>;

Regulamento (CE) do Parlamento Europeu e do Conselho, nº 1888/2005 de 26 de outubro. Jornal Oficial da União Europeia L 309/8. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32005R1888&from=PT>;

Regulamento (CE) nº 105/2007 da Comissão. Jornal Oficial da União Europeia L 39/30-31. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32007R0105&from=PT>;

Regulamento (CE), nº 176/2008 de 20 de fevereiro do Parlamento Europeu do Conselho. Jornal Oficial da União Europeia. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32008R0176&from=PT>;

Regulamento (CE) do Parlamento Europeu e do Conselho, nº 765/2008 de 09 de julho. Jornal Oficial da União Europeia L 218/30 - 47. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32008R0765&from=pt>;

Regulamento Comunitário, nº 31/2011 de 17 de janeiro. Jornal Oficial da União Europeia L 13/43. Comissão. Portugal? Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32011R0031&from=PT>;

Reis A. C. (2010). *Organização e Gestão de Obras*, Lisboa: Edições Técnicas E.T.L. , Lda;

Resolução do Conselho Europeu, 97/C 236/01 de 2 de agosto. Jornal Oficial das Comunidades Europeias nº C 236/1. Portugal. Disponível em:

[https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:31997Y0802\(01\)&from=SL;](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:31997Y0802(01)&from=SL;)

Rodrigues A. L. S. (2014). *Análise do Setor da Construção Civil de 2002 a 2012. Uma reflexão sobre o financiamento e crise do setor em Portugal*. Tese de Mestrado, Instituto Politécnico de Viseu, Viseu. Disponível em:

[https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/2815/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Ana%20Leonor%20Rodrigues.pdf;](https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/2815/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Ana%20Leonor%20Rodrigues.pdf)

Romano, P. (2017). *Conhecer a Crise. Dados e Factos*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel Santos. Disponível em:

[https://aeaveiro.pt/biblioteca/view/1044/Conhecer%20a%20crise%20-%20dados%20e%20factos%20-%20Pedro%20Romano.pdf;](https://aeaveiro.pt/biblioteca/view/1044/Conhecer%20a%20crise%20-%20dados%20e%20factos%20-%20Pedro%20Romano.pdf)

Romão T. G. (2015). *Evolução do Setor da Construção em Portugal. Aplicação do Modelo Structure-Conduct.Performance*. Tese de Mestrado, Instituto Superior Técnico, Lisboa. Disponível em:

<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/cursos/mec/dissertacao/846778572210673;>

Santos J., Braga J., Teixeira M. e Aubyn M. S. (1994). *Macroeconomia. Exercícios e Teoria*. Alfragide: McGraw-Hill de Portugal;

Sardinha, L. F., Sousa, A, Leite, E e Fernandes, P. F., (2020, janeiro). *O setor empresarial nas ultraperiféricas portuguesas – Uma década em perspetiva*. Revista de Economia Empresas e Empreendedores na CPLP, 6, 4-24.

Disponível em: [https://revistas.ponteditora.org/index.php/e3/article/view/287/191;](https://revistas.ponteditora.org/index.php/e3/article/view/287/191)

Silva J. M. F. S. T. (2014). *Competitividade da Construção*. Tese de Mestrado, Universidade do Minho, Minho. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/36278;>

SOCIEDADES COMERCIAIS (2022). Portal de Direito das atividades comerciais, Direito comercial e matérias conexas. Disponível em: [https://www.sociedadescomerciais.pt/sociedade-por-quotas/;](https://www.sociedadescomerciais.pt/sociedade-por-quotas/)

Tratado de Amesterdão (1997). Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/>;

Vieira, R. e Freitas, J. (2008). *A Madeira na história – escritos sobre a pré-autonomia*. Lisboa: Âncora Editora;

Wecker A. C., Froehlich C. e Gonçalves M. A. (2021). *Impactos da Covid. No Ambiente das Organizações e na Sociedade*, 14, 10-26. Disponível em: <https://doi.org/10.22277/rgo.v14i1.5711>

8 ANEXOS

INQUÉRTO EFETUADO

1 – Nome da empresa

2 – Data de fundação

3 – Tipo de sociedade

1 - Área de mercado de atuação

Apenas Ilha da Madeira

Ilhas da Madeira e Porto Santo

Ilhas e Portugal Continental

2 – Número de trabalhadores

3 – Principais atividades da empresa

Obras públicas

Obras particulares

Obras públicas e particulares

4 – Atividades executadas pela empresa

a) Todo o tipo de obra essencialmente da especialidade de:

b) Preferencialmente a especialidade de:

5 – Volume médio de negócios

6 – Do volume de negócios, a percentagem referente à subcontratação de serviços a outras empresas é de:

- Inferior a 10%
- Entre 10 e 20%
- Entre 20 e 30%
- Entre 30 e 40%
- Entre 40 e 50%
- Superior a 50%

7 – A produtividade média relativa ao VAB por trabalhador é (*):

- Inferior a 10 000€
- Entre 10 000€ e 20 000€
- Entre 20 000€ e 30 000€
- Superior a 30 000€

*(obtido pela relação da diferença entre o volume de negócios da empresa subtraindo o valor das compras de mercadorias, matérias-primas e fornecimento de terceiros dividido pelo número de empregados)

8 – Dentro do seu método de atuação, a empresa enquadra-se na seguinte posição (classifique de 1 a 5, tendo em conta que 1 tem menor peso e 5 o maior):

- Atua no mercado à procura de oportunidades de trabalho dentro da sua atividade
- Atua no mercado à procura de oportunidades de trabalho dentro da sua atividade, mas dentro de um leque de trabalhos relacionados com uma determinada especialização
- Atua no mercado selecionando trabalhos e clientes, tendo como base a sua especialização e determinado grupo de clientes
- Atua no mercado selecionando aqueles trabalhos para os quais quer concorrer, tendo em conta a especialização

9 - Dentro do seu método de atuação, a empresa enquadra-se na seguinte posição (classifique de 1 a 5, tendo em conta que 1 tem menor peso e 5 o maior):

- A empresa tem como finalidade permanecer no mercado através da competição com base no preço
- A empresa tem como finalidade permanecer no mercado através da competição com base no preço e no prazo de execução
- A empresa tem como finalidade permanecer no mercado através da competição com base no preço, no prazo de execução e na qualidade

- A empresa tem como finalidade permanecer no mercado através da competição com base na qualidade de execução e no prazo de entrega
- A empresa tem como finalidade permanecer no mercado através da competição com base na qualidade de execução, no prazo de entrega e na distinção relativamente à concorrência
- A empresa tem como finalidade permanecer no mercado através da competição com base na qualidade de execução, no prazo de entrega, na distinção relativamente à concorrência e na inovação na maneira de produzir e fazer negócio

10 - Quais são os principais obstáculos com que a empresa se depara ao desempenhar a sua atividade no mercado?

Indique a importância que atribui a cada um dos fatores (1 – sem importância; 2 – com alguma importância; 3 – importante; 4 – muito importante, 5 – de extrema importância)

- | | |
|--------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> | Falta de motivação dos trabalhadores |
| <input type="checkbox"/> | Atraso na entrega dos fornecedores |
| <input type="checkbox"/> | Falta de mão-de-obra disponível |
| <input type="checkbox"/> | Elevada concorrência no setor da construção |
| <input type="checkbox"/> | Falta de mão-de-obra qualificada disponível |
| <input type="checkbox"/> | Escassa qualificação da mão-de-obra existente |
| <input type="checkbox"/> | Atraso de pagamento por parte dos clientes |
| <input type="checkbox"/> | Dificuldade de acesso ao mercado |
| <input type="checkbox"/> | Excessiva carga tributária incidente sobre as empresas |

11 - A empresa relativamente à competição no mercado procura aperfeiçoar a sua capacidade com base na (classifique de 1 a 5, tendo em conta que 1 tem menor peso e 5 o maior):

- | | |
|--------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> | Melhoria de qualidade |
| <input type="checkbox"/> | Melhoria dos custos de produção |
| <input type="checkbox"/> | Redução do tempo de execução |
| <input type="checkbox"/> | Na distinção em relação à concorrência |
| <input type="checkbox"/> | Na formação e seleção dos seus trabalhadores |
| <input type="checkbox"/> | Na inovação |

12 - As condições vigentes no mercado propiciam que a empresa tenha as seguintes possibilidades financeiras:

- Produzir a sua atividade normal sem recurso a financiamento bancário, sendo autossuficiente financeiramente
- Precise de empréstimos pontuais, de modo a satisfazer necessidades de tesouraria momentâneas, ou seja, empréstimos pontuais não permanentes

- Obtenha empréstimos de médio e longo prazo, de modo a produzir a sua atividade normal, estando endividada mediamente
- Obtenha empréstimos de curto prazo para produzir a sua atividade normal, ou seja, empréstimos de curto prazo e/ou conta caucionada
- Obtenha empréstimos de médio e longo prazo, de modo a produzir a sua atividade normal, estando extremamente endividada

13 - Na sua opinião, quais são os fatores que influenciam o desempenho das empresas do setor da construção em geral?

- O planeamento das infraestruturas, construção e manutenção a médio e longo prazo definido pelas políticas governamentais com o objetivo de dar estabilidade ao setor
- O planeamento de apoio definido para as médias e pequenas empresas pelas políticas governamentais com o objetivo de promover a qualificação e formação dos seus trabalhadores
- O planeamento de média e pequenas empresas pelas políticas governamentais com o objetivo de promover a inovação
- O planeamento de média e pequenas empresas pelas políticas governamentais com o objetivo de promover a organização de procedimentos e de tecnologia
- Estruturação de projetos e de componentes apropriados em obra pelas políticas governamentais

14 - Quais são os grandes desafios da construção e da reabilitação? Que tipo de obra, na sua opinião, é mais privilegiada nestes últimos anos?

15 - A crise económica sentida no período de 2008 teve consequências no setor da construção.

Que lições foram aprendidas com os exemplos no passado e o que se pode esperar do futuro?

16 - Quais foram as estratégias traçadas pela empresa, tendo em conta o período de confinamento devido à pandemia? De que modo este acontecimento veio afetar o normal funcionamento da empresa?

17 – Perante a situação atual resultante da pandemia mundial de Covid-19 que desafios enfrenta o setor da construção para os próximos anos? O que deve manter-se, o que deve mudar?
